



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

4º TRIMESTRE DE 2023



ED.
CONS. JOAQUIM
BAPTISTA NEVES

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA COMPOSIÇÃO EM 31/12/2023

TRIBUNAL PLENO

Cons. MARCUS PRESÍDIO – Presidente
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO – Vice-presidente
Cons. GILDÁSIO PENEDO FILHO – Corregedor
Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA – Ouvidor Geral
Cons. INALDO DA PAIXÃO DOS SANTOS ARAÚJO – Diretor Geral da Escola de
Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL)
Cons^a CAROLINA MATOS – Presidente da 1ª Câmara
Cons. JOÃO EVILÁSIO VASCONCELOS BONFIM – Presidente da 2ª Câmara

PRIMEIRA CÂMARA

Cons^a. CAROLINA MATOS
Cons. ANTONIO HONORATO DE CASTRO NETO
Cons. INALDO DA PAIXÃO SANTOS ARAÚJO

SEGUNDA CÂMARA

Cons. JOÃO EVILÁSIO VASCONCELOS BONFIM
Cons. PEDRO HENRIQUE LINO DE SOUZA
Cons. GILDÁSIO PENEDO FILHO

MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA

CAMILA LUZ DE OLIVEIRA – Procuradora-geral
DANILO FERREIRA ANDRADE – Procurador
ANTÔNIO TARCISO SOUZA DE CARVALHO – Procurador
ERIKA DE OLIVEIRA ALMEIDA – Procuradora
MARCEL SIQUEIRA SANTOS – Procurador
MAURÍCIO CALEFFI – Procurador

**PROCURADORA ASSISTENTE DO NÚCLEO DE ATUAÇÃO DA PGE
JUNTO AO TCE/BA**
PATRÍCIA SABACK

ÓRGÃOS TÉCNICOS E ADMINISTRATIVOS

Superintendência Técnica

JOSÉ RAIMUNDO BASTOS DE AGUIAR

Secretaria Geral

LUCIANO CHAVES DE FARIAS

Diretoria Administrativa

VALTER LUZ ALMEIDA

Gabinete do Presidente

RICARDO AUGUSTO SERÓES RAVAZZANO

Diretoria de Gestão Estratégica

GIVANILDO DO NASCIMENTO MAGALHÃES

Ouvidoria

ANA PATRÍCIA CRISÓSTOMO PEREIRA

Assessoria Técnico-jurídica

WENDEL REGIS RAMOS

Auditoria Interna

MARILEIDE RAIMUNDA CERQUEIRA DA SILVA

Coordenação de Contabilidade

DANIELA COUTO SILVA GOMES

Coordenação de Recursos Humanos

RUSDELON FRANCO LIMA

Coordenadorias de Controle Externo

BRUNO MASCARENHAS DA SILVEIRA VENTIM

DENILSON MARTINS MACHADO

YURI MOISÉS MARTINS ALVES

ANTÔNIO LUIZ CARNEIRO

ISRAEL SANTOS DE JESUS

MAURÍCIO SOUZA FERREIRA

MARCOS ANDRÉ SAMPAIO DE MATOS

Escola de Contas Cons. José Borba Pedreira Lapa

DENILZE ALENCAR SACRAMENTO

Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria

EDMILSON SANTOS GALIZA

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Exercer com efetividade o controle externo da gestão pública, em benefício da sociedade.

VISÃO DE FUTURO – PLANO ESTRATÉGICO 2018/2023

DESAFIO 7+

Melhorar os resultados para a sociedade, alcançando a nota 7 em pesquisa de opinião pública, além de ter implementadas, pelos jurisdicionados, ao menos 70% das recomendações e determinações selecionadas para monitoramento.

VALORES

O CIDADÃO é o nosso foco.
INDEPENDÊNCIA no exercício do Controle Externo.
CELERIDADE E EFICÁCIA devem andar juntas.
COMPORTAMENTO ÉTICO: melhor o exemplo do que o discurso.
APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL é uma busca permanente.
TRANSPARÊNCIA é essencial.
COMPROMETIMENTO: nós fazemos o Tribunal de Contas.

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Gestão Estratégica

GIVANILDO DO NASCIMENTO MAGALHÃES

Auditor de Contas Públicas

IVONETE DIONIZIO DE LIMA

Auditora

Responsável Técnico

FABIO PIRES DOS REIS

Analista de Gestão Pública

Equipe

FRANCYELLE CASTRO MOREIRA

Funcionária Terceirizada

CONTATOS

Internet: www.tce.ba.gov.br

4ª Avenida, 495, Plataforma V – Centro Administrativo da Bahia

Ed. Cons. Joaquim Batista Neves, Salvador/BA – CEP 41.750-002

Tel.: (71) 3115-4575

OUVIDORIA: Tel.: (71) 3115-4561, E-mail: ouvidoria@tce.ba.gov.br e

WhatsApp: (71) 99902-0166

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento ao artigo 91, § 3º, da Constituição Estadual, apresento à Assembleia Legislativa e ao cidadão baiano o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA), referente ao 4º trimestre de 2023.

O Relatório trimestral de atividades representa um importante instrumento de promoção da transparência, ao demonstrar, de forma objetiva, os resultados do controle externo exercido pelo TCE/BA no âmbito da Administração Pública Estadual, bem como apresenta as iniciativas mais relevantes implementadas na esfera administrativa desta Corte de Contas.

As atividades realizadas estão dispostas em cinco capítulos: I) Competência, Jurisdição e Estrutura do TCE/BA; II) Resultados do Controle Externo; III) Gestão Estratégica; IV) Ministério Público Especial junto ao TCE/BA; e V) Gestão Orçamentária e Financeira.

Encontram-se disponíveis, em 12 Apêndices, o organograma do TCE/BA (Apêndice A), as tabelas com as Sínteses das deliberações conclusivas proferidas pelos Órgãos Colegiados (Apêndice B), o quadro dos Processos de Contas julgados (Apêndice C), o quadro de Auditorias/Inspeções apreciadas (Apêndice D), o quadro de Denúncias apreciadas (Apêndice E), o quadro com as Matérias Administrativas apreciadas (Apêndice F), o quadro com as Medidas Cautelares apreciadas (Apêndice G), o quadro com as Consultas apreciadas (Apêndice H), o quadro com as Reclamações apreciadas (Apêndice I), o quadro com as Auditorias Concomitantes realizadas no 4º trimestre de 2023 (Apêndice J), o quadro com os Cursos e eventos técnicos externos (Apêndice K) e os quadros com os Cursos e capacitações através de parcerias institucionais (Apêndice L).

Salvador, 31 de dezembro de 2023.

Conselheiro Marcus Presídio

Presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

SUMÁRIO		
I	COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA	10
I. 1	COMPETÊNCIA	10
I. 2	JURISDIÇÃO	10
I. 3	ESTRUTURA	10
I. 3.1	QUADRO DE PESSOAL E MOVIMENTAÇÕES	14
II	RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO	15
II. 1	DELIBERAÇÕES	15
II. 2	SANÇÕES PECUNIÁRIAS APLICADAS E RECOLHIDAS PELO TCE/BA	17
II. 3	PREMIAÇÕES	18
II. 3.1	PROGRAMA “OBSERVA TC”	18
III	GESTÃO ESTRATÉGICA	19
III. 1	PROGRAMAÇÃO PARA 2023	20
III. 1.1	PERSPECTIVA SOCIEDADE BAIANA	21
III. 1.1.1	Objetivo 1: Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual	21
III. 1.1.1.1	Iniciativa Estratégica 1.1: Aprimorar o programa de capacitação de servidores das Unidades Jurisdicionadas	21
III. 1.1.1.2	Iniciativa Estratégica 1.2: Aprimorar a sistemática de monitoramento das decisões do TCE/BA	22
III. 1.1.1.3	Iniciativa Estratégica 1.3: Implantar o Projeto Educação é da nossa Conta	22
III. 1.1.1.3.1	Auditoria	23
III. 1.1.1.3.2	Formação e Capacitação	23
III. 1.1.2	Objetivo 2: Contribuir para o exercício do Controle Social	24
III. 1.1.2.1	Iniciativa Estratégica 2.1: Realizar ações e desenvolver ferramentas de aproximação do cidadão com o TCE/BA	24

SUMÁRIO		
III. 1.1.2.1.1	Projeto Ouvidoria Vai à Escola	24
III. 1.1.2.1.2	TCE em Campo	25
III. 1.1.2.1.2	Programa Casa Aberta	26
III. 1.1.2.1.4	Redes Sociais	26
III. 1.1.2.2	Iniciativa Estratégica 2.2: Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência das ações, produtos e resultados do TCE/BA	26
III. 1.1.2.2.1	Transparência Ativa	26
III. 1.1.2.2.1.1	PROInfo Express	27
III. 1.1.2.2.1.2	TCE CIDADÃO	27
III. 1.1.2.2.1.3	Mirante Social	27
III. 1.1.2.2.1.4	Transmissão das sessões dos órgãos colegiados pelo YouTube	28
III. 1.1.2.2.1.5	Publicações	28
III. 1.1.2.2.1.5.1	Relatório de Atividades e Prestação de Contas do TCE/BA	28
III. 1.1.2.2.1.5.2	Anuário de Ações Educacionais de 2022	28
III. 1.1.2.2.1.5.3	Cartilha “Linguagem Simples”	29
III. 1.1.2.2.1.5.4	Relatórios Estatísticos da Ouvidoria	29
III. 1.1.2.2.2	Transparência Passiva	29
III. 1.1.2.2.2.1	Pesquisa de Opinião sobre os serviços da Ouvidoria	30
III. 1.1.2.3	Iniciativa Estratégica 2.3: Estabelecer parcerias e realizar ações conjuntas com Órgãos públicos e privados	30
III. 1.1.2.3.1	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)	30
III. 1.1.2.3.1.1	Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo	31
III. 1.1.2.3.1.2	Comitê técnico especializado sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	31
III. 1.1.2.3.1.3	Rede Integrar	32

SUMÁRIO		
III. 1.1.2.3.2	Instituto Rui Barbosa (IRB)	32
III. 1.1.2.3.3	Termo de Acordo e Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas de Angola	32
III. 1.1.2.3.4	Acordos de Cooperação e parcerias na área de Educação Corporativa	33
III. 1.1.2.3.5	Representação Institucional	34
III. 1.2	PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS	35
III. 1.2.1	Objetivo 3: Aprimorar os processos de trabalho e sua gestão	35
III. 1.2.1.1	Iniciativa Estratégica 3.1: Implantar o Núcleo de Gestão de Portfólios e Projetos	35
III. 1.2.1.2	Iniciativa Estratégica 3.2: Aprimorar o modelo de monitoramento dos controles internos	35
III. 1.2.1.2.1	Auditoria Interna (AUDIT)	35
III. 1.2.2	Objetivo 4: Incrementar a tempestividade nas ações de Controle Externo	36
III. 1.2.2.1	Iniciativa Estratégica 4.1: Aperfeiçoar o gerenciamento de prazos para deliberação dos processos de controle externo	36
III. 1.2.2.1.1	Monitoramento das Metas Institucionais 2023	36
III. 1.2.2.1.2	Monitoramento das Metas Setoriais 2023	36
III. 1.2.2.1.2.1	Instrução inicial dos Processos de Contas autuados em 2023	37
III. 1.2.2.1.2.2	Realização de Auditorias Concomitantes	37
III. 1.2.2.1.2.3	Tempo máximo de permanência dos processos nas unidades	38
III. 1.2.2.2	Indicadores Estratégicos do Objetivo 4	38
III. 1.2.3	Objetivo 5: Aprimorar a qualidade das ações de Controle Externo	39
III. 1.2.3.1	Iniciativa Estratégica 5.1: Desenvolver normativos, sistemáticas e projetos de aprimoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria	39
III. 1.2.3.1.1	Atos Normativos	39

SUMÁRIO		
III. 1.2.3.1.2	Sistema de Controle de Qualidade da Auditoria	39
III. 1.2.3.2	Iniciativa Estratégica 5.2: Implantar a sistemática de uniformização das deliberações dos Órgãos Colegiados	39
III. 1.3	PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO	39
III. 1.3.1	Objetivo 6: Desenvolver a cultura orientada para Pessoas e Resultados	40
III. 1.3.1.1	Iniciativa Estratégica 6.1: Implantar Política de Gestão de Pessoas	40
III. 1.3.1.1.1	Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania (PSQVC)	40
III. 1.3.1.1.1.1	Campanhas e Palestras na área de saúde, bem-estar e direitos humanos	41
III. 1.3.1.2	Iniciativa Estratégica 6.2: Implantar Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de pessoas	42
III. 1.3.1.2.1	Cursos e Capacitações	42
III. 1.3.1.2.2	Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES)	42
III. 1.3.1.2.3	Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos	43
III. 1.3.1.2.4	Cursos e capacitações através de parcerias institucionais	43
III. 1.3.1.2.5	Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio e Superior	43
III. 1.3.1.3	Iniciativa Estratégica 6.3: Disseminar a cultura orientada para o planejamento e resultados	43
III. 1.3.1.3.1	Planejamento 2023	43
III. 1.3.1.3.1.1	Monitoramento do Plano Operacional Anual (POA) 2023	43
III. 1.3.1.3.1.2	Repactuação do Plano Operacional Anual (POA) 2023	44
III. 1.3.1.3.2	Elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027	44
III. 1.3.2	Objetivo 7: Ampliar o uso dos Sistemas de Informação	44
III. 1.3.2.1	Iniciativa Estratégica 7.1: Intensificar o uso de Informações Estratégicas	44
III. 1.3.2.1.1	Desenvolvimento de ações de inteligência para a atividade do Controle Externo	44

SUMÁRIO		
III. 1.3.2.2	Iniciativa Estratégica 7.2: Aprimorar processos de trabalho com o uso de TI	45
III. 1.3.2.2.1	Gestão de Sistemas	45
III. 1.3.2.2.1.1	Sistema de Solicitações Administrativas Eletrônicas (e-Sol)	45
III. 1.3.2.2.1.2	Implementação de demandas corretivas e evolutivas	45
III. 1.4	PERSPECTIVA RECURSOS E ESTRUTURA	45
III. 1.4.1	Objetivo 8: Aperfeiçoar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos	45
III. 1.4.1.1	Iniciativa Estratégica 8.1: Aperfeiçoar o ambiente físico e a infraestrutura de TI	45
III. 1.4.1.1.1	Programa de Sustentabilidade dos Tribunais de Contas da Bahia (TCECO)	45
III. 1.4.1.1.2	Melhorias na infraestrutura e nos bens do TCE/BA	46
III. 1.4.1.1.3	Infraestrutura em TI	46
III. 1.4.1.1.3.1	Atualização do Ambiente Tecnológico do Banco de Dados Corporativo (SQL Server)	46
III. 1.4.1.1.3.2	Implantação de nova infraestrutura de rede para dados	47
III. 1.4.1.1.3.3	Implantação de Data Center Modular Externo	47
III. 1.4.1.1.3.4	Automatização/parametrização de procedimentos auditoriais	48
IV	MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA	49
V	GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	52
V.1	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TCE/BA	52
V.1.1	ORÇAMENTO DO TCE/BA	52
V.1.2	QUADRO DE COTAS	52
V.1.3	DESPESA EMPENHADA	53
V.1.4	DESPESA PAGA	53
V.1.5	DÍVIDA FLUTUANTE	54

SUMÁRIO		
V. 2	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)	54
V.2.1	ORÇAMENTO DO FUNTCE	54
V.2.2	RECEITA REALIZADA	55
V.2.3	DESPESA REALIZADA	55
V.2.4	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	55
V.2.5	MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	56
	LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	57
	LISTA DE QUADROS	58
	LISTA DE TABELAS	58
APÊNDICE A	Estrutura organizacional do TCE/BA: organograma	59
APÊNDICE B	Síntese das deliberações conclusivas proferidas pelos Órgãos Colegiados	62
APÊNDICE C	Processos de Contas julgados	66
APÊNDICE D	Auditorias/Inspeções apreciadas	72
APÊNDICE E	Denúncias apreciadas	76
APÊNDICE F	Matérias Administrativas apreciadas	79
APÊNDICE G	Medidas Cautelares apreciadas	81
APÊNDICE H	Consultas apreciadas	83
APÊNDICE I	Reclamações apreciadas	85
APÊNDICE J	Auditorias Concomitantes realizadas no 4º trimestre de 2023	87
APÊNDICE K	Cursos e eventos técnicos externos	91
APÊNDICE L	Cursos e capacitações através de parcerias institucionais	93

I COMPETÊNCIA, JURISDIÇÃO E ESTRUTURA DO TCE/BA

I. 1 COMPETÊNCIA

A atual Constituição Baiana, em seu art. 91, estabelece que o controle externo, a cargo da Assembleia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado (TCE/BA), que é dotado de autonomia administrativa e de independência funcional, incumbindo-lhe uma série de competências exclusivas, previstas também em sua Lei Orgânica, tais como: a de elaborar relatório e emitir parecer prévio sobre as contas governamentais; julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos; assim como julgar a legalidade das concessões de aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão; apreciar a legalidade dos atos de admissão de pessoal e dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes e/ou termos congêneres. Esta Casa de Controle realiza, ainda, auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, cabendo-lhe, do mesmo modo, responder a consultas sobre questões relativas às matérias sujeitas à sua fiscalização e apurar denúncias acerca de irregularidades cometidas no âmbito da Administração Pública.

I. 2 JURISDIÇÃO

O TCE/BA possui jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, a qual abrange, entre outros: qualquer pessoa física ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos estaduais ou pelos quais o Estado responda ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária; aqueles que derem causa à perda, subtração, extravio de dinheiro, valores, bens ou a qualquer outra irregularidade de que resulte dano ao erário ou ao patrimônio público; e os

responsáveis pela aplicação de quaisquer recursos repassados pelos órgãos da administração direta e pelas entidades da administração indireta, mediante convênio ou instrumento congênere.

A tabela 1 demonstra o quantitativo de órgãos jurisdicionados ao TCE/BA, que integram a administração direta e as entidades da administração indireta, de acordo com as modificações, na estrutura organizacional e de cargos em comissão da Administração Pública do Poder Executivo Estadual, promovidas pelas Leis nº 13.204/2014, 14.032/2018 e nº 14.521/2022.

Tabela 1 – Jurisdicionados do TCE/BA

NATUREZA JURÍDICA	QUANTIDADE
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	36
Secretarias	25
Outros Órgãos	11
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	39
Fundações	11
Autorarquias	14
Agência de Fomento – Soc. Economia Mista	1
Sociedades de Economia Mista	8
Empresas Públicas	5
TOTAL	75

Fonte: SUTEC.

I. 3 ESTRUTURA

O TCE/BA é composto por órgãos colegiados que são: o Tribunal Pleno, a Primeira e a Segunda Câmaras; órgãos diretivos, que são a Presidência, a Vice-presidência, Corregedoria, a Diretoria Geral da Escola de Contas e a Ouvidoria Geral, os dois últimos tendo sido criados por meio da Lei Estadual nº 13.731,

de 05 de julho de 2017; e órgãos técnicos e administrativos. Os Conselheiros são nomeados pelo Governador do Estado e escolhidos após aprovação da Assembleia Legislativa. Um terço do colegiado é escolhido pelo chefe do Poder Executivo Estadual, sendo um membro de livre escolha e os demais escolhidos, alternadamente, entre os auditores de carreira e os integrantes do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA. Os outros dois terços são escolhidos pela Assembleia Legislativa (art. 94 da Constituição Estadual e art. 52 da Lei Complementar nº 005/1991).

O Presidente, o Vice-presidente e o Corregedor do Tribunal de Contas são eleitos por seus pares para um mandato de dois anos, admitida a reeleição por mais um período. A eleição é realizada em escrutínio secreto na primeira sessão ordinária da segunda quinzena do mês de dezembro, sendo exigida a presença de, pelo menos, cinco Conselheiros titulares, computando-se, inclusive, o voto daquele que presidir ao ato.



No dia 19/12/2023, em sessão especial realizada no Plenário do TCE/BA, foram reconduzidos aos cargos, para o biênio 2024-2025, todos os integrantes da Mesa Diretora do TCE/BA: o presidente, Marcus Presidio; o vice-presidente, Antonio Honorato, e o corregedor, Gildásio Penedo Filho. Vide

<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/mesa-diretora-do-tce-ba-e-reconduzida-ao-cargo-para-o-bienio-2024-2025>.

O Tribunal Pleno, integrado pelos sete Conselheiros, reúne-se, ordinariamente, no período compreendido entre 1º de fevereiro e 28 de

dezembro de cada ano, cujas sessões são ordinárias, extraordinárias e especiais. As sessões ordinárias são realizadas às terças e quintas-feiras, das 14h30min às 18 horas, podendo ser prorrogadas por decisão da maioria dos Conselheiros, exigindo-se para a sua instalação e julgamento dos processos constantes da pauta a presença de, no mínimo, quatro Conselheiros, inclusive o Presidente. As sessões extraordinárias são convocadas pelo Conselheiro Presidente, com antecedência mínima de 24 horas, salvo motivo relevante ou urgente, devidamente justificado. As sessões especiais são convocadas pelo Presidente para: solenidade de posse do Presidente, Vice-presidente, Corregedor e Conselheiros; homenagens ou recepções; e exame de questões internas. As sessões são públicas, salvo se a natureza da matéria ou o curso dos debates determinar caráter reservado, como no julgamento de despesas de caráter sigiloso.

As deliberações do Tribunal Pleno são relativas:

- ➡ à emissão de parecer prévio sobre as contas prestadas pelo Governador do Estado;
- ➡ a julgamentos de processos de contas dos gestores públicos da Administração Direta e Indireta;
- ➡ a julgamentos de recursos interpostos das decisões das Câmaras ou de suas decisões em matéria de sua competência;
- ➡ à adoção de medidas cautelares indispensáveis à proteção do erário e do patrimônio público, quando haja ameaça de grave dano de difícil e incerta reparação;
- ➡ às decisões sobre denúncias que atenderem às exigências dos artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 05, de 04/12/1991, as quais podem

ser de autoria de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato;

- ➔ às decisões sobre auditorias e inspeções de natureza financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e operacional, em programas governamentais e na gestão das entidades da Administração Direta e Indireta dos Poderes, nos sistemas corporativos governamentais, e em projetos cofinanciados com recursos externos;
- ➔ à apreciação de reclamações, com o intuito de preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade das suas decisões, sendo admitidas contra ato comissivo que altere, dificulte ou impeça a execução de seus julgados ou embarace o andamento do respectivo processo, e contra omissão da Administração no cumprimento das decisões do Tribunal;
- ➔ às respostas às consultas que lhe são formuladas, as quais são solicitações de informações acerca de situações em tese, remetidas pelos Chefes dos Poderes, pelos dirigentes dos sistemas de controle interno de cada Poder, pelos Secretários de Estado, pelos dirigentes de órgãos e entidades da administração direta e indireta, relativas a matérias de competência deste Tribunal. As decisões proferidas, nessas matérias, têm caráter normativo e força obrigatória; e
- ➔ à apreciação de matérias administrativas, as quais se referem ao disciplinamento de matéria sujeita à jurisdição, ao funcionamento e à organização do Tribunal, bem como às demais matérias de natureza administrativa.

As Câmaras, compostas cada uma por três Conselheiros, observando-se o critério de rodízio bienal, elegem os seus respectivos presidentes durante a realização da primeira sessão anual, não podendo a escolha recair sobre o Vice-presidente, o Corregedor, o Diretor Geral da Escola de Contas e o

Ouvidor Geral do Tribunal. O Presidente do Tribunal de Contas não participa da composição das Câmaras.

Compete às Câmaras apreciar a legalidade das concessões de aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão, excluídas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório, na hipótese de existir parecer no sentido da negativa de registro ao ato ou havendo discordância por parte do Relator em relação ao opinativo pela concessão de registro do Órgão Instrutório responsável; apreciar para fins de registro a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, da administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo em comissão ou função de confiança, bem como os dados relativos ao número total de servidores públicos e empregados nomeados e contratados e à despesa com pessoal confrontada com o valor da receita; julgar as contas relativas a: a) adiantamento ou outras antecipações de recursos dos responsáveis por dinheiro, bens e valores públicos; b) aplicação de recursos estaduais atribuídos aos Municípios; c) auxílios e subvenções concedidos pelo Estado a pessoas jurídicas de direito privado e organizações não governamentais sem fins lucrativos.

As Câmaras possuem, também, como atribuições determinar a tomada de contas; apreciar a legalidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade dos procedimentos licitatórios, contratos, convênios, ajustes ou termos, envolvendo concessões, cessões, doações e permissões de qualquer natureza, a título oneroso ou gratuito, de responsabilidade do Estado, por qualquer dos seus órgãos ou entidades da administração direta ou indireta; decidir, se verificada a ilegalidade de despesa, irregularidade de contas ou descumprimento de suas decisões: a) aplicar aos responsáveis as sanções cabíveis; b) assinar prazo de até 30 dias para que o órgão ou entidade adote as providências apontadas para o exato cumprimento da lei ou correção de

irregularidades; c) sustar, se não atendido o disposto na alínea anterior, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Assembleia Legislativa que solicitará, de imediato, as medidas cabíveis; e julgar os embargos de declaração apresentados contra suas decisões.

A Primeira Câmara, no biênio 2022-2023, é composta pela Conselheira Carolina Matos, reeleita presidente, e os Conselheiros Antônio Honorato de Castro Neto e Inaldo da Paixão Santos Araújo; enquanto a Segunda Câmara é formada pelos Conselheiros João Evilásio Bonfim, presidente para o biênio 2022-2023, Pedro Henrique Lino e Gildásio Penedo Filho.

Considerando a crise provocada pela pandemia reconhecida pela Organização Mundial de Saúde, o TCE/BA, desde março de 2020, promoveu diversas medidas voltadas à mitigação da transmissibilidade da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (Covid-19), destacando-se a autorização para a realização de sessões virtuais de seus órgãos colegiados, por meio da Resolução nº 012/2020 e adotando, a partir de 29/09/2021, o formato semipresencial. No curso do trimestre em análise, as sessões plenárias retornaram ao modo presencial, em regra, mantida a transmissão online. As sessões camerais, contudo, tiveram formatos definidos a critério dos respectivos presidentes, com, igualmente, emissão em tempo real na Internet.

A Alta Administração do TCE/BA, para o biênio 2022-2023, é composta, ainda, pelo Cons. Inaldo da Paixão, Diretor-Geral da Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa (ECPL), e o Cons. Pedro Lino, Ouvidor Geral.

A estrutura técnico-administrativa básica do Tribunal de Contas, cujas competências estão determinadas na Lei nº 13.192/2014, modificada pelas Leis nº 14.474/2022 e nº 14.640/2023, é composta pelos Gabinetes do Presidente, do Vice-presidente, do Corregedor, do presidente da 1ª Câmara,

do presidente da 2ª Câmara, do Diretor Geral da Escola de Contas e do Ouvidor Geral, assim como pela Secretaria-Geral, Diretoria Administrativa, Superintendência Técnica, Diretoria de Gestão Estratégica, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Tecnologias para Auditoria, Ouvidoria, Auditoria Interna, Assessoria Técnico-jurídica, Assessoria de Comunicação, Assistência Militar, Corregedoria, Coordenação de Recursos Humanos, Escola de Contas Conselheiro José Borba Pedreira Lapa e pelo Gabinete do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA.

Este último, criado pela Lei nº 10.547/2006, tem por missão a guarda da lei e a fiscalização da sua execução, competindo-lhe, entre outras atribuições: promover a defesa da ordem jurídica, requerendo ao TCE/BA as medidas de interesse da justiça, da administração e do erário; interpor recursos, além de requerer, motivadamente, a realização de inspeções, auditorias, tomadas de contas e demais providências em matérias de competência desta Corte de Contas. Vide Portal: <www.mpc.ba.gov.br>.



Em solenidade de posse presidida pelo Presidente do TCE/BA, Cons. Marcus Presídio, realizada no dia 28/02/2023, a Procuradora de Contas Camila Luz de Oliveira foi empossada no cargo de Procuradora-geral do Ministério Público de Contas para o biênio 2023/2024. Disponível em

<<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/em-clima-de-emocao-toma-posse-a-nova-procuradora-geral-do-mpc-ba>>.

Ressalta-se a existência do Fundo de Modernização do TCE/BA, criado pela Lei nº 27/2006 e regulamentado pela Resolução nº 098/2006, o qual é constituído por recursos provenientes de diversas fontes de receita. O Fundo destina-se a atender às despesas relacionadas à ampliação e modernização dos serviços de informática e comunicação integrada, à reforma e adaptação de instalações, à qualificação dos servidores das atividades técnicas e administrativas de controle externo, além daquelas relativas à publicação e divulgação de revistas e livros relacionados às atividades de interesse da instituição.

Para melhor visualização da inter-relação entre os órgãos colegiados, diretivos, técnicos e administrativos do TCE/BA, o seu organograma se encontra no Apêndice A e disponível em https://www.tce.ba.gov.br/images/institucional/organograma_2024.pdf.

I. 3.1 QUADRO DE PESSOAL E MOVIMENTAÇÕES

O quadro ativo do TCE/BA, em 27/12/2023, totalizava **481** pessoas, sendo **sete** Conselheiros, **seis** Procuradores do Ministério Público Especial junto ao TCE/BA e **468** servidores, detalhado no quadro 1:

Quadro 1 – Servidores e Movimentações

QUADRO DOS SERVIDORES					QUANTITATIVO
CARGOS EFETIVOS (SEM CARGOS EM COMISSÃO)	Nível Superior			214	266
	Nível Médio			35	
	Nível Fundamental			13	
	Efetivos de outros órgãos à disposição do TCE/BA			4	
CARGOS EM COMISSÃO	Provimento Restrito			75	202
	Provimento Amplo	Ocupados por efetivos do TCE/BA	11	127	
		Ocupados por efetivos de outros órgãos à disposição do TCE/BA	9		
		Ocupados por não efetivos	107		
TOTAL					468
OUTRAS INFORMAÇÕES DO PERÍODO (4º trimestre de 2023)					QUANTITATIVO
Efetivo à disposição em outro órgão ou afastamento provisório					3
Aposentadoria (cargos efetivos)					2

Fonte: CRH.

II RESULTADOS DO CONTROLE EXTERNO

Na tabela 2 estão sintetizados os principais resultados das atividades desenvolvidas pelo TCE/BA no 4º trimestre de 2023.

Tabela 2 – Resultados das atividades do Controle Externo – 4º trimestre 2023

ATIVIDADES	4º TRIMESTRE	ACUMULADO
Conta de Governo apreciada	1	1
Processos de Contas julgados	31	65
Auditorias Concomitantes apreciadas	15	45
Consultas apreciadas	2	4
Denúncias apreciadas	19	50
Recursos julgados	27	112
Reclamações apreciadas	1	3
Embargos de Declaração apreciados	6	24
Termos e Prestações de Contas de Convênios e de Ajustes Congêneres julgados	69	312
Atos de pessoal apreciados	262	1.648
Medidas Cautelares julgadas	1	2
Processo de Responsabilização	0	1
TOTAL DE JULGAMENTOS/APRECIACÕES	434	2.267
DÉBITOS IMPUTADOS	R\$ 7.351.982,29	R\$ 22.012.357,13
DÉBITOS RECOLHIDOS (SEM EXECUÇÃO JUDICIAL)	R\$ 39.854,78	R\$ 175.752,39
MULTAS APLICADAS	R\$ 412.642,40	R\$ 1.011.886,62
MULTAS RECOLHIDAS (SEM EXECUÇÃO JUDICIAL)	R\$ 38.831,15	R\$ 113.872,63

Fonte: GDI/DGE – Consolidação das informações fornecidas pela Secretaria Geral.

II. 1 DELIBERAÇÕES

As deliberações do TCE/BA se revestem das seguintes formas:

Quadro 2 – Tipos de deliberação do TCE/BA

DELIBERAÇÃO	MATÉRIA
RESOLUÇÃO	a) decisão das Câmaras; b) aprovação do Regimento Interno ou de sua alteração e de atos normativos relativos à estrutura, funcionamento e atribuições dos ocupantes de cargos de provimento temporário do Tribunal de Contas; c) aprovação de instruções de caráter geral ou específico relativas ao exercício do controle externo; d) auditorias e inspeções; e) registros; f) consultas e reclamações; g) representações e denúncias; h) prejudgados e súmulas; i) conversão em diligência, quando deliberada por decisão do Pleno e j) sustação de ato ou fixação de prazo para sua correção.
ACÓRDÃO	a) julgamentos do Tribunal Pleno e b) incidentes de inconstitucionalidade.
PROVIMENTO	a) fixação de critério ou orientação normativa; b) orientação referente a assuntos de economia interna do TCE/BA ou a instruções para fiel execução de lei.
PARECER	a) contas do Chefe do Poder Executivo; b) empréstimos ou operações de crédito e c) despesa não autorizada.
ATO	Decisão decorrente de atribuição privativa do Presidente.
PORTARIA	Decisão da atribuição de dirigentes de unidades subordinadas.
DECISÃO MONOCRÁTICA	Proferida pelo Conselheiro Relator, na apreciação, para fins de registro, da legalidade das concessões de aposentadoria, transferência para a reserva, reforma e pensão, bem como quando se tratar de decisão proferida em sede Cautelar.

Fonte: Regimento Interno do TCE/BA.

No trimestre, foram realizadas pelo Tribunal Pleno **17** sessões ordinárias e **1** sessão extraordinária, **16** sessões pelas Câmaras, **10** pela Primeira Câmara e **6** pela Segunda Câmara. Os referidos órgãos colegiados proferiram os quantitativos de deliberações descritas na tabela 3.

Tabela 3 – Sessões realizadas, acórdãos e resoluções

COLEGIADO	4º TRIMESTRE 2023				
	Sessões	Acórdãos	Parecer	Resoluções	
				Conclusivas	Não Conclusivas*
Tribunal Pleno	18	60	0	44	2
Primeira Câmara	10	0	0	40	2
Segunda Câmara	6	0	0	45	0
TOTAL 4º TRIMESTRE	34	60	0	129	4
ACUMULADO (2023)	154	184	0	612	16

Fonte: GDI/DGE – Consolidação das informações fornecidas pela Secretaria Geral.

*Apreciação não conclusiva: deliberação pela conversão do julgamento em diligência.

A síntese das deliberações conclusivas, por natureza de processo, proferidas pelos órgãos colegiados estão disponíveis no Apêndice B. Importante registrar que cada decisão (Acórdão ou Resolução) pode contemplar mais de um gestor ou responsável, enquanto informações detalhadas, incluindo o link para o inteiro teor dos processos apreciados pelo Tribunal Pleno (exceto Recursos e Embargos de Declaração), constam nos Apêndices C, D, E, F, G e I deste Relatório.

Durante o 4º trimestre de 2023 foram aprovadas as seguintes **Resoluções Normativas**:

- ➔ **Resolução nº 097, de 21/11/2023**, que regulamentou, no âmbito do TCE/BA, a aprovação de contas com ressalvas, cumulada com imputação de débito;
- ➔ **Resolução nº 119, de 12/12/2023**, que aprovou o Plano Estratégico do TCE/BA, para o quadriênio 2024-2027;

➔ **Resolução nº 121, de 19/12/2023**, que dispõe sobre normas para a prestação de contas pelos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Direta e Indireta Estadual, e respectiva instrução, para fins de julgamento pelo TCE/BA; e

➔ **Resolução nº 125, de 19/12/2023**, que fixou os Índices de Participação dos Municípios no produto da arrecadação, pelo Estado, do ICMS, para aplicação no exercício de 2024.

Todas as **Resoluções Normativas** editadas pelo TCE/BA estão disponíveis em <<https://www.tce.ba.gov.br/legislacao-tce/resolucoes-normativas>>.

No período em apreço não foram aprovados Provimentos e os principais **Atos da Presidência**, publicado no trimestre, estão relacionado a seguir:

- ➔ **Ato nº 160, de 11/10/2023**, que atualizou a Tabela de Temporalidade de Documentos do TCE/BA;
- ➔ **Ato nº 174, de 09/11/2023**, que aprovou as alterações do Plano Operacional Anual do TCE/BA, para o exercício de 2023.

Os **Atos** estão disponíveis em <<https://www.tce.ba.gov.br/legislacao-tce/atos-da-presidencia>>.

No âmbito das **Decisões Monocráticas**, foram proferidas **290** deliberações no período, sendo **101** por Conselheiros que compõem a Primeira Câmara e **189** pelos integrantes da Segunda Câmara.

II. 2 SANÇÕES PECUNIÁRIAS APLICADAS E RECOLHIDAS PELO TCE/BA

O TCE/BA, ao julgar prestações ou tomadas de contas, possui a competência de imputar aos responsáveis o recolhimento, aos cofres públicos, das parcelas impugnadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, podendo ainda aplicar-lhes multa.

As condenações e sanções aplicadas, referentes aos processos julgados com sua decisão publicada no Diário Oficial Eletrônico do TCE/BA (eDOTCE), durante o 4º trimestre de 2023, estão apresentadas na tabela 4, enquanto o montante recolhido, no período, está descrito na tabela 5.

Tabela 4 – Condenações e sanções aplicadas (R\$)

NATUREZA	QUANTITATIVO		MULTA	DÉBITO	TOTAL
	PROCESSO	RESPONSÁVEL			
Processos de Contas	9	18	204.810,90	4.402.809,03	4.607.619,93
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	7	10	40.500,00	1.874.532,70	1.915.032,70
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	19	34	167.331,50	1.074.640,56	1.241.972,06
TOTAL	35	62	412.642,40	7.351.982,29	7.764.624,69

Fonte: GECON/Secretaria Geral.

Tabela 5 – Condenações e sanções recolhidas (R\$)

NATUREZA	QUANTITATIVO		MULTA	DÉBITO	TOTAL
	PROCESSO	RESPONSÁVEL			
Processos de Contas	9	16	26.309,02	0,00	26.309,02
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	11	11	4.420,76	10.865,79	15.286,55
Prestação de Contas de Recursos Estaduais Atribuídos a Entidades e Instituições	10	11	8.101,37	13.815,51	21.916,88
Recurso	2	2	,00	15173,48	15.173,48
TOTAL	32	40	38.831,15	39.854,78	78.685,93

Fonte: GECON/Secretaria Geral.

Além do recolhimento voluntário, o TCE/BA encaminhou à Procuradoria Geral do Estado (PGE), para fins de execução judicial, **12** Certidões de Débito, no montante de **R\$15.512.725,51**.

Visando obter maior efetividade na cobrança dos seus Títulos Executivos, o TCE/BA ampliou a sua forma de cobrança com a aprovação da Resolução nº 125, de 23/10/2018, modificada pela Resolução nº 071/2022, de 06/09/2022, que regulamenta o procedimento de cobrança extrajudicial dos Títulos Executivos.

A iniciativa foi viabilizada pela parceria com o Instituto de Estudos de Protestos de Títulos do Brasil (IEPTB), por meio do Acordo de Cooperação Técnica nº 07/2018 para a realização, pelo TCE/BA, de Protesto extrajudicial dos Títulos Executórios, independentemente de prévio depósito de emolumentos, custas, contribuições ou quaisquer outras despesas.

Com esse termo de Cooperação, o TCE/BA passou a utilizar o sistema oferecido pelo IEPTB, reduzindo significativamente as dificuldades operacionais no repasse das informações necessárias aos cartórios, sem custos adicionais para o Tribunal.



No 4º trimestre de 2023, foram apresentadas **9** Certidões de Débito, decorrentes dos Títulos Executivos emitidos pelo TCE/BA à Central de Remessa de Arquivos (CRA) para lavratura do protesto extrajudicial pelo Tabelionato, cujos valores atualizados totalizaram **R\$ 4.405.928,24**.

Alinhada às diretrizes de transparência, o TCE/BA divulga, mensalmente, em seu Portal, o Relatório de Recolhimento de Multas e Débitos, vide, p. ex., <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-divulga-valor-de-multas-debitos-e-certidoes-do-quarto-trimestre-de-2023>>.

II. 3 PREMIAÇÕES

II. 3.1 PROGRAMA “OBSERVA TC”



O TCE/BA conquistou o terceiro lugar entre as cortes de contas do Brasil no quesito Transparência Ativa (informações disponibilizadas ao cidadão), sendo superado apenas pelo TCU e TCE/GO, como parte do programa nacional Observa TC. Os dados examinados abrangem as atividades dos tribunais de contas dos estados e da

União (TCs), coletados entre 2021 e 2022, diretamente nos sites oficiais, em páginas indicadas por links ou mediante solicitações baseadas na Lei de Acesso à Informação. Iniciativa dos Observatórios de Brasília, do Rio de Janeiro e de São Paulo, o programa “Observa TC” visa monitorar, avaliar e divulgar o trabalho dos tribunais de contas em todo o país. O Sistema de Observatório Social do Brasil, uma entidade sem fins lucrativos e apartidária composta por cidadãos e entidades da sociedade civil, busca promover a transparência pública e incentivar o controle social dos recursos públicos, estando presente em aproximadamente 140 cidades brasileiras.. Disponível em <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-conquista-3-lugar-em-transparencia-ativa-entre-tcs-de-todo-o-pais>>.

III GESTÃO ESTRATÉGICA

No exercício de 2017, o TCE/BA aprovou o Plano Estratégico (PE) denominado “Aprimorando a Organização em Sintonia com a Sociedade Baiana”, com vigência para o quadriênio 2018-2021, conforme a Resolução nº 138/2017, no qual estão registrados a Visão de Futuro, que se pretende alcançar ao final do ciclo estratégico, a Missão da organização, os seus valores, os objetivos estratégicos para o período e as iniciativas voltadas para alcançá-los.

No exercício de 2021, em razão dos impactos da pandemia de Covid-19, o TCE/BA ampliou ciclo estratégico então vigente, até o final de 2023, a partir da Revisão e Atualização do Plano Estratégico para o biênio 2022-2023, aprovada por meio da Resolução nº 077/2021, que manteve a identidade institucional e o mapa estratégico, apresentados na figura a seguir, mas alterou alguns indicadores e iniciativas estratégicas para o novo período.

A Gestão Estratégica busca dar efetividade ao Plano Estratégico do TCE/BA, a partir do seu desdobramento para toda a organização, por meio dos Planos Tático e Operacional, promovendo a conexão do trabalho de cada um dos setores e pessoas no dia a dia da instituição com elementos estratégicos para a organização, tais como a Visão de Futuro, a Missão, os valores e os objetivos estratégicos.

IDENTIDADE INSTITUCIONAL

MISSÃO

Exercer com efetividade o controle externo da gestão pública, em benefício da sociedade

VISÃO: DESAFIO 7+

Melhorar os resultados para a sociedade, alcançando a Nota 7 em pesquisa de opinião, além de ter implementadas, pelos jurisdicionados, ao menos 70% das recomendações e determinações selecionadas para monitoramento.

VALORES

O **CIDADÃO** é o nosso foco;

INDEPENDÊNCIA no exercício do Controle Externo;

CELERIDADE E EFICÁCIA devem andar juntas;

COMPORTAMENTO ÉTICO: melhor o exemplo do que o discurso;

APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL é uma busca permanente;

TRANSPARÊNCIA é essencial;

COMPROMETIMENTO: nós fazemos o Tribunal de Contas!

MAPA ESTRATÉGICO DO TCE/BA – DESAFIO 7+

SOCIEDADE BAIANA

OBJETIVO 1:
Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual

OBJETIVO 2:
Contribuir para o exercício do Controle Social

PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO 3:
Aprimorar os processos de trabalho e sua gestão

OBJETIVO 4:
Incrementar a tempestividade nas ações de Controle Externo

OBJETIVO 5:
Aprimorar a qualidade das ações de Controle Externo

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO 6:
Desenvolver a cultura orientada para Pessoas e Resultados

OBJETIVO 7:
Ampliar o uso dos Sistemas de Informação

RECURSOS E ESTRUTURA

OBJETIVO 8:
Aperfeiçoar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos

Desde a aprovação da Resolução nº 157/2015, o Sistema de Planejamento e de Avaliação de Desempenho Anual vem sendo frequentemente aperfeiçoado no sentido de incrementar a eficiência, eficácia e efetividade das unidades e da organização.

Nesse sentido, um dos pilares da gestão estratégica do TCE/BA é a harmonização entre o Plano Estratégico, o Plano Tático e o Plano Operacional Anual (POA). Entre os principais conceitos relacionados ao desdobramento da estratégia, destacamos:

- **Metas Institucionais:** os resultados institucionais que, devido à sua complexidade e à sua importância para o alcance da visão e dos objetivos do Plano Estratégico, deverão ser perseguidos durante o exercício pelo TCE/BA e servirão de base para a avaliação de desempenho institucional;
- **Iniciativas Estratégicas:** ações necessárias para atingir os objetivos do Plano Estratégico; e
- **Iniciativas Operacionais:** as atividades, entregas e auditorias que operacionalizam as Iniciativas Estratégicas priorizadas para o exercício, que deverão ser executadas pelas Unidades de nível 3 do TCE/BA, e servirão de base para a avaliação de desempenho setorial.

III. 1 PROGRAMAÇÃO PARA 2023

Como desdobramento anual do Plano Estratégico, o Plano Tático 2023, aprovado por meio da Resolução nº 117/2022, determinou 19 Metas Institucionais, relacionadas ao julgamento de processos de controle externo, considerando a natureza e o ano de autuação.

O desempenho, ao final do 4º trimestre de 2023, está registrado no quadro 3.

Quadro 3 – Metas Institucionais – Desempenho até o 4º trimestre de 2023

NATUREZA	AUTUAÇÃO	META[A]	REALIZADO[B]	DESEMPENHO[B/A]
Contas de Governo	Em 2023	1	1	100%
Processos de Contas	Até 2021	40	29	73%
	Em 2022	26	27	104%
	Em 2023	5	9	180%
Auditorias Concomitantes	Até 2022	52	39	75%
	Em 2023	5	6	120%
Consultas	Até 2023	5	5	100%
Denúncias	Até 2023	50	50	100%
Recursos	Até 2022	87	91	105%
	Em 2023	18	21	117%
Reclamações	Até 2023	3	3	100%
Embargos de Declaração	Até 2023	23	24	104%
Termos e Prestações de Contas de Convênios e de Ajustes Congêneres	Até 2021	227	250	110%
	Em 2022	54	57	106%
	Em 2023	4	5	125%
Atos de pessoal	Até 2022	406	531	131%
	Em 2023	882	1117	127%
Medidas Cautelares	Até 2022	1	2	200%
Processos de Responsabilização	Em 2023	1	1	100%

Fonte: PROInfo em 02/01/2024.

O Plano Tático 2023, determinou, também, 17 iniciativas estratégicas, listadas na figura a seguir.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS 2023

PERSPECTIVA: SOCIEDADE BAIANA

OBJETIVO 1: Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual	OBJETIVO 2: Contribuir para o exercício do Controle Social
▶ IE.1.1 Aprimorar o programa de capacitação de servidores das Unidades Jurisdicionadas ▶ IE.1.2 Aprimorar a sistemática de monitoramento das decisões do TCE/BA ▶ IE.1.3 Implantar o Projeto Educação é da Nossa Conta	▶ IE.2.1 Realizar ações e desenvolver ferramentas de aproximação do cidadão com o TCE/BA ▶ IE.2.2 Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência das ações, produtos e resultados do TCE/BA ▶ IE.2.3 Estabelecer parcerias e realizar ações conjuntas com Órgãos públicos e privados

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS

OBJETIVO 3: Aprimorar os processos de trabalho e sua gestão	OBJETIVO 4: Incrementar a tempestividade nas ações de Controle Externo	OBJETIVO 5: Aprimorar a qualidade das ações de Controle Externo
▶ IE.3.2 Implantar o Núcleo de Gestão de Portfólios e Projetos ▶ IE.3.3 Aprimorar o modelo de monitoramento dos controles internos	▶ IE.4.1 Aperfeiçoar o gerenciamento de prazos para deliberação dos processos de controle externo	▶ IE.5.1 Desenvolver normativos, sistemáticas e projetos de aprimoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria ▶ IE.5.2 Implantar a sistemática de uniformização das deliberações dos Órgãos Colegiados

PERSPECTIVA: APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OBJETIVO 6: Desenvolver a cultura orientada para Pessoas e Resultados	OBJETIVO 7: Ampliar o uso dos Sistemas de Informação
▶ IE.6.1 Implantar Política de Gestão de Pessoas ▶ IE.6.2 Implantar Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas ▶ IE.6.3 Disseminar a cultura orientada para planejamento e resultados	▶ IE.7.1 Intensificar o uso de Informações estratégicas ▶ IE.7.2 Aprimorar processos de trabalho com o uso de TI

PERSPECTIVA: RECURSOS E ESTRUTURA

OBJETIVO 8: Aperfeiçoar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos
▶ IE.8.1 Aperfeiçoar o ambiente físico e a infraestrutura de TI

Nesse contexto, o Relatório das Atividades do TCE/BA segue o modelo de gestão adotado para o ciclo estratégico 2018-2023, tendo a sua apresentação estruturada através das perspectivas e objetivos estratégicos previstos no Plano Estratégico vigente, a partir dos quais aborda-se as iniciativas estratégicas escolhidas para o exercício de 2023 e as atividades e resultados alcançados no trimestre.

III. 1.1 PERSPECTIVA SOCIEDADE BAIANA

A Perspectiva Sociedade Baiana abrange ações e resultados ligados ao relacionamento do TCE/BA com os seus diversos grupos de interesse externos, principalmente os gestores públicos, a Assembleia Legislativa, a sociedade civil organizada e os cidadãos.

Tal Perspectiva é composta por dois objetivos estratégicos: (1) Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual e (2) Contribuir para o exercício do Controle Social.

III. 1.1.1 Objetivo 1: Promover o aprimoramento da Gestão Pública Estadual

O objetivo estratégico 1 é diretamente relacionado à visão definida no Plano Estratégico do TCE/BA, sendo composto por três iniciativas estratégicas.

III. 1.1.1.1 Iniciativa Estratégica 1.1: Aprimorar o programa de capacitação de servidores das Unidades Jurisdicionadas

Durante o 4º trimestre de 2023, foram realizadas, de forma presencial, quatro atividades de capacitação direcionada aos servidores das Unidades Jurisdicionadas (UJs), conforme apresentado no quadro 4.

Quadro 4 – Capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas (UJ)

ATIVIDADE	DATA	CARGA HORÁRIA	PARTICIPANTES	UJ
Programa Conhecendo o TCE/BA: 2ª edição – Defensores públicos recém-empossados (DPE/BA)	04/10/2023	3h	39	Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA)
Curso Fiscalização de Contratos Administrativos: Uma Perspectiva do Controle Público	6, 10, 13 e 17/11/2023	32h	75	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)
Curso Fiscalização de Contratos Administrativos: Uma Perspectiva do Controle Público	20, 21 e 23/11 e 11/12/2023	28h	58	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB)
Capacitação em Convênios e MROSC	06 e 07/12/2023	7h30	80	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)
TOTAL		70h30	252	3

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

Estão listadas, no quadro 5, as atividades de capacitação interna que contaram com participantes externos.

Quadro 5 – Participantes externos em atividades de capacitação

ATIVIDADE	DATA	CARGA HORÁRIA	QUANTITATIVO DE INSCRITOS
CooperAção: Planejamento e Controle: 2ª edição - Governança do PPA 2024-2027: Um modelo em Perspectiva	18/10/2023	2h	69
Palestra Ressignificando a Jornada da Vida	08/11/2023	2h	20
TOTAL		4h	89

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.1.1.2 Iniciativa Estratégica 1.2: Aprimorar a sistemática de monitoramento das decisões do TCE/BA

Com a aprovação da Resolução nº 175/2019, que dispõe sobre o monitoramento do cumprimento das decisões pelo TCE/BA, os procedimentos estão sendo desenvolvidos em conformidade com o texto normativo, com o auxílio das funcionalidades de acompanhamento criadas no Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo).

III. 1.1.1.3 Iniciativa Estratégica 1.3: Implantar o Projeto Educação é da Nossa Conta



O Projeto Educação é da Nossa Conta, regulamentado pela Resolução nº 082/2017, visa orientar os trabalhos de fiscalização do TCE/BA para a verificação do nível de cumprimento do alcance das metas e estratégias definidas nos planos nacional e estadual de educação, como forma de promover a melhoria

na qualidade da educação no nosso estado, em consonância com a Resolução Atricon nº 003/2015, que aprovou as Diretrizes relacionadas à temática “Controle externo nas despesas com educação”.

O Projeto, coordenado pela Cons.^a Carolina Matos, é desenvolvido considerando oito dimensões: (1) Planejamento, (2) Auditoria, (3) Tecnologia da Informação, (4) Formação e Capacitação, (5) Documentação e Instrumentos Normativos, (6) Divulgação, (7) Controle Social e (8) Parcerias.

Durante o 4º trimestre, destacam-se as atividades relacionadas às seguintes dimensões do projeto:

III. 1.1.1.3.1 Auditoria

- ➔ exame dos processos relacionados aos convênios e outros instrumentos nos quais a Secretaria da Educação (SEC) atua como órgão concedente e também como ente fiscalizador. O objetivo primordial é verificar a existência de possíveis irregularidades na utilização dos recursos públicos repassados aos convenientes. Além disso, foi analisado se as medidas corretivas foram adotadas de forma adequada e se foram instaurados processos para a devida reparação dos danos ao erário, quando aplicável. Aqui, destaca-se o exame da Prestação de Contas do Convênio nº 271/2010 firmado entre a SEC e a Fundação Luís Eduardo Magalhães, no valor final de R\$15.045.811,63;
- ➔ continuação da execução da ação implementada em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU), utilizando o Sistema Informatizado de Auditoria de Programas de Educação (Sinapse);
- ➔ conclusão das Auditorias de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC);
- ➔ concluído os trabalhos de acompanhamento da elaboração dos cálculos dos indicadores estabelecidos para o Índice de Melhoria da Educação (IMED), que foi incorporado à fórmula de cálculo para a distribuição da participação dos Municípios na receita do ICMS pelo Governo do Estado da Bahia, conforme estabelecido na Lei Complementar nº 53 de 31/08/2022.

III. 1.1.1.3.2 Formação e Capacitação



Com o objetivo de estabelecer um diálogo eficaz com as instituições públicas e desenvolver soluções para desafios históricos na área da educação, sete instituições uniram esforços para lançar o Projeto Educação é da Nossa Conta, intitulado "Na Estrada". Como parte dessa

iniciativa, diversos municípios de várias regiões do Estado serão contemplados com eventos nos quais representantes de todas as instituições participantes do projeto se farão presentes. Eles irão apresentar às comunidades locais seus projetos e atividades, oferecendo capacitações que contribuirão para o efetivo cumprimento das políticas públicas educacionais, através de planejamento, governança e controle. A ação conta com a participação do TCE/BA e do TCM/BA, em parceria com o TJ/BA, o MPE, a DPE, o MPC, a SEC e o FNDE.

No 4º trimestre foram realizadas duas edições do Projeto: a 1ª edição, no município de Alagoinhas/BA, nos dias 05 e 06/10/2023 e a 2ª, no município de Itabuna/BA, no dia 14/12/2023. Vide <https://educacaoedanossaconta.ba.gov.br/naestrada/alagoinhas>, <https://educacaoedanossaconta.ba.gov.br/naestrada/itabuna>, <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-e-tcm-botam-pe-na-estrada-para-aperfeicoar-a-educacao> e <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/projeto-educacao-e-da-nossa-counta-na-estrada-discute-boas-praticas-de-educacao-em-itabuna>

III. 1.1.2 Objetivo 2: Contribuir para o exercício do Controle Social

O objetivo estratégico 2 possui, como principal eixo, a aproximação do TCE/BA com os cidadãos e a sociedade civil organizada, visando promover o exercício do controle social. O referido objetivo é composto por três iniciativas estratégicas.

III. 1.1.2.1 Iniciativa Estratégica 2.1: Realizar ações e desenvolver ferramentas de aproximação do cidadão com o TCE/BA

III. 1.1.2.1.1 Projeto Ouvidoria Vai à Escola



O Projeto “Ouvidoria Vai à Escola” tem como objetivo central fomentar o controle social e incentivar a participação da comunidade escolar na fiscalização da aplicação de recursos públicos. Além disso, busca contribuir para a formação cívica dos estudantes e promover a melhoria da qualidade da educação, garantindo o direito de acesso à informação e uma sólida formação do indivíduo. Uma das principais metas do projeto é estimular o exercício pleno da cidadania, viabilizando uma escuta qualificada da comunidade escolar sobre o controle social. Dessa forma, busca-se fortalecer a democracia participativa, um princípio fundamental para a formação do cidadão, aumentando sua consciência e informação e incentivando a cobrança de seus direitos junto às instituições de controle.

A iniciativa visa, também, promover um maior envolvimento e aproximação do TCE/BA com os estudantes e cidadãos. A Ouvidoria do TCE/BA

desempenha um papel essencial ao fornecer um guia passo a passo para que os cidadãos possam auxiliar a Corte de Contas na fiscalização dos recursos públicos aplicados pelos gestores.

O público principal do Projeto é formado por estudantes das escolas públicas estaduais baianas, com prioridade para os do ensino médio. Essa abordagem busca engajar a juventude e empoderá-los para que se tornem agentes de mudança e participem ativamente no controle e aprimoramento dos serviços públicos, contribuindo para o fortalecimento da cidadania e da transparência no uso dos recursos públicos.

Neste trimestre, foram proferidas palestras em quatro escolas estaduais, com a presença de 217 estudantes, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Projeto Ouvidoria Vai à Escola

DATA	UNIDADE DE ENSINO	Nº DE ESTUDANTES
18/10/2023	Escola Luís Eduardo Magalhães (Pojuca)	34
18/10/2023	Centro Educacional Profissionalizante em Controle e Gestão (Catu)	60
Mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/ouvidoria-vai-a-escola-leva-mensagem-de-controle-social-para-estudantes-de-pojuca-e-catu >		
21/11/2023	Centro Territorial de Educação Profissional de Dias d'Avila	100
21/11/2023	Colégio Estadual Polivalente de Camaçari	23
Mais informações em < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/ouvidoria-vai-a-escola-visita-escolas-de-dias-d-avila-e-camacari >		
TOTAL		217

Fonte: Ouvidoria.

III. 1.1.2.1.2 TCE em Campo

O Programa TCE em Campo objetiva capacitar a sociedade civil organizada, servidores e administradores públicos municipais e estaduais sobre temas relacionados à gestão e ao controle das políticas públicas.



No 4º trimestre ocorreu a Semana de Controle e Prevenção à Corrupção, de 4 a 7/12/2023, em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, União das Controladorias

Internas do Estado da Bahia (UCIB), Rede de Controle da Gestão Pública e TCM/BA. O propósito desse evento foi promover a melhoria contínua da gestão pública, focando na capacitação de gestores públicos, servidores e profissionais atuantes na área. Abordando temas relevantes sobre ações de controle, governança e prevenção à corrupção, a iniciativa buscou considerar as mais pertinentes e atuais questões relacionadas ao tema. O objetivo final foi aprimorar o acompanhamento e a execução das políticas públicas, além de facilitar um intenso *networking* entre profissionais para compartilhamento e intercâmbio de experiências.

Dentre as diversas palestras, destacaram-se:

- ➔ Relatório de Sustentabilidade – A nova fronteira do controle público – Cons. Inaldo Araújo – Diretor da ECPL/TCE-BA;
- ➔ Corrupção e *compliance officer* – controle e responsabilidade – Nefi Cordeiro – Jurista;

- ➔ Desafios e Oportunidades para a promoção da equidade de gêneros nas discussões governamentais – 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres – Adiane Jaqueline Neves da Silva Oliveira – Juíza de Direito e Coordenadora Regional da Associação dos Magistrados da Bahia;
- ➔ Governança e prevenção de litígios na advocacia pública- desafios regulatórios e legislativos – Walter José Fayad de Moura – Procurador do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD);
- ➔ A relevância do Controle Interno nas ações preventivas e no apoio às ações do Controle Externo – Ronaldo Nascimento Sant’Anna – Cons. do TCM/BA;
- ➔ Desafios do Controle Interno para a melhoria da gestão pública – Edmar Moreira Camata – Secretário de Estado de Controle e Transparência do Estado do Espírito Santo; e
- ➔ Boas práticas administrativas e condutas vedadas em período eleitoral – Edivaldo Ferreira Júnior – Advogado, Professor e Vereador do Município de Vitória da Conquista-BA e Carina Cristiane Canguçu Virgens – Desembargadora Substituta do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA).

O público-alvo dos eventos foi composto de gestores públicos de todas as áreas, servidores públicos, empregados públicos, estudantes de cursos correlatos, sociedade civil organizada e demais profissionais atuantes ou interessados na área e contou com 936 inscrições. Vide <https://www.pmvc.ba.gov.br/programacao-semana-de-controle-e-prevencao-a-corrupcao/>

III. 1.1.2.1.3 Programa Casa Aberta



O Programa Casa Aberta tem como principal propósito estimular o controle social e promover a conscientização sobre a importância da cidadania plena, por meio da apresentação de novas perspectivas de atuação na sociedade e do conhecimento das ações realizadas pelo TCE/BA.

As atividades do programa são voltadas para a comunidade estudantil do Ensino Fundamental II, do Ensino Médio e graduandos de instituições públicas e privadas. Além disso, o programa também busca envolver alunos de escolas especiais, conselheiros de políticas públicas e membros da sociedade civil organizada.

Ao englobar diferentes segmentos da comunidade, o Programa Casa Aberta almeja fornecer um espaço de interação e aprendizado mútuo, permitindo que os participantes entendam o papel do TCE/BA na fiscalização dos recursos públicos e na promoção de uma gestão eficiente e transparente

No período foi realizada uma edição para um total de sete estudantes da Faculdade Baiana de Direito.

III. 1.1.2.1.4 Redes Sociais

As redes sociais apontam caminhos que ajudam o TCE/BA a dialogar de uma forma direta e mais próxima com o cidadão, consolidando-se como canais para debater, compartilhar conhecimentos e despertar na sociedade o interesse em fiscalizar os recursos públicos.



No trimestre, foram lançados novos *podcasts* nas plataformas Spotify e Anchor.fm, bem como foram atualizadas as páginas do TCE/BA no Facebook, Instagram, YouTube e Twitter, além da disponibilização de fotografias pelo Flickr. O conteúdo, disponibilizado nas mídias sociais, é atualizado pela Assessoria de Comunicação (ASCOM), com base nos princípios e diretrizes da Política de Comunicação (Resolução nº 095/2014).

III. 1.1.2.2 Iniciativa Estratégica 2.2: Aperfeiçoar instrumentos normativos e ferramentas de promoção da transparência das ações, produtos e resultados do TCE/BA

III. 1.1.2.2.1 Transparência Ativa

O Portal do TCE/BA contém um espaço, na sua página inicial, direcionado aos cidadãos, onde é possível acessar informações, em cumprimento à Resolução nº 163/2015, que dispõe sobre o acesso à informação e a aplicação da Lei nº 12.527/2011, no âmbito do TCE/BA.



Consta nesse espaço, no ícone Institucional, informações relativas à: [Transparência](#); [Competências](#); [Estrutura Organizacional](#); [Perguntas Frequentes](#); [Programas, Ações e Projetos](#); [Relatório Estatístico da Ouvidoria](#), [Orçamento](#), [Demonstrativos Contábeis / FIPLAN](#); [Gestão Fiscal](#); [Despesas](#): [Consolidada](#), [Detalhada](#), [Ordem cronológica de pagamento](#), [Padrão](#), [Baixo Valor](#), [Exceções da Lei](#); [Contratos](#); [Convênios](#): [Nacionais](#), [Internacionais](#), [Instrumentos de](#)

repassa ou transferência de recursos financeiros; Obras; Patrimônio; Relatórios: Corregedoria; Órgãos Colegiados, Trimestral de Atividades e Prestação de Contas, Ouvidoria - Relatório Estatístico; Gestão de Pessoas; Andamento de Processos; Estoque Online, Tempo de Julgamento, Tempo de Permanência no Setor; Licitações; Classificação das informações: Classificadas, Desclassificadas; Dados Abertos; SIC; Ouvidoria.

Ademais, as notícias são atualizadas, diariamente, no Portal do TCE/BA, como se pode verificar pelas indexações das matérias relacionadas às ações descritas no presente Relatório.

III. 1.1.2.2.1.1 PROInfo Express

O TCE/BA disponibiliza, em seu Portal, o Sistema PROInfo Express, que permite o acesso direto aos processos eletrônicos da instituição. Por meio dessa ferramenta, gestores públicos, cidadãos e procuradores têm acesso online ao conteúdo de todos os documentos e processos eletrônicos, podendo, ainda, protocolar, peticionar, responder a notificações e acompanhar o andamento dos autos do processo sem precisar se deslocar à sede do TCE/BA. Para tanto, é necessário o credenciamento prévio e a emissão de certificado digital para pessoa física, junto ao TCE/BA, nos termos da Resolução nº 124/2015 e do Ato da Presidência nº 236/2015, disponíveis na aba “Legislação” do portal do TCE/BA.

Para obter mais informações, faz-se necessário acessar a opção “Processo Eletrônico” em www.tce.ba.gov.br, na aba “Serviços”. Os interessados, ainda, podem dirimir dúvidas através dos telefones (71) 3115-4462/4440.

III. 1.1.2.2.1.2 TCE CIDADÃO

O aplicativo TCE CIDADÃO permite que qualquer pessoa tenha acesso, seja para fazer denúncias a respeito de mau uso, desvio ou desperdício do dinheiro público ou simplesmente consultar as pautas das sessões plenárias, verificar e acompanhar o andamento de processos. Pelo aplicativo, também, é possível que os jurisdicionados tenham acesso aos boletos de cobrança bancárias relativas às multas aplicadas pelos órgãos colegiados do TCE/BA. O TCE CIDADÃO pode ser adquirido de forma gratuita na loja virtual *Google Play*.

III.1.1.2.2.1.3 Mirante Social



Para garantir a efetividade do acesso à informação pública, o TCE/BA, por meio do Sistema de Observação das Contas Públicas (Mirante), descrito no item III.1.3.2.2.1.1, desenvolveu uma versão de fácil utilização para o cidadão: o Mirante Social.

De forma proativa, essa ferramenta possibilita a obtenção de informações de interesse público dos entes do Estado da Bahia, visando contribuir para ampliação do exercício do controle social.

Estão disponibilizadas informações que permitem análises variadas sobre as despesas do Estado da Bahia registradas no Sistema Integrado de Planejamento e Finanças (FIPLAN). Os dados do FIPLAN são atualizados mensalmente na base de dados do TCE/BA, a partir do dia 21 do mês corrente, com dados do mês anterior, envolvendo todos os poderes. O Mirante Social está disponível em <<https://www.tce.ba.gov.br/mirante-social>>.

III.1.1.2.2.1.4 Transmissão das sessões dos órgãos colegiados pelo YouTube

As medidas voltadas à mitigação da transmissibilidade da Infecção Humana pelo Coronavírus (Covid-19), em especial diante da outrora suspensão das sessões presenciais do Tribunal Pleno e das Câmaras, promoveram a utilização de ferramenta tecnológica para realização de sessões virtuais dos órgãos colegiados do TCE/BA. Tal recurso foi mantido neste trimestre, com a transmissão em tempo real pela plataforma de vídeo do YouTube, vide <https://www.youtube.com/@tcebahia>.

III.1.1.2.2.1.5 Publicações

III.1.1.2.2.1.5.1 Relatório de Atividades e Prestação de Contas do TCE/BA



No dia 31/10/2023, cumprindo o seu dever de prestar contas no prazo determinado pelo art. 14 da Lei Complementar nº 05/1991, o TCE/BA entregou à ALBA e publicou em seu Portal, o Relatório de Atividades referente ao 3º trimestre do exercício de 2023. Vide

<https://www.tce.ba.gov.br/institucional/transparencia/trimestral-de-atividades>.

Todos os Relatórios de Atividades e Prestações de Contas, desde 2001, estão disponibilizados no Portal do TCE/BA, na seção “Institucional/Transparência”. Vide: <https://www.tce.ba.gov.br/institucional/transparencia/trimestral-de-atividades>.

III.1.1.2.2.1.5.2 Anuário de Ações Educacionais de 2022



No trimestre foi lançado, em versão digital, o Anuário de Ações Educacionais 2022 da ECPL. A edição destaca os principais projetos organizados pela ECPL durante o ano passado, como os programas de capacitação para jurisdicionados e de ampliação da atuação do controle social. Disponível em

<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/ecpl-divulga-o-anuario-de-aco-es-educacionais-de-2022>.

III.1.1.2.2.1.5.3 Cartilha “Linguagem Simples”



O TCE/BA lançou, no dia 26/12/2023, a cartilha de comunicação para cidadãos e profissionais de imprensa com os principais termos técnicos e jurídicos do controle externo traduzidos em uma linguagem mais simples. Dividida em sete tópicos, a cartilha ilustra e apresenta as atribuições da Corte de Contas,

funções dos auditores, conselheiros e um glossário com os conceitos que mais aparecem nos documentos e relatórios sobre as fiscalizações das contas públicas. Além disso, o material conta com uma explicação de como ocorre o julgamento das contas no TCE/BA e a simplificação de um texto jurídico. A

cartilha faz parte de uma das ações recomendadas pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) como forma de disseminar e incentivar o uso da linguagem simples e do direito visual tanto em peças técnicas como relatórios de auditoria, pareceres e decisões, quanto na própria comunicação institucional dos tribunais. Divulgada em novembro deste ano, a Nota Recomendatória nº 04/2023 considera a linguagem como meio para a redução de desigualdades, promoção da transparência e do acesso aos serviços públicos. No formato digital, a cartilha está disponível no portal do TCE/BA, no endereço https://www.tce.ba.gov.br/images/noticias/2023/12_DEZ/Cartilha_Linguagem_Simples_TCE_FINAL.pdf. Disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/para-os-cidadaos-e-imprensa-tce-ba-lanca-cartilha-com-os-termos-do-controle-externo-traduzidos-em-linguagem-mais-simples>.

III.1.1.2.2.1.5.4 Relatórios Estatísticos da Ouvidoria

Além da Carta de Serviços da Ouvidoria com informações quanto aos serviços oferecidos, requisitos de acesso, prazos e forma de comunicação com os manifestantes, disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/carta-de-servicos-da-ouvidoria#conteudo>, no mês subsequente à finalização de cada trimestre, é publicado o Relatório Estatístico Trimestral da Ouvidoria e o Relatório de Atividades da Ouvidoria, que apresentam informações do atendimento realizado. Os Relatórios publicados no período em apreço, estão disponíveis em <https://www.tce.ba.gov.br/relatorios-estatistico> e <https://www.tce.ba.gov.br/institucional/ouvidoria/relatorios-de-acoess>.

III.1.1.2.2.2 Transparência Passiva

A Ouvidoria do TCE/BA é uma unidade dedicada ao atendimento dos grupos de interesses externos que solicitam informações, suscitam dúvidas ou ofereçam denúncias relativas às atividades finalísticas do Tribunal. No 4º trimestre de 2023, a Ouvidoria recebeu **129** manifestações, discriminadas na tabela 6, por tipo de demanda.

Tabela 6 – Tipos de demandas registradas

TIPO	QUANTITATIVO	%
Solicitação de Informação	79	61,24
Manifestação de Denúncia	31	24,03
Manifestação de Reclamação	7	5,43
Manifestação de Elogio	1	0,78
Outras Manifestações	11	8,52
TOTAL	129	100,00

Fonte: Planilha Manifestações_2023 (Ouvidoria).

Em relação ao meio de acesso à Ouvidoria, o Correio Eletrônico foi o mais utilizado, com 59,69%, conforme relacionado na tabela 7.

Tabela 7 – Meios de contatos utilizados

TIPO	QUANTITATIVO	%
Correio Eletrônico	77	59,69
Portal	29	22,48
Aplicativo de celular WhatsApp	11	8,53
Telefone	10	7,75
Outros Meios	2	1,55
TOTAL	129	100,00

Fonte: Planilha Manifestações_2023 (Ouvidoria).

A maioria das demandas foi procedente de pessoa física, representando 73,64%, como apresentado na tabela 8.

Tabela 8 – Perfil do demandante

PERFIL	QUANTITATIVO	%
Pessoa física	95	73,64
Anônimo	25	19,38
Pessoa jurídica	9	6,98
TOTAL	129	100,00

Fonte: Planilha Manifestações_2023 (Ouvidoria).

Do total de **129** manifestações recebidas pela Ouvidoria, **127** foram respondidas no trimestre.

Cumprir registrar que, além dessas demandas, a Central de Atendimento prestou **32** informações imediatas, as quais não demandam registro no Sistema. Assim, o total de atendimentos prestados pela Ouvidoria, no trimestre, alcançou a quantidade de **161**.

III.1.1.2.2.2.1 Pesquisa de Opinião sobre os serviços da Ouvidoria

O grau de satisfação do usuário dos serviços da Ouvidoria do TCE/BA foi avaliado por meio de ferramenta de pesquisa de opinião, onde o nível máximo de satisfação é representado por cinco estrelas. Os principais resultados estão apresentados a seguir:

- ➔ **Satisfação dos usuários com a qualidade do atendimento:** dentre os usuários que responderam à pesquisa de satisfação, **81,82%** classificaram o atendimento como de cinco estrelas, 9,09% avaliaram ser de quatro estrelas e 9,09% indicaram ser de três estrelas;

- ➔ **Satisfação dos usuários quanto ao tempo de resposta às demandas:** **81,82%** dos usuários declararam que o tempo de resposta merece cinco estrelas, 9,09% avaliaram ser de quatro estrelas e 9,09% avaliaram ser de duas estrelas;

- ➔ **Satisfação dos usuários com a qualidade das respostas às demandas:** **81,82%** consideraram como muito satisfatória a resposta recebida, atribuindo **cinco estrelas** e 18,18% avaliaram ser de quatro estrelas.

III.1.1.2.3 Iniciativa Estratégica 2.3 Estabelecer parcerias e realizar ações conjuntas com Órgãos públicos e privados

III.1.1.2.3.1 Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)



ATRICON

Criada em 16/08/1992, a Atricon atua com o intuito de garantir a representação, a defesa, o aperfeiçoamento e a

integração dos Tribunais de Contas e de seus Membros, visando aprimorar o Sistema de Controle Externo do Brasil em benefício da sociedade. Entre as diversas atividades realizadas em parceria com a Atricon destacam-se as desenvolvidas no âmbito da Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas), do Comitê técnico especializado sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), do Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC), da Rede Integrar e Projeto Sede de Aprender Nacional.

III.1.1.2.3.1.1 Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas)



A Rede Nacional de Informações Estratégicas para o Controle Externo (Rede InfoContas), criada por Acordo de Cooperação Técnica, celebrado em 02/07/2013, com o objetivo de proporcionar o aumento da eficiência das ações de controle externo, é integrada pelas Unidades de Informações Estratégicas dos Tribunais de Contas brasileiros signatários do referido instrumento.

O NIE do TCE/BA tem desempenhado um papel ativo no Comitê Estratégico de Gestão da Rede InfoContas, participando das teleconferências tanto de planejamento quanto de deliberação. Essas reuniões regulares proporcionam um espaço para discussões e deliberações sobre a implementação de ações estruturantes para o funcionamento da rede, bem como o planejamento de eventos voltados para capacitação e compartilhamento de experiências.

O Comitê organizou um evento virtual aberto a toda a rede em outubro. Durante esse evento, destacaram-se as iniciativas do TCM/RJ na reestruturação da Matriz de Risco de Fornecedores (MRF) utilizando a linguagem Python. Além disso, foi abordada a experiência do TCE/PI na aplicação da MRF no planejamento de auditorias no Piauí. O evento também incluiu a apresentação dos resultados alcançados pelos Grupos Técnicos formados em 2023:

- ➔ Fluxo procedimental – Produção de Conhecimento das Unidades de Informações Estratégicas (UIEs);

- ➔ Viabilização do acesso e disponibilização de bases de dados;
- ➔ Trabalho conjunto: produção de conhecimento específico sobre o terceiro setor na área da Saúde e Organizações Sociais.

No mês de novembro, durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, o Comitê promoveu o encontro anual da rede InfoContas, resultando na aprovação do Plano de Ações para 2024.

III.1.1.2.3.1.2 Comitê técnico especializado sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Por meio da Portaria nº 011, de 26/05/2022, a Atricon instituiu o Comitê Técnico especializado sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para conduzir a análise técnica e a seleção das iniciativas submetidas pelos Tribunais de Contas.

O Conselheiro-presidente, Marcus Presídio, integra este Comitê, enquanto o Superintendente Técnico do TCE/BA, José Raimundo Bastos de Aguiar, lidera a assistência técnica do respectivo colegiado.

No decorrer do trimestre, foram concluídas a avaliação e a seleção das iniciativas enviadas pelos 14 Tribunais de Contas, sendo realizada pelos servidores do TCE/BA, que fazem parte do Comitê, a tabulação dos resultados. Posteriormente, ocorreu a divulgação, na página da Atricon, da relação das iniciativas classificadas como boas práticas e as demais como “outras iniciativas”.

III.1.1.2.3.1.3 Rede Integrar



A Rede Integrar de Políticas Públicas Descentralizadas, ou somente Rede Integrar, é uma rede colaborativa, formada pelos Tribunais de Contas do Brasil, por meio do Acordo de Cooperação Técnica entabulado entre Atricon, IRB, TCU e Tribunais de Contas aderentes, com o objetivo de estabelecer cooperação técnica para fiscalização e aperfeiçoamento do ciclo de implementação de políticas públicas descentralizadas no Brasil.

O TCE/BA desempenha um papel ativo no Comitê encarregado de elaborar o Plano de Ação de Trabalhos (PAT) para 2024. Esse processo compreende a coleta de sugestões de ações, a organização e integração dessas propostas, além do alinhamento das diretrizes para selecionar as iniciativas que serão efetivamente implementadas ao longo do próximo ano. Neste trimestre, o TCE/BA atuou de forma colaborativa junto ao Comitê encarregado da elaboração do PAT, o qual foi aprovado durante reunião técnica realizada no III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas em Fortaleza. Este plano, agora aprovado, delineia as iniciativas que serão efetivamente realizadas ao longo do próximo ano.

III.1.1.2.3.2 Instituto Rui Barbosa (IRB)

O TCE/BA é membro titular do Instituto Rui Barbosa (IRB), que é uma associação civil de estudos e pesquisas, responsável por realizar capacitações, seminários e encontros, visando aprimorar as atividades exercidas nos Tribunais de Contas do país.



Neste trimestre, a equipe da SUTEC concluiu a atualização da página das Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público (NBASP) no site do IRB. Foram publicadas as normas NBASP 200, NBASP 2000 e NBASP 2200-2899, com o objetivo de alinhar o conteúdo à estrutura da página oficial das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), disponível no site da Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI).

Além disso, no site do IRB, foi disponibilizada a tradução dos Manuais de Auditoria Financeira, de Auditoria de Conformidade e de Auditoria Operacional da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI). Esses produtos foram incorporados ao acervo de documentos do IRB e também foram adotados como traduções oficiais para o Português na INTOSAI - The International Organization of Supreme Audit Institutions.

III.1.1.2.3.3 Termo de Acordo e Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas de Angola



No dia 30/11/2023, durante o III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas, os presidentes do TCE/BA e TCM/BA, Cons. Marcus Presidio e Cons. Francisco de Souza Andrade Netto, respectivamente, assinaram o Termo de Acordo e Cooperação Técnica celebrado com o Tribunal de Contas da República de Angola.

O Termo de Referência tem como objetivo principal promover o intercâmbio de tecnologia e cooperação técnica entre os dois Tribunais, com o propósito de compartilhar experiências e fortalecer os laços institucionais. Além disso, busca modernizar os sistemas de controle externo e fiscalização por meio de ações contínuas de cooperação técnica, visando ao desenvolvimento institucional e ao aperfeiçoamento técnico, científico e cultural dos recursos humanos das Cortes de Contas signatárias.

III.1.1.2.3.4 Acordos de Cooperação e parcerias na área de Educação Corporativa

Durante o trimestre, continuou-se o planejamento e a execução de ações educacionais por meio de parcerias com instituições e órgãos públicos, visando promover a capacitação e aperfeiçoamento profissional no TCE/BA. As colaborações incluíram a Escola de Contas do TCM/BA, a Rede de Educação Corporativa dos Tribunais de Contas, a Universidade Corporativa do Serviço Público (UCS)/SAEB-BA, a UCS/Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (SEPLAN/BA), o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento (CEA)/Procuradoria-Geral do Estado da Bahia (PGE/BA) e a Universidade Corporativa (UNICORP)/TJBA.



Em 10/11/2023, o Conselheiro Inaldo Araújo, Diretor da ECPL e Vice-Presidente de Auditoria do IRB, ministrou a palestra de encerramento do Programa TCEduc 2023, abordando o tema “O TCE nos municípios como agentes de capacitação e aperfeiçoamento dos gestores públicos”. O evento ocorreu no auditório

da Escola Superior do Parlamento Cearense (Unipace) e contou com a presença de Membros, gestores e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE), prefeitos, deputados, vereadores, jurisdicionados, estudantes e sociedade em geral. Além disso, em 22/11/2023, o Conselheiro proferiu a palestra “Importância do Relatório de Sustentabilidade na Transparência Pública”, integrando o Painel 5 do IX Seminário Brasileiro de Contabilidade e Custos Aplicados ao Setor Público (SBCASP), realizado nos dias 21 e 22/11/2023, no auditório do Instituto Serzedello Corrêa/Escola Superior do Tribunal de Contas da União, em Brasília/DF.



Em 18/10/2023 foi realizada a 2ª Edição do Programa CooperAção: Planejamento e Controle, com o tema: Governança do PPA 2024-2027: Um Modelo em Perspectiva, em parceria com a UCS/SEPLAN. O evento, realizado online, contou com palestras de Milton de Sousa Coelho Filho, Superintendente de Gestão Estratégica da SEPLAN/BA, e Maria Raquel Mesquita Melo, Secretária-Adjunta Nacional de Planejamento do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO). A servidora do TCE/BA, Josimeire Leal de Oliveira, Gerente de Auditoria da 7ª CCE, atuou como mediadora. O evento teve 116 inscritos, 236 visualizações e 73 picos simultâneos.

A servidora do TJ/BA, Maria Cristina Brito dos Santos, ministrou a oficina “Análise Prática em Processos de Aposentadoria” nos dias 13, 14 e 20/11/2023, beneficiando oito servidores da 6ª CCE.

Por fim, a parceria com o TCM/BA permitiu a participação de 22 servidores desse órgão em diversas ações educacionais promovidas pela ECPL.

III.1.1.2.3.5 Representação Institucional

Durante o trimestre, os Membros do TCE/BA representaram o Tribunal nas atividades descritas no quadro 7:

Quadro 7 – Representação Institucional 4º trimestre de 2023

CONSELHEIRO	ATIVIDADE	DATA
Conselheiro-presidente Marcus Presídio	Primeira edição Projeto Educação é da Nossa Conta - “Na Estrada”	05/10/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-e-tcm-botam-pe-na-estrada-para-aperfeicoar-a-educacao >	
	Conferência “P3C – PPPs e Concessões”	19/10/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/p3c-regional-nordeste-discute-sobre-investimentos-em-infraestrutura >	
	Solenidade de posse da Procuradora de Justiça do MP/BA	31/10/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidente-do-tce-ba-prestigia-posse-da-procuradora-de-justica-do-mp-ba >	
	Outorga da medalha Thomé de Souza ao presidente do TJ/BA	08/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidente-do-tj-ba-e-condecorado-com-a-medalha-thome-de-souz >	
	XXV Congresso Nacional do Ministério Público	09/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidentes-do-tce-e-tcm-participam-da-abertura-do-xxv-congresso-nacional-do-mp >	10/11/2023
	Reunião do Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas	28/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidentes-alinham-aco-es-para-aperfeicoamento-dos-tcs >	
	III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	29/11/2023

CONSELHEIRO	ATIVIDADE	DATA
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/diretoria-da-atricon-reforca-compromisso-de-gestao >	
	Entrevista no programa Balanço Geral, Rádio Sociedade da Bahia	05/12/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/presidente-marcus-presidio-fala-dos-principais-avancos-do-tce-ba >	
	Posse da nova mesa diretora do TCE/SE	11/12/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/nova-mesa-diretora-do-tce-se-foi-empossada-nesta-segunda-feira-11 >	
Cons. Inaldo Araújo	Live “Quadro-Compromisso das Escolas de Governo Brasileiras para Cooperação e Disseminação da Agenda 2030 no Brasil”	10/10/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/diretor-da-ecpl-participa-de-live-que-divulgou-quadro-compromisso-das-escolas-de-governo-para-o-alcance-da-agenda-2030-no-brasil >	
	Solenidade em comemoração aos 54 anos da Tribuna da Bahia	24/10/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tribuna-completa-54-anos-de-comunicacao-com-a-sociedade >	
	Congresso Nacional de Contabilidade Municipal	08/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/diretor-da-ecpl-fala-de-padroes-internacionais-de-auditoria-em-congresso-de-contabilidade >	
	Reunião do Comitê de Auditoria do Setor Público	28/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/conselheiro-inaldo-araujo-apresenta-versao-em-portugues-de-3-manuais-de-auditoria >	
	III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	30/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/conselheiro-inaldo-araujo-participa-das-comemoracoes-dos-20-anos-do-bibliocontas >	
	Posse da nova mesa diretora do TCE/SE	11/12/2023

CONSELHEIRO	ATIVIDADE	DATA
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/nova-mesa-diretora-do-tce-se-foi-empossada-nesta-segunda-feira-11 >	
Cons.^a Carolina Matos	III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	29/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/conselheira-carolina-matos-ressalta-o-fazer-diario-dos-operadores-do-controle >	
	Posse da nova mesa diretora do TCE/SE	11/12/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/nova-mesa-diretora-do-tce-se-foi-empossada-nesta-segunda-feira-11 >	
	Projeto “Educação é da Nossa Conta – Na Estrada”	14/12/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/projeto-educacao-e-da-nossa-counta-na-estrada-discute-boas-praticas-de-educacao-em-itabuna >	
Cons. Gildásio Penedo Filho	III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	29/11/2023
	Mais informações em: < https://www.tce.ba.gov.br/noticias/diretoria-da-atricon-reforca-compromisso-de-gestao >	

Fonte: Portal do TCE/BA, consolidação DGE.

III. 1.2 PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

A Perspectiva Processos Internos engloba atividades relativas ao aprimoramento dos processos de trabalho, tanto da área meio quanto da área finalística do TCE/BA, contemplando três objetivos estratégicos.

III. 1.2.1 Objetivo 3: Aprimorar os processos de trabalho e sua gestão

O objetivo estratégico 3 é composto por três iniciativas estratégicas, sendo direcionado para a estruturação, monitoramento e aperfeiçoamento das

atividades e dos projetos do TCE/BA. Tal objetivo abrange todas as unidades do TCE/BA, já que possui como objeto o funcionamento e organização das atividades contínuas e pontuais realizadas no Tribunal.

III. 1.2.1.1 Iniciativa Estratégica 3.1: Implantar o Núcleo de Gestão de Portfólios e Projetos

Durante o trimestre deu-se continuidade ao acompanhamento dos projetos em andamento, entretanto as ações para aprimorar a gestão de Portfólios e Projetos foram adiadas em virtude da falta de capacidade operacional da GDI/DGE.

III. 1.2.1.2 Iniciativa Estratégica 3.2: Aprimorar o modelo de monitoramento dos controles internos

III. 1.2.1.3.1 Auditoria Interna (AUDIT)

Durante o 4º trimestre de 2023, a AUDIT desenvolveu as seguintes atividades:

- ➔ Conclusão da Auditoria Especial no Sistema de Controle Interno do TCE/BA – Exercício de 2022 (SGA 006/2023);
- ➔ Conclusão da Auditoria de Acompanhamento da Despesa com Pessoal do TCE/BA – 3º trimestre de 2023 (SGA 166/2023); e
- ➔ Conclusão da Auditoria de Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal – 2º Quadrimestre de 2023 (SGA 140/2023).

III. 1.2.2 Objetivo 4: Incrementar a tempestividade nas ações de Controle Externo

O objetivo estratégico 4 é composto pela iniciativa estratégica 4.1, tendo como foco uma maior celeridade às ações de Controle Externo, para que, ao final da implementação do Planejamento Estratégico 2018-2023, este TCE/BA garanta o princípio constitucional da duração razoável do processo, conforme os prazos detalhados no quadro 8.

Quadro 8 – Prazos para apreciação dos Processos de Controle Externo

NATUREZA	PRAZO PARA APRECIÇÃO
Contas de Governo	60 dias
Processos de Contas	Até o final do exercício seguinte ao da autuação
Auditorias Concomitantes	180 dias
Consultas	90 dias
Denúncia	270 dias
Recursos	120 dias
Reclamação	270 dias
Embargos de Declaração	120 dias
Termos e Prestações e Contas de Convênios e Ajustes Congêneres	365 dias
Atos de Pessoal	120 dias
Medidas Cautelares	60 dias

Fonte: PE 2018-2023 e Resolução Atricon nº 01/2014.

III. 1.2.2.1 Iniciativa Estratégica 4.1: Aperfeiçoar o gerenciamento de prazos para deliberação dos processos de controle externos

O gerenciamento de prazos, implantado em 2018, contempla a determinação, monitoramento e avaliação das **Metas Institucionais**, relacionadas ao julgamento de processos, considerando a natureza e o ano de autuação, aprovadas no Plano Tático, e as **Metas Setoriais** de instrução inicial dos Processos de Contas, de realização de Auditorias Concomitantes e de tempo máximo de permanência dos processos nas unidades técnicas, consignadas no Plano Operacional Anual (POA).

As Metas Institucionais e o POA, para o exercício de 2023, foram aprovadas por meio da Resolução nº 117/2022.

III. 1.2.2.1.1 Monitoramento das Metas Institucionais 2023

No trimestre, a Diretoria de Gestão Estratégica (DGE) divulgou mensalmente o controle das apreciações e julgamentos realizados, por meio de Painel de Monitoramento das Metas Institucionais.

O desempenho final do exercício de 2023 está apresentado no quadro 3, do item III. 1, supra.

III. 1.2.2.1.2 Monitoramento das Metas Setoriais 2023

III. 1.2.2.1.2.1 Instrução inicial dos Processos de Contas autuados em 2023

Os prazos para a instrução inicial dos processos de contas autuados em 2023, estabelecidos a partir da sistemática de gerenciamento de prazos, bem como a situação ao final do 4º trimestre, estão registrados no quadro 9, por Unidade Jurisdicionada.

Quadro 9 – Instrução inicial dos Processos de Contas, por UJ (POA 2023)

UNIDADE JURISDICIONADA	PRAZO	SITUAÇÃO
PC/BA (Despesa de Caráter Sigiloso)	28/02/2023	CONCLUÍDA
SSP (Despesa de Caráter Sigiloso)	10/03/2023	CONCLUÍDA
SEDUR, Casa Civil, Casa Militar do Governador, FUNDAC, Fundação Paulo Jackson	31/05/2023	CONCLUÍDAS
SECOM	15/06/2023	CONCLUÍDA
TJ/BA, PC/BA UNEB, AGERSA, HEMOBA	30/06/2023	CONCLUÍDAS
SESAB	07/07/2023	CONCLUÍDA
SJDHDS	14/07/2023	CONCLUÍDA
PM/BA	21/07/2023	CONCLUÍDA
CERB, UEFS, INEMA	31/07/2023	CONCLUÍDAS
EGBA	23/08/2023	CONCLUÍDA
SECTI, SSP, FAPESB, EMBASA	31/08/2023	CONCLUÍDAS
JUCEB	01/09/2023	CONCLUÍDA
BAHIA PESCA	15/09/2023	CONCLUÍDA
SAEB	22/09/2023	CONCLUÍDA
CONDER, SEC	30/09/2023	CONCLUÍDAS

UNIDADE JURISDICIONADA	PRAZO	SITUAÇÃO
DPE	15/10/2023	CONCLUÍDA
ALBA, SUDESB	31/10/2023	CONCLUÍDAS
SEFAZ	20/11/2023	CONCLUÍDA
CAR	30/11/2023	CONCLUÍDA
SDR	20/12/2023	CONCLUÍDA
SEPLAN	29/12/2023	CONCLUÍDA

Fontes: Sistema de Monitoramento das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO) e Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), em 15/01/2024.

III. 1.2.2.1.2.2 Realização de Auditorias Concomitantes

Até o dia 31/12/2023, 37 Auditorias Concomitantes foram iniciadas, ou continuadas a partir de trabalhos iniciados no exercício de 2022, sendo que 34 delas foram concluídas até aquela data, como se observa no quadro 10.

Quadro 10 – Auditorias Concomitantes, por natureza (POA 2023)

NATUREZA	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	0	11
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal	0	3
Acompanhamento das Licitações e Contratos	0	1
Acompanhamento de Concessões	0	1
Acompanhamento de Obras Públicas	1	2
Auditoria Especial	0	1

NATUREZA	EM ANDAMENTO	CONCLUÍDA
Auditoria Financeira	0	2
Auditoria Operacional Ambiental	0	1
Auditoria Operacional em Ações Governamentais	1	6
Auditoria Operacional em Órgãos/Entidades	1	4
Projetos Cofinanciados com Recursos Externos	0	2
TOTAL	3	34

Fontes: Sistema de Monitoramento das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO) e Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), em 02/10/2023.

O objeto das Auditorias Concomitantes está detalhado no Apêndice J.

III. 1.2.2.1.2.3 Tempo máximo de permanência dos processos nas unidades

Além do controle da fase processual de instrução inicial dos Processos de Contas e das Auditorias, descrito acima, a sistemática de gerenciamento de prazos determina, em dias, a duração máxima de permanência dos processos nas unidades técnicas, conforme sintetizado no quadro 11.

Quadro 11 – Prazos de permanência nas unidades técnicas, por natureza

NATUREZA	PRAZO (dias)				
	GAPRE	Gabinetes de Conselheiros	MPC	Gerências de Controle Externo	ATEJ
Processos de Contas	-	30	50	100	50
Auditorias Concomitantes	-	30	50	90	50
Consultas	30	-	30	-	30

Reclamações	30	-	-	-	-
Recursos e Reclamações	-	30	50	50	60
Denúncia	-	30	30	40	30
Atos de Pessoal	-	30	90	90	90
Termos e Prestações de Contas de Convênios e Ajustes Congêneres	-	40	60	120	70
Embargos de Declaração	-	30	50	-	50
Medidas Cautelares	-	20	20	-	20
Processos de Responsabilização	-	30	30	40	30

Fonte: Anexo II, da Resolução nº 117/2022.

Visando auxiliar os servidores na gestão dos processos, foi encaminhado mensalmente aos responsáveis o Painel de Monitoramento Setorial, o qual registra o desempenho da unidade, bem como alerta sobre as datas-limite para a tramitação dos processos em estoque.

III. 1.2.2.2 Indicadores Estratégicos do Objetivo 4

A implementação da sistemática, ao final do 4º trimestre de 2023, resultou nos seguintes indicadores estratégicos de desempenho:

Quadro 12 – Indicadores de desempenho do objetivo estratégico 4

NATUREZA	% DE APRECIÇÕES TEMPESTIVAS		% DE ESTOQUE NO PRAZO	
	META PREVISTA 2023	REALIZADO	META PREVISTA 2023	REALIZADO
Contas de Governo	100%	100%	100%	100%*

NATUREZA	% DE APRECIÇÕES TEMPESTIVAS		% DE ESTOQUE NO PRAZO	
	META PREVISTA 2023	REALIZADO	META PREVISTA 2023	REALIZADO
Processos de Contas	70%	55%	80%	70%
Auditorias Concomitantes	35%	9%	40%	47%
Consultas	80%	25%	80%	0%
Denúncia	80%	68%	80%	73%
Recursos	25%	3%	26%	28%
Reclamação	80%	33%	80%	100%*
Embargos de Declaração	80%	38%	80%	80%
Termos e Prestações e Contas de Convênios e Ajustes Congêneres	43%	8%	66%	40%
Atos de Pessoal	50%	69%	40%	39%
Medidas Cautelares	30%	0%	80%	100%*

Fonte: PROInfo. *Quando não existe estoque no final do exercício, considera-se 100%.

III. 1.2.3 Objetivo 5: Aprimorar a qualidade das ações de Controle Externo

O objetivo estratégico 5, em análise ampla, é complementar ao objetivo estratégico 4, e vice-versa, tendo como alvo a qualificação das ações de Controle Externo, apresentando duas iniciativas estratégicas para o exercício.

III. 1.2.3.1 Iniciativa Estratégica 5.1: Desenvolver normativos, sistemáticas e projetos de aprimoramento da qualidade dos trabalhos de auditoria

III. 1.2.3.1.1 Atos Normativos

Neste trimestre foram concluídas as alterações na Resolução que dispõe

sobre normas para a prestação de contas pelos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Direta e Indireta Estadual.

III. 1.2.3.1.2 Sistema de Controle de Qualidade da Auditoria

Durante este trimestre, concluíram-se mais quatro avaliações do terceiro ciclo da garantia da qualidade, totalizando sete no exercício, além do Relatório Final.

III. 1.2.3.2 Iniciativa Estratégica 5.2: Implantar a sistemática de uniformização das deliberações dos Órgãos Colegiados

No ano de 2020, foi concluído, por equipe constituída por representantes dos Gabinetes de Conselheiro, do Ministério Público de Contas do Estado da Bahia (MPC/BA) e da Gerência de Jurisprudência e Informações Processuais (GERIN), a revisão e atualização do anteprojeto de resolução, autuado sob o nº TCE/011652/2019, que visa regulamentar a constituição e sistematização da padronização e uniformização das decisões do TCE/BA e dispõe sobre elaboração de Acórdãos e Resoluções. O referido processo encontra-se disponível para apreciação pelo Tribunal Pleno.

III. 1.3 PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

A Perspectiva Aprendizado e Crescimento possui como foco o desenvolvimento técnico e gerencial dos membros e servidores do TCE/BA, assim como o desenvolvimento tecnológico da organização, para que a combinação entre o aprimoramento do corpo funcional, somado ao dos sistemas de informação, promovam o efetivo funcionamento da organização. Tal Perspectiva é composta por dois objetivos estratégicos.

III. 1.3.1 Objetivo 6: Desenvolver a cultura orientada para Pessoas e Resultados

O objetivo estratégico 6 possui três iniciativas estratégicas, tendo como alicerces principais a implantação da política de gestão de pessoas e o aprimoramento da gestão estratégica do TCE/BA.

III. 1.3.1.1 Iniciativa Estratégica 6.1: Implantar Política de Gestão de Pessoas

No 4º trimestre, o Núcleo de Gestão de Pessoas (NGP) vinculado à Coordenação de Recursos Humanos (CRH), no âmbito da implementação da Política de Gestão de Pessoas do TCE/BA, desenvolveu as seguintes atividades:

- ➔ continuidade das ações referentes ao Projeto de Implantação da Junta Médica Oficial do TCE/BA e do sistema informatizado de apoio aos atendimentos da Junta;
- ➔ conclusão do Projeto de Reestruturação do Plano de Cargos e da Estrutura de Carreira dos servidores do TCE/BA para encaminhamento ao Plenário;
- ➔ realização e monitoramento das ações inerentes ao Projeto Piloto do Sistema de Gestão por Competências;
- ➔ realização da Semana do Servidor Público do TCE/BA e do TCM/BA, em parceria com o SCM e o SERAS, no período de 23/10 a 25/10/2023;
- ➔ acompanhamento e fiscalização das atividades relativas à realização do Concurso Público destinado ao provimento de vagas no quadro de servidores do TCE/BA, conforme Ato nº 067, de 12 de abril de 2023;

- ➔ planejamento de evento no âmbito do Programa de Preparação para Aposentadoria do TCE/BA (PPA) com a realização da Palestra: “Ressignificando a Jornada da Vida”, visando proporcionar oportunidades aos servidores aposentáveis e identificar novas potencialidades e talentos para um novo começo em suas vidas;
- ➔ planejamento e execução de ação no âmbito do Programa de Liderança do TCE/BA, em parceria com a ECPL, com a realização da Palestra: “Desafios Contemporâneos da Liderança nos Tribunais de Contas”.

III. 1.3.1.1.1 Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania (PSQVC)

A Política de Saúde, Qualidade de Vida e Cidadania (PSQVC), regulamentada pela Resolução nº 081/2017, tem como objetivo garantir aos servidores do TCE/BA o direito à redução dos riscos inerentes ao trabalho, de acordo com as normas de saúde, higiene e segurança, conforme estabelecido no artigo 7º da Constituição Federal.

No 4º trimestre, continuaram os atendimentos médicos, odontológicos e o acompanhamento psicossocial aos servidores do TCE/BA.

Além disso, a Junta Médica Oficial do TCE/BA realizou atividades médico-periciais solicitadas por servidores do TCE/BA e do TCM/BA, em conformidade com a Resolução nº 062/2022, que regulamenta a Junta Médica Oficial do TCE/BA.

A CRH, por meio da Gerência de Assistência ao Servidor (GERAS), conduziu os exames médicos periódicos no âmbito do PCMS, buscando incluir todos os membros e servidores ativos deste Tribunal, em conformidade com a Resolução nº 081/2017, que regulamenta a PSQVC.

III. 1.3.1.1.1.1 Campanhas e Palestras na área de saúde, bem-estar e direitos humanos

Durante o trimestre, no âmbito das ações com foco na promoção da saúde, bem-estar e direitos dos membros e servidores do TCE/BA, foram realizadas as seguintes ações:

- ➔ **Campanha Outubro Rosa**, em alusão ao Dia Internacional de Combate ao Câncer de Mama (19/10), o TCE/BA aderiu à campanha de prevenção a essa enfermidade com o objetivo de promover a conscientização sobre o câncer de mama e alertar sobre a necessidade de realização de autoexames, mamografias e visitas periódicas aos médicos. Disponível em: <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/vista-rosa-no-dia-mundial-de-combate-ao-cancer-de-mama-2> e <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/atencao-e-cuidados-contr-o-cancer-de-mama>;



- ➔ **12ª Caminhada de Prevenção da Obesidade**, em alusão ao Dia Mundial de Combate à Obesidade (07/10), o TCE/BA promoveu a 12ª Caminhada, um evento de saúde, alegria e integração entre os servidores e colaboradores do TCE/TCM/BA com o objetivo de disseminar hábitos de vida saudáveis que contribuam para seu bem-estar. Disponível em: <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/caminhada-no-cab-busca-saude-e-bem-estar>;

- ➔ **Comemoração da Semana do Servidor (23 a 26/10)** para celebrar o Dia do Servidor Público (28/10), o TCE/BA promoveu eventos com uma programação diversificada, incluindo a feirinha do Servidor, celebração pelos 10 anos do Coral de Vozes TCE/TCM/BA, Karaokê do Servidor, entre outros. Disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/coral-do-tce-tcm-comemora-10-anos-com-emocao-e-talento> e <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/dia-do-servidor-e-comemorado-com-muita-musica-alegria-e-integracao>;

- ➔ **Campanha Novembro Azul**, o TCE/BA se uniu ao movimento de conscientização e prevenção ao câncer de próstata. O objetivo é alertar sobre as principais doenças que impactam a população masculina, ressaltando a importância do diagnóstico precoce, de uma alimentação saudável, da prática de atividades físicas e do acompanhamento médico especializado. Essas medidas podem contribuir significativamente para evitar formas mais graves da doença. Disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/vista-azul-no-dia-mundial-de-combate-ao-cancer-de-prostata>;



- ➔ **Campanha para Aferição de Glicemia**, o TCE/BA para divulgar o Dia Mundial de Combate à Diabetes (14/11) promoveu a realização de testes para aferição da glicemia como prevenção ao diabetes. Disponível em: <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/servidores-do-tce-e-tcm-fazem-teste-de-glicemia-como-prevencao-ao-diabetes>;

➔ **Campanha Laço Branco**, o TCE/BA em alusão ao Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres (06/12), convidou os servidores e colaboradores a participarem da mobilização pelo fim dessa causa, utilizando nesse dia, alguma peça de roupa branca. O Coral Vozes do TCE/TCM e a equipe da Corporação Militar também convocaram todos os servidores para defesa da causa, que tem como objetivo incentivar os homens a repudiar atitudes de ódio contra as mulheres, combatendo a todo e qualquer tipo de agressão, seja física, verbal, psicológica ou financeira. Disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/vista-branco-no-dia-nacional-de-mobilizacao-dos-homens-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres>;



➔ **Campanha Natal Solidário**, o TCE/BA convidou os servidores a aderirem à campanha com a retirada de um cartão na árvore de Natal para realização da entrega de presentes para os filhos dos colegas terceirizados, no intuito de fazer uma criança mais feliz. Disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/natal-solidario-no-tce-ba-faca-uma-crianca-mais-feliz>.

III. 1.3.1.2 Iniciativa Estratégica 6.2: Implantar Sistema de Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas

Em cumprimento ao Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas do TCE/BA, a Escola de Contas coordenou o Plano de Capacitação para o

desenvolvimento dos Membros, servidores e estagiários do TCE/BA, que contemplou, no 4º trimestre de 2023: (1) Cursos e Capacitações; (2) Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES); (3) Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos; (4) Capacitações por meio de parcerias institucionais; e (5) Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio e Superior.

III. 1.3.1.2.1 Cursos e Capacitações

As atividades relacionadas aos Cursos e Capacitações estão no quadro 13:

Quadro 13 – Cursos e Capacitações

AÇÕES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS	DATA	CARGA HORÁRIA	Nº INSCRITOS
CooperAção: Planejamento e Controle: 2ª edição	18/10/2023	2h	47
Palestra Ressignificando a Jornada da Vida	08/11/2023	2h	111
Capacitação Análise Prática em Processo de Aposentadoria	13, 14 e 20/11/2023	12h	8
Palestra Desafios Contemporâneos dos Tribunais de Contas	12/12/2023	1h30	63
TOTAL:		17h30	229

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.3.1.2.2 Programa de Incentivo à Educação Superior (PIES)

Em 31/12/2023, encontravam-se vigentes oito bolsas de estudo para curso de pós-graduação e uma bolsa de estudo para curso de graduação, listadas, respectivamente, nos quadros 14 e 15.

Quadro 14 – Bolsas de estudo para Curso de Pós-graduação vigentes

NOME	LOTAÇÃO	CURSO	INSTITUIÇÃO
Carlos Maurício Aouad Campos	CEDASC/ GITI	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Data Science & Analitics	Centro Universitário SENAI CIMATEC
Morgana Bellazzi de Carvalho	Gabinete de Conselheiro	Doutoramento em Direito Público: Estado Social, Constituição e Pobreza	Universidade de Coimbra/ Portugal
Augusto César Pinheiro de Mattos	SUTEC/ GDEX	MBA em Ciências de Dados	Universidade São Paulo (USP)
Isabel Adriana Campos Rocha Arruti	1ª CCE	Pós-graduação em Auditoria em Organizações do Setor Público	Faculdade UNYLEYA-UNIEAD
Patrícia Mirna Paes Inácio	1ª CCE	Pós-graduação em Auditoria em Organizações do Setor Público	Faculdade UNYLEYA-UNIEAD
Daise Barbosa	4ª CCE	MBA Auditoria e Inovação no Setor Público	Universidade de São Paulo (USP)
Juliana Alves Prates Caminha de Castro	5ª CCE	MBA Auditoria e Inovação no Setor Público	Universidade de São Paulo (USP)
Francisco Dias Lima Júnior	ATEJ	Pós-graduação de Gestão em Compras Públicas	UEPG/Instituto de Negócios Públicos

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

Quadro 15 – Bolsas de estudo para cursos de graduação vigentes

NOME	LOTAÇÃO	CURSO	INSTITUIÇÃO
Dalva Andrade Erdens	7ª CCE	Direito (2ª graduação)	Faculdade Batista Brasileira

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

III. 1.3.1.2.3 Programa de Apoio à Participação em Eventos Externos

No 4º trimestre, houve 43 participações de servidores em ações de capacitação e aperfeiçoamento profissional externa, custeadas pelo TCE/BA, conforme consta no Apêndice K.

III. 1.3.1.2.4 Cursos e capacitações através de parcerias institucionais

Os quadros 25 e 26, do Apêndice L, informam o quantitativo de servidores que concluíram ações de capacitação por meio de parcerias institucionais.

III. 1.3.1.2.5 Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio e Superior

Durante o trimestre, a ECPL realizou o acompanhamento do Programa de Estágio de Estudantes de Ensino Médio, Técnico e Superior. Estavam em atividade no final do trimestre: um estagiário de Ensino Médio e 24 de Ensino Superior.

III. 1.3.1.3 Iniciativa Estratégica 6.3: Disseminar a cultura orientada para planejamento e resultados

III. 1.3.1.3.1 Planejamento 2023

III. 1.3.1.3.1.1 Monitoramento do Plano Operacional Anual (POA) 2023

Desde o início do exercício, a Diretoria de Gestão Estratégica (DGE) tem acompanhado o desempenho das iniciativas operacionais das Unidades do TCE/BA, compartilhando informações e análises, a partir dos dados do Sistema de Monitoramento das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO), do Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA) e do Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo).

III. 1.3.1.3.1.2 Repactuação do Plano Operacional Anual (POA) 2023

Nos meses de outubro e novembro, concluiu-se a fase de repactuação do POA 2023, em conformidade com as etapas e prazos estabelecidos na Resolução nº 117/2022, que dispõe sobre as Diretrizes para o Planejamento Operacional e para o Sistema de Avaliação de Desempenho do exercício de 2023.

Nesse contexto, os ajustes nas iniciativas do POA 2023, solicitados pelos chefes imediatos das unidades de nível 3 e aprovados pelos respectivos chefes mediatos até 16/10/2023, foram devidamente registrados no Sistema MAESTRO pela Gerência de Planejamento (GP).

Posteriormente, a GP elaborou o Parecer sobre as Alterações do POA 2023, incluindo os ajustes registrados no Sistema MAESTRO até a referida data, acompanhados de uma análise de suas repercussões nos níveis tático e estratégico do planejamento do TCE/BA.

As mencionadas alterações no POA 2023 foram aprovadas por meio do Ato da Presidência nº 174, de 09/11/2023.

III. 1.3.1.3.2 Elaboração do Planejamento Estratégico 2024-2027



No 4º trimestre, o TCE/BA deu continuidade à elaboração do Planejamento Estratégico para o quadriênio 2024-2027, a partir da realização de diversas oficinas (workshops) e reuniões de trabalho envolvendo Conselheiros, gestores e servidores da instituição.

Após três meses de intensas reflexões e debates, que envolveram servidores e membros em uma construção participativa, os conselheiros do TCE/BA aprovaram, na sessão plenária do dia 12/12/2023, o Plano Estratégico da instituição para o quadriênio 2024-2027, conforme Resolução nº 119/2023.

O plano aprovado revisa a missão do TCE/BA, que define a razão de existir e o propósito da instituição. Além disso, estabelece uma nova visão, que representa o futuro desejado dentro de um período mais longo de tempo, e atualiza os valores institucionais, referentes aos princípios básicos que devem direcionar a conduta e as ações da organização, de seus dirigentes e servidores.

III. 1.3.2 Objetivo 7: Ampliar o uso dos Sistemas de Informação

O objetivo estratégico 7 busca maximizar o uso e a estruturação das informações disponíveis e úteis ao TCE/BA, não apenas através do desenvolvimento tecnológico de sistemas, mas também pela melhor organização e fluidez nas informações de suas diversas unidades, tanto nas atividades-meio quanto nas finalísticas, com duas iniciativas estratégicas.

III. 1.3.2.1 Iniciativa Estratégica 7.1: Intensificar o uso de Informações Estratégicas

III. 1.3.2.1.1 Desenvolvimento de ações de inteligência para a atividade do Controle Externo

No trimestre foi finalizado trabalho realizado pelo NIE, em conjunto com o Grupo do Infocontas, focado no aprimoramento do controle sobre a atuação do terceiro setor na saúde pública. Esse esforço envolveu a produção de

conhecimento específico sobre o terceiro setor na área da saúde e organizações sociais. No site do TCE/SC, estão disponíveis informações fornecidas por dez Tribunais de Contas, apresentadas em um Painel estruturado. Esse Painel contém dados das execuções orçamentárias e financeiras de contratos e outros instrumentos firmados entre os poderes públicos e as organizações sociais, além de resultados de riscos avaliados com base nos atributos definidos no modelo da Matriz de Fornecedores, previamente difundida no ambiente do Infocontas.

III. 1.3.2.2 Iniciativa Estratégica 7.2: Aprimorar processos de trabalho com o uso de TI

III. 1.3.2.2.1 Gestão de Sistemas

III. 1.3.2.2.1.1 Sistema de Solicitações Administrativas Eletrônicas (E-Sol)



O Sistema de Solicitações Administrativas Eletrônico (E-Sol) é a plataforma utilizada para registrar, consultar e gerenciar os requerimentos administrativos no âmbito do TCE/BA, sendo implantado de forma modular para maior efetividade.

Neste trimestre, deu-se continuidade ao desenvolvimento do novo E-Sol, visando à migração para uma tecnologia mais moderna baseada em Angular e Docker, com o propósito de aprimorar o desempenho e a agilidade do sistema.

Foi concluído o desenvolvimento do primeiro módulo do E-Sol na plataforma Angular, o módulo de solicitação de requerimentos e concluído os ajustes gerais para o referido módulo ser disponibilizado aos servidores.

III. 1.3.2.2.1.2 Implementação de demandas corretivas e evolutivas

No 4º trimestre, foram implementadas 108 demandas corretivas nos sistemas SGA, MAESTRO, PrestContas, SISCobra e Sisatos-Aposentadoria, além de terem sido implementadas 19 demandas evolutivas nos mesmos sistemas.

III. 1.4 PERSPECTIVA RECURSOS E ESTRUTURA

A Perspectiva Recursos, por fim, é a base do mapa estratégico, sendo essencial para o alcance das demais perspectivas. O seu principal foco é a otimização da estrutura física e financeira do TCE/BA. Apenas a partir de tal aprimoramento será possível ocorrer o desenvolvimento do quadro funcional e tecnológico que, por sua vez, viabilizará o atendimento aos diferentes grupos de interesse externos do Tribunal.

III. 1.4.1 Objetivo 8: Aperfeiçoar a infraestrutura e otimizar a utilização de recursos

O objetivo estratégico 8 é o reflexo da sua perspectiva e serve como alicerce para o desenvolvimento dos outros objetivos estratégicos. Tal objetivo é composto por uma iniciativa estratégica.

III. 1.4.1.1 Iniciativa Estratégica 8.1: Aperfeiçoar o ambiente físico e a infraestrutura de TI

III. 1.4.1.1.1 Programa de Sustentabilidade dos Tribunais de Contas da Bahia (TCECO)



O Programa de Sustentabilidade dos Tribunais de Contas da Bahia (TCEco), desenvolvido em parceria com o TCM/BA, objetiva a adoção de práticas de preservação e sustentabilidade do meio ambiente, correlacionando-se com o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, o qual, em suas diretrizes, estabelece que as Cortes de Contas devem proteger a natureza, reduzindo gastos. Nesse sentido, visa, ainda, dar maior transparência à gestão dos próprios recursos, com base na premissa de que os Tribunais de Contas precisam ser referência em gestão para se legitimarem, ainda mais, como fiscais do erário, conforme apontamento da Atricon, no Programa Qualidade e Agilidade dos Tribunais de Contas (QATC). Além disso, a implementação desse programa, em caráter permanente e contínuo, proporcionará ao TCE/BA o atendimento dos princípios da eficiência, eficácia e economicidade, norteadores da boa Administração Pública.



No dia 18/12/2023, o TCE/BA, em parceria com a DPE/BA e a Neoenergia Coelba, assinou o Termo de Cooperação Técnica visando o desenvolvimento de ações de eficiência energética. O principal objetivo é a implementação de uma usina fotovoltaica, com potência de até 300 kWp, na unidade consumidora do Centro Administrativo da Bahia. Disponível em <<https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-neoenergia-dpba-assinam-termo-para-implantacao-de-energia-fotovoltaica>>.

III. 1.4.1.1.2 Melhorias na infraestrutura e nos bens do TCE/BA

No 4º Trimestre de 2023, o TCE/BA promoveu investimentos e melhorias em suas instalações físicas, com a execução a cargo da Diretoria Administrativa (DIRAD). Nesse período, foram realizadas diversas ações que contribuíram para a modernização e adequação do ambiente, alinhadas com as responsabilidades institucionais da DIRAD. Dentre os destaques, podemos citar:

- ➡ Revitalização dos banheiros feminino e masculino do 1º andar;
- ➡ Adequação da Oficina Artífice;
- ➡ Adequação da Oficina Manutenção do TCE;
- ➡ Renovação do forro no corredor do 2º andar;
- ➡ Conclusão da obra da drenagem da jardineira frontal;
- ➡ Conclusão da reforma e modernização das salas de treinamento da Escola de Contas.

III. 1.4.1.1.3 Infraestrutura em TI

III. 1.4.1.1.3.1 Atualização do Ambiente Tecnológico do Banco de Dados Corporativo (SQL Server)

Após a conclusão da aquisição no final de 2022, o TCE deu início, no início deste ano, à implementação da versão mais recente do principal Sistema Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) utilizado na instituição, o Microsoft SQL Server 2022. Essa atualização é crucial para promover a modernização tecnológica de todo o ambiente de banco de dados corporativo.

A primeira fase da atualização envolveu os ambientes de desenvolvimento e homologação de sistemas. O objetivo foi assegurar, por meio de testes rigorosos, a total compatibilidade dos sistemas já desenvolvidos na instituição com a nova versão do SQL Server. Além disso, essa etapa incluiu a migração de serviços de infraestrutura essenciais, como a ferramenta de controle de acesso ao prédio do TCE e a solução de Auditoria de Infraestrutura, entre outros.

A última e crítica etapa consistiu na migração do ambiente crucial, abrangendo as bases de dados de todos os sistemas corporativos, como PROInfo, SGA, Mirante, SCR e MAESTRO. Essa fase representa um marco significativo, garantindo que o TCE/BA opere com eficiência e segurança em seus processos, fortalecendo a integridade e o desempenho de todos os sistemas vitais para o funcionamento da instituição.

III. 1.4.1.1.3.2 Implantação de nova infraestrutura de rede para dados

No último trimestre, foi concluída a atualização tecnológica de toda a infraestrutura de rede cabeada, que havia sido implantada em 2001 e se encontrava defasada em termos de equipamentos, velocidade, tecnologias de controle, monitoramento e segurança da informação.

A nova rede de dados adota a tecnologia de cabeamento de rede Categoria 6A, no padrão LSZH-3 (Low Smoke Zero Halogen), garantindo que os cabos sejam antichamas e livres de halogênios, com baixa emissão de fumaça. Esse padrão eleva a segurança, evitando que o cabeamento atue como meio de propagação do fogo ou fumaça em caso de incêndio.

Paralelamente, 12 racks (centros de fiação) foram desativados e os switches foram consolidados em apenas 4 centros de fiação, em áreas projetadas para o funcionamento ideal dos equipamentos. Esse processo respeita rigorosamente as normas técnicas, incluindo a observância da distância máxima entre o centro de fiação e os pontos de rede.

Todo o novo cabeamento já foi instalado, os ajustes no centro de fiação principal foram concluídos, e o novo Data Center Modular Externo foi ativado com sucesso. Essa atualização não apenas modernizou a infraestrutura, mas também fortaleceu a eficiência e a segurança da rede, preparando-se para os desafios tecnológicos do futuro.

III. 1.4.1.1.3.3 Implantação de Data Center Modular Externo



Em 31/10/2023, o TCE/BA inaugurou seu novo Data Center Modular Externo, projeto conduzido pelo Cedasc com investimentos de R\$3,6 milhões, provenientes de licitação. Localizado no subsolo, substitui as instalações antigas, adequando-se às exigências de segurança de TI para os próximos anos. Certificado Tier III, permite manutenções sem desligamento, mesmo em falhas elétricas, destacando-se em disponibilidade e segurança. Com capacidade para três racks, utiliza tecnologias avançadas, como sistema de confinamento, refrigeração redundante, no-breaks e detecção de incêndio. A interconexão elétrica com a subestação, realizada por conexões duplas ligadas a grupos geradores redundantes, garante a disponibilidade contínua em falhas

elétricas. O ambiente físico, estanque e com capacidade de proteção contra incêndios de até 120 minutos a 1.000 °C, segue normas rigorosas da ABNT.

A etapa crítica do projeto foi o "moving", onde equipamentos foram desligados, transportados e religados, contando com a colaboração da equipe de analistas de infraestrutura do TCE, terceiros e da LCS Engenharia, responsável pela construção. Essa cooperação foi vital para o sucesso da fase crítica. O novo Data Center não apenas moderniza a infraestrutura, mas também reforça a posição do TCE como referência em tecnologia da informação, atendendo aos mais altos padrões de eficiência, segurança e disponibilidade para os desafios futuros. Disponível em <https://www.tce.ba.gov.br/noticias/tce-ba-inaugura-novo-data-center-um-avanco-historico>.

III. 1.4.1.1.3.4 Automação/parametrização de procedimentos auditoriais

No trimestre, prosseguiu-se com a automação/parametrização dos procedimentos auditoriais para a verificação dos dados publicados pelos Poderes e/ou Órgãos da Administração, relativos às metas e limites estabelecidos na LC nº 101/2000, com o intuito de gerar previamente/imediatamente os relatórios da LRF pela Coordenadoria de Controle Externo responsável.

Nos três relatórios já disponibilizados no Mirante - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, Demonstrativo da Dívida Consolidada e Demonstrativo da Despesa com Pessoal - foram efetuadas todas as alterações solicitadas pelos gestores responsáveis.

A automação e parametrização dos procedimentos auditoriais têm o potencial de otimizar significativamente a eficiência e a precisão na verificação dos dados financeiros públicos, contribuindo para a conformidade com as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal e para a transparência na gestão pública.

IV MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA

O Ministério Público de Contas do Estado da Bahia (MPC/BA), ao longo do 4º trimestre de 2023, deu continuidade à análise de processos sujeitos a julgamento pelo TCE/BA, manifestando-se acerca das matérias de sua competência, como a seguir demonstrado:

Quadro 16 – Documentos produzidos pelo MPC/BA – 4º trimestre 2023

Parecer do Ministério Público		
Natureza	4º Tri	Acumulado
ADMISSÃO DE PESSOAL	10	69
APOSENTADORIA – APOSENTADORIA	13	123
APOSENTADORIA – NOVAÇÃO DE APOSENTADORIA	4	23
APOSENTADORIA – RENÚNCIA DE APOSENTADORIA	0	1
APOSENTADORIA – RETIFICAÇÃO DE APOSENTADORIA	1	3
APOSENTADORIA – REVERSÃO/CASSAÇÃO	0	2
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DA EXEC. ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	0	8
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	0	4
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DAS LICITAÇÕES, CONTRATAÇÕES DIRETAS E CONTRATOS	1	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES	2	3
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS, TERMOS DE FOMENTO, TERMOS DE COLABORAÇÃO E ACORDOS DE COOPERAÇÃO	0	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE OBRAS PÚBLICAS	0	2
AUDITORIA – APURAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DECISÕES	2	11
AUDITORIA – AUDITORIA DE CONFORMIDADE	1	1
AUDITORIA – AUDITORIA DE ESCOPO ESPECÍFICO	2	7

AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM AÇÕES GOVERNAMENTAIS	1	2
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM ÓRGÃOS – ENTIDADES	1	2
AUDITORIA – AUDITORIA DE MONITORAMENTO	3	4
AUDITORIA – AUDITORIA ESPECIAL	1	1
AUDITORIA – CÁLCULO DO IPM	1	1
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	0	1
AUDITORIA – PROJETOS COFINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	2	3
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – CONTRATOS	1	3
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIOS	0	2
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ATRIBUÍDOS A ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	34	168
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ESTADUAIS ATRIBUÍDOS A MUNICÍPIOS	17	94
CONSULTA	3	5
CONTRATO – TERMO DE CONTRATO	0	1
DENÚNCIA	23	55
DOCUMENTO – ACOMPANHAMENTO DE DECISÃO	0	1
DOCUMENTO – ENCAMINHAMENTO	0	1
DOCUMENTO – NOTÍCIA DE FATO	0	1
DOCUMENTO – RETORNO DE DILIGÊNCIA	0	1
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	5	28
MEDIDA CAUTELAR	1	4
PENSÃO – PENSÃO ESPECIAL	2	5
PENSÃO PREVIDENCIÁRIA	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONVÊNIO	1	9
PRESTAÇÃO DE CONTAS – DESPESA DE CARÁTER SIGILOSO	0	2

PRESTAÇÃO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS DO GOVERNADOR	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO	2	14
PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE FOMENTO	1	10
PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESA	0	1
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22	49
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	9	23
RECLAMAÇÃO	1	3
RECURSO – APELAÇÃO	8	45
RECURSO – APELAÇÃO OU REVISÃO	4	27
RECURSO – REVISÃO	5	21
REFORMA	2	28
RESCISÃO DE JULGADO	3	9
REVISÃO ADMINISTRATIVA	0	3
TERMO DE AJUSTAMENTO DE GESTÃO	1	3
TOMADA DE CONTAS	1	2
TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIO	1	3
TOMADA DE CONTAS – TERMO DE ACORDO E COMPROMISSO	3	14
TOMADA DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO	1	2
TOMADA DE CONTAS – TERMO DE FOMENTO	1	4
TOMADA DE CONTAS – TOMADA DE CONTAS DE PREFEITURAS, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	0	2
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA	0	19
Subtotal 1:	197	937
Promoção Ministerial/Diligência		
Natureza	4º Tri	Acumulado
ADMISSÃO DE PESSOAL	4	21

APOSENTADORIA – APOSENTADORIA	1	14
APOSENTADORIA – NOVAÇÃO DE APOSENTADORIA	2	4
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	0	1
AUDITORIA – ACOMPANHAMENTO DE CONCESSÕES	1	3
AUDITORIA – APURAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DECISÕES	0	4
AUDITORIA – APURAÇÃO DE MONITORAMENTO	1	2
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL AMBIENTAL	1	1
AUDITORIA – AUDITORIA OPERACIONAL EM ÓRGÃOS E ENTIDADES	1	1
AUDITORIA – AUDITORIA DE ESCOPO ESPECÍFICO	0	2
AUDITORIA – AUDITORIA ESPECIAL	0	2
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – CONVÊNIOS	1	4
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ATRIBUÍDOS A ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	3	30
COMPROVAÇÃO, PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS – RECURSOS ESTADUAIS ATRIBUÍDOS A MUNICÍPIOS	3	13
DENÚNCIA	4	11
DOCUMENTO – ENCAMINHAMENTO	0	1
DOCUMENTO – RETORNO DE DILIGÊNCIA	0	2
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	1	3
PENSÃO – PENSÃO ESPECIAL	0	3
PRESTAÇÃO DE CONTAS – CONTRATO DE GESTÃO	0	1
PRESTAÇÃO DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO	0	1
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9	24
PROCESSO DE CONTAS – PROCESSO DE CONTAS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	2	11
RECURSO – APELAÇÃO	1	2
RECURSO – APELAÇÃO OU REVISÃO	1	5

RECURSO – REVISÃO	1	1
REFORMA	1	5
RESCISÃO DE JULGADO	0	1
TOMADA DE CONTAS	1	2
TOMADA DE CONTAS – TERMO DE COLABORAÇÃO	1	1
TOMADA DE CONTAS – TOMADA DE CONTAS DE PREFEITURAS, ENTIDADES E INSTITUIÇÕES	0	1
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVA	0	2
Subtotal 2:	40	179
TOTAL	237	1.116

Fonte: Sistema de Gerenciamento de Processos e Documentos (PROInfo).

Além disso, o Órgão Ministerial empreendeu esforços no sentido de cumprir tanto as metas internas voltadas à redução sistemática do estoque de processos, quanto aquelas relacionadas às Metas Institucionais, previstas no Plano Tático para o exercício corrente.

Outrossim, os Membros do MPC/BA se fizeram presente em todas as sessões de julgamento das Câmaras e do Tribunal Pleno do TCE/BA, bem como representaram o *Parquet* nos eventos descritos no quadro 17.

Quadro 17 – Representação Institucional 4º trimestre de 2023 (MPC/BA)

MEMBRO	EVENTO	DATA
Camila Luz de Oliveira	1ª Edição do Projeto Educação é da Nossa Conta na Estrada	05/10/2023
	XV Congresso Nacional do Ministério Público de Contas	18 e 20/10/2023
	XXV Congresso Nacional do Ministério Público	08 e 10/11/2023
	I Fórum de Ouvidoria Popular da Cidade de Salvador	14/11/2023

MEMBRO	EVENTO	DATA
	Visita institucional à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA)	21/11/2023
	III Congresso Internacional dos Tribunais de Contas	28 e 01/12/2023
	Solenidade de Abertura da Semana do Ministério Público 2023	13/12/2023
	2ª Edição do Projeto Educação é da Nossa Conta na Estrada	14/12/2023
	Solenidade de posse da mesa diretora do TCE/BA (biênio 2024/2025)	19/12/2023
Danilo Ferreira Andrade	Solenidade de posse da mesa diretora do TCE/BA (biênio 2024/2025)	19/12/2023
Marcel Siqueira Santos	XV Congresso Nacional do Ministério Público de Contas	18 e 20/10/2023
	XXV Congresso Nacional do Ministério Público	08 e 10/11/2023
Erika de Oliveira Almeida	XV Congresso Nacional do Ministério Público de Contas	18 e 20/10/2023
	XXV Congresso Nacional do Ministério Público	08 e 10/11/2023
	Visita institucional à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA)	21/11/2023
Maurício Caleffi	XV Congresso Nacional do Ministério Público de Contas	18 e 20/10/2023
	Ato de assinatura do Termo de Adesão ao Pacto pela Consciência Vacinal	31/10/2023
	Visita institucional à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia (SSP/BA)	21/11/2023
Antônio Tarciso Souza de Carvalho	Solenidade de posse da mesa diretora do TCE/BA (biênio 2024/2025)	19/12/2023

Fonte: Relatórios internos do MPC.

V. GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

V.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO TCE/BA

V.1.1 ORÇAMENTO DO TCE/BA

A Lei n.º 14.531, de 30/12/2022, publicada no DOE de 31/12/2022, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2023, estimou as receitas e fixou as despesas para o TCE/BA em **R\$273.268.000,00**, sendo **R\$270.988.000,00** para Despesas Correntes, inclusive Pessoal e Encargos, e **R\$2.280.000,00** para Despesas de Capital.

O processo de execução do Orçamento é regulamentado pela Lei Federal n.º 4.320/1964 e obedece às normas estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias n.º 14.381, de 03/11/2021, e pelo Ato n.º 007, de 24/01/2023, do Presidente do Tribunal, que “Aprova o Orçamento Analítico do Tribunal de Contas do Estado da Bahia para o exercício de 2023”.

O TCE/BA registrou superavit financeiro da Fonte 300, no valor de **R\$10.574.380,00**, conforme Decreto financeiro nº 06, de 02/02/2023.

Para custear as despesas do TCE/BA, o Decreto Financeiro nº 05, de 30/01/2023, autorizou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de **R\$3.000.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 313, o Decreto nº 62, de 31/07/2023, autorizou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de **R\$5.000.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 300, o Decreto Financeiro nº 80, de 19/09/2023, garantiu a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de **R\$5.000.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 313, o Decreto nº 98, 06/11/2023, autorizou a abertura de crédito adicional suplementar no valor de **R\$1.000.000,00**, com recursos

provenientes da Fonte 100 e, por fim, o Decreto nº 119, de 19/11/2023, autorizou a abertura de crédito adicional suplementar, no valor de **R\$11.900.000,00**, com recursos provenientes da Fonte 100.

Os créditos suplementares referentes aos Decretos Financeiros supracitados foram incorporados ao orçamento do exercício de 2023, modificando o orçamento inicial do Tribunal para o montante de **R\$299.168.000,00**.

A movimentação orçamentária e financeira, durante o 4º trimestre, encontra-se apresentada na sequência.

V.1.2 QUADRO DE COTAS

A Diretoria do Tesouro repassou ao TCE/BA o montante de R\$74.133.000,00 para o período de outubro a dezembro do corrente exercício, mediante Autorizações de Repasse de Recursos (ARRs), vinculadas a Pessoal e Encargos Sociais e Demais Despesas, Fontes 100 e 300. Os valores referentes às Fontes 113 e 126 correspondem a recursos de terceiros e não se encontram inseridos no mencionado montante, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 9 – Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)

VINCULAÇÃO RECURSO	FONTE	PREVISTO		RECEBIDO	
		R\$	%	R\$	%
Pessoal	100	53.772.000,00	85,71	65.672.000,00	88,09
Demais despesas	100	8.461.000,00	13,48	8.461.000,00	11,35
SUBTOTAL		62.233.000,00	99,19	74.133.000,00	99,44
FUNTCE	113	486.000,00	0,78	415.790,82	0,56
FUNTCE	126	20.000,00	0,03	0,00	0,00
TOTAL		62.739.000,00	100,00	74.548.790,82	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade.

V.1.3 DESPESA EMPENHADA

A despesa empenhada no 4º trimestre foi de **R\$49.153.236,26** até 31/12/2023, para atender os compromissos relativos à prestação de serviços, conforme detalhado na tabela 10:

Tabela 10 – Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA EMPENHADA	
	R\$	%
Aparelhamento de Unidade do Poder legislativo	359.503,37	0,73
Ampliação do Parque Computacional de Tecnologia da Informação -	464.476,00	0,95
Capacitação Técnico-Profissional do TCE	22.413,20	0,05
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	1.444.647,44	2,94
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	137.651,67	0,28
Administração de Pessoal e Encargos	6.696.495,25	13,62
Encargos com Benefícios Especiais	15.634,95	0,03
Assistência Médica aos Servidores Públicos e seus Dependentes/ PLANSESV	535.737,47	1,09
Reforma do Prédio Sede do Tribunal de Contas do Estado	3.387.116,13	6,89
Publicidade de Ato Oficial do Órgão - Comunicação Legal	0,00	0,00
Auxílios Transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	1.359,99	0,00
Operação de Sistema de Informação do Tribunal de Contas do Estado	417.521,37	0,85
Capacitação de Gestores e Servidores Públicos do Estado	77.450,00	0,16
Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	201.917,90	0,41
Adm. de Pessoal e Encargos do Controle Externo Estadual e Conselheiros	34.915.985,93	71,03
Gestão do Controle Externo das Contas Públicas Estaduais	376.800,60	0,77
Implementação de Solução Tecnológica de Informação	95.693,39	0,20
Administração de Bolsa Complementar de Estagiário	1.031,60	0,00
Realização de Concurso Público	0,00	0,00
Promoção de Evento de Interação com o Cidadão e Sociedade Civil	0,00	0,00
Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do TCE/BA	1.800,00	0,00
Promoção de Ações de Valorização do Servidor	0,00	0,00
Implementação de projeto de Gestão do Conhecimento	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica dos servidores e seus dependentes	0,00	0,00
TOTAL	49.153.236,26	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade.

V.1.4 DESPESA PAGA

Os pagamentos relativos à execução orçamentária no 4º trimestre, atingiram **R\$113.104.632,04** e estão apresentados, por projeto/atividade, na tabela 11.

Tabela 11 – Detalhamento da despesa paga (TCE/BA)

PROJETO/ATIVIDADE	DESPESA PAGA	
	R\$	%
Aparelhamento de Unidade do Poder Legislativo	844.883,26	0,75
Ampliação do Parque Computacional de Tecnologia da Informação	335.301,00	0,30
Capacitação Técnico-Profissional do TCE	160.879,12	0,14
Manutenção dos Serviços Técnicos e Administrativos	4.358.626,52	3,86
Encargos com Concessionárias de Serviços Públicos	475.936,34	0,42
Administração de Pessoal e Encargos	21.311.691,22	18,84
Encargos com Benefícios Especiais	15.634,95	0,01
Assistência Médica aos Servidores Públicos e seus Dependentes/ PLANSESV	736.138,27	0,65
Reforma do Prédio Sede do TCE	3.039.663,70	2,69
Publicidade de Ato Oficial - Comunicação Legal	152,76	0,00
Auxílio-transporte e Alimentação aos Servidores e Empregados Públicos	3.348.813,88	2,96
Operação de Sistema de Informação do Tribunal de Contas do Estado	776.574,97	0,69
Capacitação de Gestores e Servidores Públicos do Estado	94.870,00	0,08
Manutenção de Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	502.001,57	0,44
Administração de Pessoal e Encargos do Controle Externo Estadual e Conselheiros	74.829.388,99	66,16
Gestão do Controle Externo das Contas Públicas Estaduais	376.800,60	0,33
Implementação de Solução Tecnológica de Informação	274.476,37	0,24
Administração de Bolsa Complementar de Estagiário	86.880,80	0,08
Realização de Concurso Público	374.349,40	0,33
Promoção de Evento de Interação com o Cidadão e Sociedade Civil	0,00	0,00
Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do TCE/BA	76.960,00	0,07
Promoção de Ações de Valorização do Servidor	0,00	0,00
Implementação de projeto de Gestão do Conhecimento	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica dos servidores e seus dependentes	1.084.608,32	0,96
TOTAL	113.104.632,04	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade.

A execução orçamentária da despesa acumulada até o 4º trimestre correspondeu a **97,30%** do total do Orçamento (**R\$299.168.000,00**).

A tabela 12 demonstra os pagamentos efetuados.

Tabela 12 – Detalhamento da despesa paga por grupo/elemento (TCE/BA)

GRUPO /ELEMENTO DE DESPESA	DESPESA PAGA	
	R\$	%
PESSOAL E ENCARGOS	96.141.080,21	85,00
Pessoal Ativo – TCE/BA	96.141.080,21	85,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.636.500,14	13,82
Contribuições	50.000,00	0,04
Contribuições- Planserv	736.138,27	0,65
Serviços Terceiros – P. Jurídica	4.780.866,94	4,23
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	1.404.785,88	1,24
Diárias	394.939,20	0,35
Material de Consumo	93.351,51	0,08
Locação de Mão de obra	3.028.341,25	2,68
Passagens e Despesas com Locomoção	267.450,78	0,24
Serviços de Consultoria	76.960,00	0,07
Indenizações e Restituições	246.105,29	0,22
Serviços Terceiros – P. Física	94.154,00	0,08
Obrigações Tributárias e Contributivas	669,07	0,00
Auxílio - Transporte	36.738,91	0,03
Auxílio - Alimentação	3.325.755,77	2,94
Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar	1.100.243,27	0,97
INVESTIMENTOS	1.327.051,69	1,18
Equipamentos e Material Permanente	1.323.530,69	1,17
Serviço de Tecnologia da Informação e Comunicação	3.521,00	0,01
TOTAL	113.104.632,04	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade/SEFAZ.

V.1.5 DÍVIDA FLUTUANTE

A dívida flutuante deste Tribunal, inscrita em Restos a Pagar e Depósitos do exercício de 2022, foi de **R\$6.452.390,24**, referente às Fontes 100, 113, 300 e 313, sendo pago o valor de **R\$5.903.818,45**, e cancelado o montante de **R\$442.905,91**, restando um saldo de **R\$105.665,88**.

V.2. FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TCE/BA (FUNTCE)

O art. 279 do Regimento Interno do TCE/BA (RITCE/BA) estabelece que a administração financeira do FUNTCE obedece, no que couber, às disposições da Lei Federal nº 4.320/1964, da Lei Complementar nº 101/2000, da legislação sobre contratos e licitações, bem como às instruções fixadas por este Tribunal.

No que se refere às receitas, o art. 278 do RITCE/BA determina que serão recolhidas à conta do FUNTCE, por meio de Documento Especial de Recolhimento (DER), de acordo com o código específico. A Resolução nº 098/2006 deste Tribunal regulamenta o funcionamento do Fundo.

V.2.1 ORÇAMENTO DO FUNTCE

A Lei n.º 14.531 de 30/12/2022, publicada no DOE de 31/12/2022, que aprovou o Orçamento do Estado da Bahia para o exercício de 2023, estimou as receitas e fixou as despesas do FUNTCE em **R\$2.410.000,00**, alocadas nos Projetos/Atividades: **5060** – Aparelhamento de Unidade do Poder legislativo, **7885** – Realização de Concurso Público, **5699** – Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do Tribunal de Contas do Estado, **5701** – Promoção de Ações de Valorização do Servidor, **5702** – Implementação de Projeto de Gestão do Conhecimento, conforme detalhamento da tabela 13.

Tabela 13 – Orçamento do FUNTCE

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Projeto 5060 – Aparelhamento de Unidade do Poder legislativo		
Equipamento e Material Permanente	20.000,00	0,83
SUBTOTAL	20.000,00	0,83
Projeto 7885 – Realização de Concurso Público		
Outros Serviços de Terceiros – PJ	510.000,00	21,16
SUBTOTAL	510.000,00	21,16
Projeto 5699 – Aperfeiçoamento de Processo Administrativo e Gerencial do TCE/BA		
Serviços de Consultoria	1.000.000,00	41,49
Obrigações Tributárias e Contributivas	242.000,00	10,04
SUBTOTAL	1.242.000,00	51,53
Projeto 5701 – Promoção de Ações de Valorização do Servidor		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	342.000,00	14,19
SUBTOTAL	342.000,00	14,19
Projeto 5702 – Implementação de Projeto de Gestão do Conhecimento		
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	138.000,00	5,73
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	126.000,00	5,23
Obrigações Tributárias e Contributivas	32.000,00	1,33
SUBTOTAL	296.000,00	12,29
TOTAL	2.410.000,00	100,00

Fonte: Sistema FIPLAN/Coordenação de Contabilidade/SEFAZ.

Os Decretos Financeiros nº 05, de 30/01/2023 e nº 80, de 19/09/2023, nos valores de **R\$3.000.000,00** e **R\$5.000.000,00**, respectivamente, autorizaram a abertura de crédito adicional suplementar para o TCE/BA, com recursos provenientes da Fonte 313, como Superavit financeiro do FUNTCE. Os referidos Decretos acrescentaram ao orçamento inicial do FUNTCE o valor de **R\$8.000.000,00**, o qual alcançou o montante final de **R\$10.410.000,00**.

V.2.2 RECEITA REALIZADA

Durante o 4º trimestre de 2023, foram realizadas receitas no montante de **R\$904.072,70**, distribuídas na forma da tabela 14.

Tabela 14 – Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)

MÊS	RECEITA REALIZADA					
	MULTAS	ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS	RECEITA DE ALUGUEL	FINANCEIRAS	TOTAL	%
OUTUBRO	8.819,40	0,00	1.900,00	170.072,34	180.791,74	20,00
NOVEMBRO	46.394,39	318.647,00	1900,00	165.094,57	532.035,96	58,85
DEZEMBRO	36.230,03	0,00	1.900,00	153.114,97	191.245,00	21,15
TOTAL	91.443,82	318.647,00	5.700,00	488.281,88	904.072,70	
%	10,11	35,25	0,63	54,01	100,00	100,00

Fonte: Extratos Bradesco e Banco do Brasil.

V.2.3 DESPESA REALIZADA

No transcurso do 4º trimestre de 2023 foram realizadas despesas no montante de **R\$677.881,72**.

V.2.4 DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

Em 31/12/2023, a disponibilidade financeira do FUNTCE alcançou o montante de **R\$15.496.043,02** que se encontra depositado no Banco Bradesco e Banco do Brasil, segundo a forma apresentada na tabela 15.

Tabela 15 – Disponibilidade financeira (FUNTCE)

DESCRIÇÃO	VALOR	
	R\$	%
Contas Correntes	89.599,66	0,58
Aplicações Financeiras	15.406.443,36	99,42
TOTAL	15.496.043,02	100,00

Fonte: Extratos Bradesco e Banco do Brasil.

V. 2.4 MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

A tabela 16 apresenta resumidamente a movimentação financeira do 4º trimestre de 2023.

Tabela 16 – Movimentação financeira (FUNTCE)

DESCRIÇÃO	VALOR R\$
Saldo bancário em 30/09/2023	16.102.675,76
(+) Receitas outubro de 2023	
- depósitos (multas, aluguel)	10.719,40
- rendimento de aplicação financeira	170.072,34
- estorno tarifa bancária manutenção c/c	-
(-) Despesas de outubro de 2023	
- pagamento de despesas	89.999,92
- tarifa bancária manutenção c/c	-
Saldo em 31/10/2023	16.193.467,58
(+) Receitas novembro de 2023	
- depósitos (multas, aluguel)	48.295,39
- taxas de inscrições do concurso do TCE/BA	318.646,00
- rendimento de aplicação financeira	165.094,57
(-) Despesas de novembro de 2023	
-pagamento de despesas	239.481,40
- tarifa bancária manutenção c/c	-
Saldo em 30/11/2023	16.486.022,14
(+) Receitas novembro de 2023	
- depósitos (multas, aluguel)	38.130,03
- rendimento de aplicação financeira	153.114,97
- estorno tarifa bancária manutenção	
(-) Despesas de novembro de 2023	
- pagamento de despesas	1.181.224,12
- tarifa bancária manutenção c/c	
Saldo em 31/12/2023	15.496.043,02

Fonte: Extratos Bradesco e Banco do Brasil.

A referida movimentação deu-se em virtude do registro das multas, receitas de aplicação financeira, aluguéis e taxas de inscrições no concurso.

Os pagamentos efetivados foram destinados a atender a despesas do TCE/BA com a ampliação e a modernização dos serviços de informática e comunicação integrada (art. 274, inciso I), e com a reforma e a adaptação das instalações (art. 274, inciso II), conforme Resolução nº 98/2006, que estabelece a organização e o funcionamento do FUNTCE-BA.

A movimentação financeira da conta do FUNTCE, atualmente, acontece através do registro das multas e taxas provenientes das guias emitidas pelo SISCOBRA (boletos bancários com códigos de barras), identificadas através de codificação e do CPF do depositante ou através de depósitos, sem obrigatoriedade de identificação do depositante.

Os recursos do FUNTCE encontram-se aplicados nos seguintes investimentos: BRADESCO FI REFERENCIADO DI PREMIUM, BRADESCO FIC FI CURTO PRAZO PODER PÚBLICO, BRADESCO CDBs/LETRAS e BANCO DO BRASIL RF LP Corp Cred Priv.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	
AGERBA	Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia
ALBA	Assembleia Legislativa do Estado da Bahia
BAHIAGÁS	Companhia de Gás da Bahia S/A
BAHIAPESCA	Bahia Pesca S/A
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CBM/BA	Corpo de Bombeiros Militar da Bahia
CERB	Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
DESENBHIA	Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
DPE	Defensoria Pública do Estado
FPC	Fundação Pedro Calmon
FUNCEB	Fundação Cultural do Estado da Bahia
HEMOBA	Fundação de Hematologia e Hemoterapia da Bahia
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
MP	Ministério Público
PC	Polícia Civil
PM/BA	Polícia Militar da Bahia
SAEB	Secretaria da Administração do Estado da Bahia
SDE	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SEADES	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social

SEAGRI	Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SEAP	Secretaria de Administração Penitenciária e Ressocialização
SEC	Secretaria da Educação do Estado da Bahia
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SECTI	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado da Bahia
SEDUR	Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
SEFAZ	Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente
SEPROMI	Sec. de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais
SEPLAN	Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais do Estado da Bahia
SESAB	Secretaria da Saúde do Estado da Bahia
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado da Bahia
SETUR	Secretaria de Turismo do Estado da Bahia
SIHS	Secretaria de Infraestrutura e Saneamento
SJDH	Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social
SSP	Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia
SUDIC	Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial
TJ/BA	Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

LISTA DE QUADROS

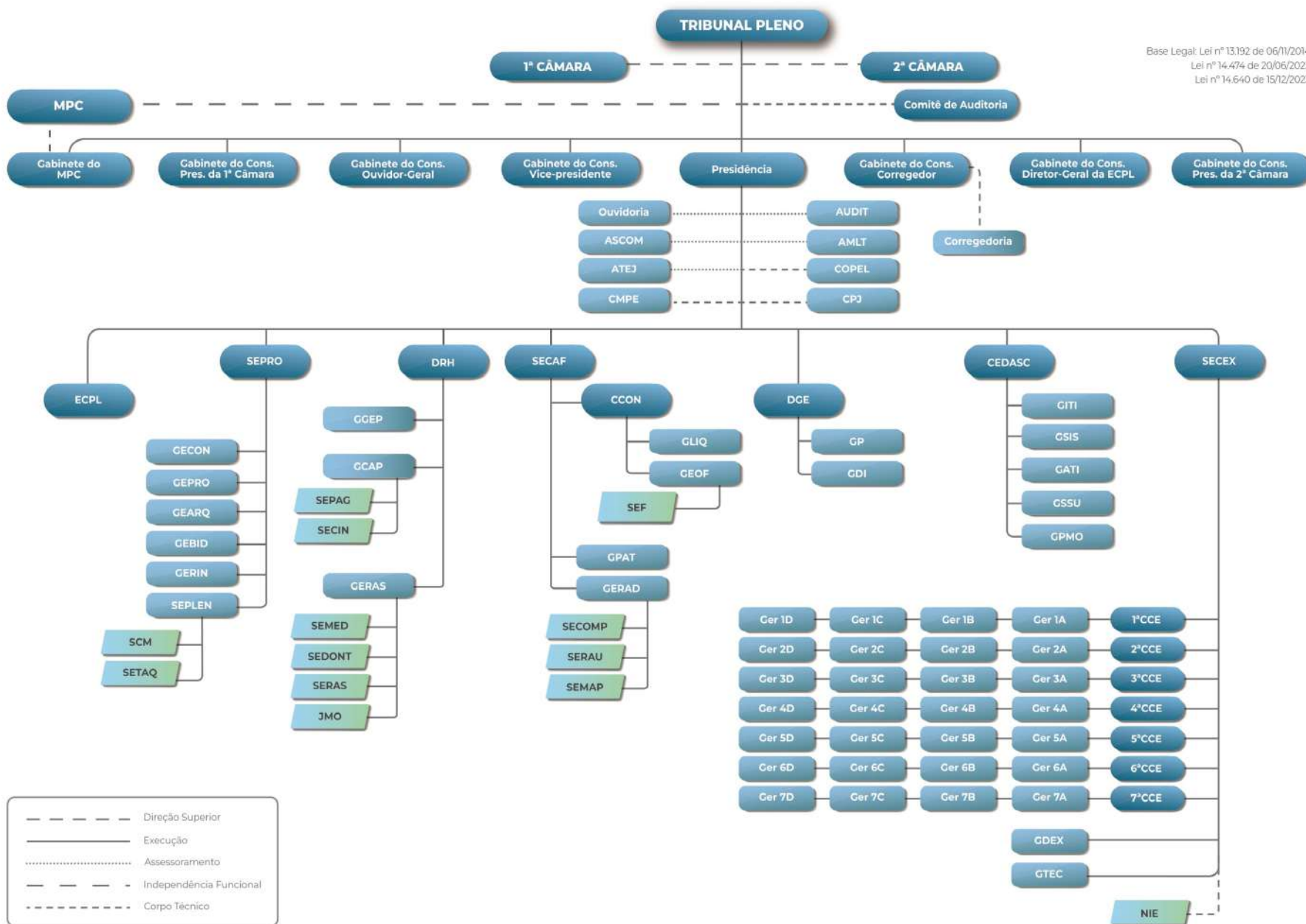
Quadro 1	Quadro de Servidores e Movimentações	14
Quadro 2	Tipos de deliberação do TCE/BA	15
Quadro 3	Metas Institucionais – Desempenho até o 4º trimestre de 2023	20
Quadro 4	Capacitação para servidores das Unidades Jurisdicionadas (UJ)	22
Quadro 5	Participantes externos em atividades de capacitação	22
Quadro 6	Projeto Ouvidoria Vai à Escola	24
Quadro 7	Representação Institucional 4º trimestre de 2023	34
Quadro 8	Prazos para apreciação dos Processos de Controle Externo	36
Quadro 9	Instrução inicial dos Processos de Contas, por UJ (POA 2023)	37
Quadro 10	Auditorias Concomitantes, por natureza (POA 2023)	37
Quadro 11	Prazos de permanência nas unidades técnicas, por natureza	38
Quadro 12	Indicadores de desempenho do objetivo estratégico 4	38
Quadro 13	Cursos e Capacitações	42
Quadro 14	Bolsas de estudo para Curso de Pós-graduação vigentes	43
Quadro 15	Bolsas de estudo para cursos de graduação vigentes	43
Quadro 16	Documentos produzidos pelo MPC/BA – 4º trimestre de 2023	49
Quadro 17	Representação Institucional 4º trimestre de 2023 (MPC/BA)	51
Quadro 18	Processos de contas julgados – 4º trimestre de 2022	67
Quadro 19	Auditorias/Inspeções apreciadas – 4º trimestre de 2023	73
Quadro 20	Denúncias apreciadas – 4º trimestre de 2023	77
Quadro 21	Matérias Administrativas apreciadas – 4º trimestre de 2023	80
Quadro 22	Medidas cautelares apreciadas – 4º trimestre de 2023	82
Quadro 23	Consultas apreciadas – 4º trimestre de 2023	84
Quadro 24	Reclamações apreciadas – 4º trimestre de 2023	86
Quadro 25	Auditorias Concomitantes (POA 2023)	88
Quadro 26	Cursos e eventos técnicos externos – 4º trimestre de 2023	92
Quadro 27	Cursos e capacitações (Ensino à distância)	94
Quadro 28	Cursos e capacitações (Presencial)	98

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Jurisdicionados do TCE/BA	10
Tabela 2	Resultados das atividades do Controle Externo – 4º trimestre 2023	15
Tabela 3	Sessões realizadas, acórdãos e resoluções	16
Tabela 4	Condenações e sanções aplicadas (R\$)	17
Tabela 5	Condenações e sanções recolhidas (R\$)	17
Tabela 6	Tipos de demandas registradas	29
Tabela 7	Meios de contatos utilizados	29
Tabela 8	Perfil do demandante	30
Tabela 9	Recursos previstos e recebidos (TCE/BA)	52
Tabela 10	Detalhamento da despesa empenhada (TCE/BA)	53
Tabela 11	Detalhamento da despesa paga (TCE/BA)	53
Tabela 12	Detalhamento da despesa paga por grupo/elemento (TCE/BA)	54
Tabela 13	Orçamento do FUNTCE	55
Tabela 14	Detalhamento da receita realizada (FUNTCE)	55
Tabela 15	Disponibilidade financeira (FUNTCE)	55
Tabela 16	Movimentação financeira (FUNTCE)	56
Tabela 17	Decisões do Tribunal Pleno por natureza de processo – 4º trimestre 2023	63
Tabela 18	Decisões da Primeira Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2023	64
Tabela 19	Decisões da Segunda Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2023	65

APÊNDICE A

Estrutura organizacional do TCE/BA: organograma



APÊNDICE A – DESCRIÇÃO DAS SIGLAS/ABREVIATURAS

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLA
GABINETE DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	Gabinete do MPC
MINISTÉRIO PÚBLICO ESPECIAL JUNTO AO TCE/BA	MPC
COMITÊ DE AUDITORIA	Comitê de Auditoria
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	ASCOM
AUDITORIA INTERNA	AUDIT
ASSESSORIA TÉCNICO-JURÍDICA	ATEJ
ASSISTÊNCIA MILITAR	AMLT
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA	CPJ
COMITÊ DE MONITORAMENTO DO PLANO ESTRATÉGICO	CMPE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO	COPEL
SECRETARIA DE PROCESSOS	SEPRO
Gerência de Controle Processual	GECON
Gerência do Protocolo Geral	GEPRO
Gerência de Arquivo	GEARQ
Gerência de Biblioteca e Documentação	GEBID
Gerência de Jurisprudência e Informações Processuais	GERIN
Secretaria de Plenário	SEPLEN
Serviço de Taquigrafia	SETAQ
Serviço de Cerimonial	SCM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	SECAF
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE	CCON
Gerência de Orçamento e Finanças Públicas	GEOF
Serviço de Execução Financeira	SEF
Gerência de Liquidação da Despesa	GLIQ
Gerência de Administração	GERAD
Serviço de Material e Patrimônio	SEMAP
Serviço de Compras	SECOMP
Serviços Auxiliares	SERAU

UNIDADE ORGANIZACIONAL	SIGLA
Gerência de Preservação Patrimonial	GPAT
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO	SECEX
Coordenadoria de Controle Externo	CCE
Gerência de Auditoria	GER
Gerência de Métodos, Técnicas e Normas para a Auditoria	GTEC
Gerência de Desenvolvimento da Gestão do Controle Externo	GDEX
Núcleo de informações Estratégicas e Inteligência para Auditoria	NIE
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA	DGE
Gerência de Desenvolvimento Institucional	GDI
Gerência de Planejamento	GP
CENTRO DE ESTUDOS E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS PARA AUDITORIA	CEDASC
Gerência de Infraestrutura	GITI
Gerência de Desenvolvimento de Sistemas	GSIS
Gerência de Informações Estratégicas e Apoio à Auditoria	GATI
Gerência de Serviços e Suporte aos Usuários	GSSU
Gerência de Projetos e Modernização	GPMO
DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS	DRH
Gerência de Gestão Estratégica de Pessoas	GGEP
Gerência de Cadastro, Avaliação e Pagamento de Pessoal	GCAP
Serviço de Cadastro e Informações	SECIN
Serviço de Pagamento de Pessoal	SEPAG
Gerência de Assistência ao Servidor	GERAS
Serviço de Assistência Social	SERAS
Serviço Médico	SEMED
Serviço Odontológico	SEDONT
Junta Médica Oficial	JMO
ESCOLA DE CONTAS CONSELHEIRO JOSÉ BORBA PEDREIRA LAPA	ECPL

APÊNDICE B

Síntese das deliberações conclusivas proferidas pelos Órgãos Colegiados

APÊNDICE B – SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES CONCLUSIVAS PROFERIDAS PELOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Tabela 17 – Decisões do Tribunal Pleno por natureza de processo – 4º trimestre 2023

DECISÃO	Processo de Contas	Recurso	Embargos de Declaração	Auditoria / Inspeção	Denúncia	TOTAL
Aprovação	60	-	-	1	-	61
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva	20	-	-	-	-	20
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva e/ou determinações	10	-	-	-	-	10
Aprovação c/recomendação e/ou ressalva, multa e/ou determinações	6	-	-	-	-	6
Desaprovação c/recomendação e/ou multa e/ou débito	2	-	-	-	-	2
Não-conhecimento	-	1	-	-	1	2
Provimento	-	6	-	-	-	6
Não-Provimento	-	6	-	-	-	6
Provimento Parcial	-	6	-	-	-	6
Rejeição	-	-	3	-	-	3
Concessão de Registro	-	4	-	-	-	4
Improcedência	-	-	-	-	12	12
Procedência	-	-	-	-	2	2
Procedência parcial	-	-	1	-	1	2
Processar revisão de ofício	-	1	-	-	-	1
Extinção do Processo	-	1	-	-	1	2
Arquivar	-	-	-	-	1	1
Juntar às contas	-	-	-	8	-	8
Juntar às contas com multa	-	-	-	1	-	1
Quitação	-	-	-	1	-	1
Expedir recomendação e/ou determinação	-	-	-	4	-	4
TOTAL	98*	25	4	15	18	160

Fonte: SEPLEN/Secretaria Geral. Observação*: O processo TCE/001626/2023 teve um acórdão referente a 48 decisões; o processo TCE/001618/2020 teve um acórdão referente a 6 decisões; o processo TCE/001623/2022 teve um acórdão referente a 10 decisões; e o processo TCE/001121/2022 teve um acórdão referente a 7 decisões

Tabela 18 – Decisões da Primeira Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2023

DECISÃO	Aposentadoria	Admissão de Pessoal	Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	Recursos Estaduais Atribuídos a Entidade e Instituição	Contrato Convênio Parcerias Licitações	Embargos de Declaração	TOTAL
Aprovado c/recomendação	-	-	-	1	1	-	2
Aprovado c/ressalvas	-	-	-	-	1	-	1
Aprovado c/ressalvas/multa/recomendação	-	-	1	-	-	-	1
Extinção do Processo	-	1	-	-	-	-	1
Aprovado c/ressalvas/recomendações	-	-	-	2	1	-	3
Aprovado c/ressalvas/débito/recomendações	-	-	-	-	1	-	1
Aprovado c/ressalvas/débito/multa/ recomendação	-	-	-	1	1	-	2
Aprovado c/ressalvas/multa	-	-	-	2	-	-	2
Desaprovado c/ recomendações	-	-	1	-	-	-	1
Desaprovado c/recomendações/dar ciência	-	-	1	-	-	-	1
Desaprovado c/débito/multa/recomendações/dar ciência	-	-	-	-	1	-	1
Desaprovado c/ débito/multa/recomendação	-	-	3	-	4	-	7
Arquivamento sem baixa de responsabilidade	-	-	-	1	-	-	1
Arq. sem baixa de responsabilidade/Recomendação	-	-	2	-	-	-	2
Conceder Registro	-	3	-	-	-	-	3
Conceder Registro/ressalva	1	-	-	-	-	-	1
Conceder Registro /recomendação	-	2	-	-	-	-	2
Negativa de Registro/recomendações	-	1	-	-	-	-	1
Reconhecimento do Registro Tácito	3	-	-	-	-	-	3
Rec. Registro Tácito/Neg. de Registro de outro vínculo	2	-	-	-	-	-	2
Conhecimento e rejeição	-	-	-	-	-	1	1
Conhecimento e acolhimento	-	-	-	-	-	1	1
TOTAL	6	7	8	7	10	2	40

Fonte: Primeira Câmara/Secretaria Geral.

Tabela 19 – Decisões da Segunda Câmara por natureza de processo – 4º trimestre 2023

DECISÃO	Aposentadoria	Admissão de Pessoal	Reforma	Recursos Estaduais Atribuídos a Municípios	Recursos Estaduais Atribuídos a Entidade e Instituição	Contrato Convênio Parcerias Licitações	TOTAL
Aprovado	-	-	-	-	2	2	4
Aprovado c/ressalvas/recomendações	-	-	-	2	-	2	4
Aprovado c/ressalvas/multa	-	-	-	-	2	1	3
Arquivamento s/ baixa de responsabilidade	-	-	-	-	1	-	1
Desaprovado	-	-	-	2	4	-	6
Desaprovado /recomendações	-	-	-	2	1	-	3
Desaprovado /determinação	-	-	-	-	1	-	1
Desaprovado /débito/determinação	-	-	-	1	-	-	1
Desaprovado c/ débito/multa	-	-	-	1	5	1	7
Desaprovado c/multa/recomendação	-	-	-	-	1	-	1
Conceder Registro	4	2	-	-	-	-	6
Conforme a Lei	3	1	-	-	-	-	4
Incompetência da Corte	-	-	-	-	2	-	2
Reconhecimento Registro Tácito	1	-	1	-	-	-	2
TOTAL	8	3	1	8	19	6	45

Fonte: Segunda Câmara/Secretaria Geral.

APÊNDICE C

Processos de Contas julgados

APÊNDICE C – PROCESSOS DE CONTAS JULGADOS

Quadro 18 – Processos de contas julgados – 4º trimestre 2023

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	RELATOR	DISPONÍVEL EM:
TCE/001604/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	PGE	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001604-2022
TCE/001076/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	DETRAN	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO. DECISÃO POR VOTO DE DESEMPATE DO CONS. PRESIDENTE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001076-2022
TCE/000658/2019	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	UNEB/SEC	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO UNÂNIME. APLICAÇÃO DE MULTA. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO. DECISÃO POR VOTO DE DESEMPATE DO CONS. PRESIDENTE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-000658-2019
TCE/001627/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	SEC	PROCESSO DE CONTAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS. RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES. POR MAIORIA DE VOTOS. DETERMINAÇÕES.	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001627-2022
TCE/001626/2023	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SESAB	APROVAÇÃO DAS CONTAS DA SESAB, EXERCÍCIO 2022, TENDO COMO RESPONSÁVEIS OS GESTORES ELENCADOS NO APÊNDICE 1 (REF.3067221-14) DO RELATÓRIO DE AUDITORIA. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. CAROLINA MATOS	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001626-2023
TCE/001618/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEMA	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS DOS DIRIGENTES MÁXIMOS, DOS GESTORES DA DIRETORIA GERAL, SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍTICAS E PLANEJAMENTO AMBIENTAL, SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS E PESQUISAS AMBIENTAIS E DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS PARA O MEIO AMBIENTE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS, DAS CONTAS DA SUPERINTENDÊNCIA DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL. RECOMENDAÇÕES À SEMA E À SEFAZ. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. ANTONIO HONORATO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001618-2020

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	RELATOR	DISPONÍVEL EM:
TCE/001589/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	TJ/BA	PRESTAÇÃO DE CONTAS. TJ/BA. EXERCÍCIO 2021. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001589-2022
TCE/005764/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	SAEB	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA FLEM DE 2018. APROVAÇÃO COM RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. COM DETERMINAÇÕES POR MAIORIA DE VOTOS.	CONS. JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005764-2020
TCE/001070/2018	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	DETRAN	PRESTAÇÃO DE CONTAS. DETRAN. EXERCÍCIO DE 2017. À UNANIMIDADE. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. POR MAIORIA DE VOTOS. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. À UNANIMIDADE. APLICAÇÃO DE MULTAS. POR MAIORIA DE VOTOS. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS.	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001070-2018
TCE/005765/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	FLEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS. FLEM. EXERCÍCIO DE 2017. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO COM RESSALVAS. POR MAIORIA DE VOTOS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. À UNANIMIDADE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005765-2020
TCE/006871/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SAEB	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-006871-2022
TCE/007692/2021	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	CBPM	PRESTAÇÃO DE CONTAS. CBPM. EXERCÍCIO 2020. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO. POR MAIORIA DE VOTOS. COM RESSALVAS. POR MAIORIA DE VOTOS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO. À UNANIMIDADE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-007692-2021
TCE/001653/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	PM/BA	PRESTAÇÃO DE CONTAS. PM/BA. EXERCÍCIO 2021. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS. POR MAIORIA DE VOTOS. COM RESSALVAS. POR MAIORIA DE VOTOS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. POR MAIORIA DE VOTOS. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES.	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001653-2022

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	RELATOR	DISPONÍVEL EM:
TCE/001518/2023	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	CASA CIVIL	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS DA FUNCEP, SEAPA, DIRETORIA GERAL E DO DIRIGENTE MÁXIMO DA CASA CIVIL. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES À CASA CIVIL E À DIRETORIA GERAL. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. CAROLINA MATOS	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001518-2023
TCE/001623/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SAEB	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS. DECISÃO UNÂNIME. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001623-2022
TCE/006875/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SAEB	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO UNÂNIME. APROVAÇÃO DAS CONTAS. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-006875-2022
TCE/004059/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SETUR	PROCESSO DE CONTAS DA BAHIAURSA POR MAIORIA DE VOTOS. DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS. À UNANIMIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. RATIFICAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 48/2020.	CONS. JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004059-2022
TCE/001694/2023	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	FUNDAC	CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS, POR UNANIMIDADE. RECOMENDAÇÕES, POR MAIORIA.	CONS. ANTONIO HONORATO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001694-2023
TCE/009377/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEC	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. À UNANIMIDADE, PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DA DIRETORIA GERAL (DG) DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEC), EXERCÍCIO 2021. POR VOTO DE DESEMPATE, PELA EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES À DIRETORIA GERAL DA SEC E, POR UNANIMIDADE, PELA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES.	CONS. CAROLINA MATOS	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009377-202
TCE/009378/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEC	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. À UNANIMIDADE, PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DA COORDENAÇÃO EXECUTIVA DE INFRAESTRUTURA DA REDE FÍSICA (COINF) DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEC), EXERCÍCIO 2021, E, POR MAIORIA DE VOTOS, PELA IMPOSIÇÃO DE RESSALVAS. À UNANIMIDADE, PELA EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES À COINF.	CONS. CAROLINA MATOS	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009378-2022

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	RELATOR	DISPONÍVEL EM:
TCE/001625/2023	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	CMG	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. À UNANIMIDADE, PELA APROVAÇÃO DAS CONTAS DA CASA MILITAR DO GOVERNADOR (CMG), EXERCÍCIO 2022, E, POR VOTO DE DESEMPATE, PELA IMPOSIÇÃO DE RESSALVAS, REITERAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS NO PROCESSO DE AUDITORIA TCE/012056/2022 E EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À UNIDADE TÉCNICA.	CONS. CAROLINA MATOS	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001625-2023
TCE/001636/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	AGERBA	AGERBA. 2021. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS E EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES POR MAIORIA DE VOTOS. DECISÃO POR MAIORIA.	CONS. JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001636-2020
TCE/001465/2023	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SECOM	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO COM RECOMENDAÇÕES DAS CONTAS DO SR. ANDRÉ NASCIMENTO CURVELLO. APROVAÇÃO COM RESSALVAS DAS CONTAS DO SR. ROBERTO VIEIRA PASSOS. APROVAÇÃO DAS CONTAS DO SR. NOÉ AMÉRICO MASCARENHAS NETO. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES À UNIDADE TÉCNICA. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO À SECOM. DECISÃO POR MAIORIA.	CONS. INALDO ARAÚJO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001465-2023
TCE/007196/2019	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEC	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO UNÂNIME. APLICAÇÃO DE MULTA AO GESTOR. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-007196-2019
TCE/001121/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEAP	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E RESSOCIALIZAÇÃO – SEAP. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS DO DIRIGENTE MÁXIMO E DO GESTOR DA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO PRISIONAL, COM RESSALVAS. POR MAIORIA DE VOTOS. DETERMINAÇÕES. APLICAÇÃO DE MULTA. À UNANIMIDADE. APROVAÇÃO DAS CONTAS DOS DEMAIS GESTORES.	CONS. PEDRO LINO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001121-2022
TCE/001612/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SSP/BA	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO UNÂNIME. APROVAÇÃO DAS CONTAS. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001612-2022

PROCESSO	NATUREZA	ÓRGÃO	EMENTA	RELATOR	DISPONÍVEL EM:
TCE/001467/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SEPLAN	PROCESSO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA. APROVAÇÃO DAS CONTAS COM RESSALVAS. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. GILDÁSIO PENEDO FILHO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001467-2020
TCE/002410/2022	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	DPT	PRESTAÇÃO DE CONTAS. DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA. EXERCÍCIO 2017. APROVAÇÃO COM RESSALVAS, MULTA E RECOMENDAÇÕES À UNANIMIDADE. DEMAIS RECOMENDAÇÕES POR MAIORIA DE VOTOS.	CONS. JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-002410-2022
TCE/004168/2021	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	FLEM	CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. APROVAÇÃO COM RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME	CONS. ANTONIO HONORATO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004168-2021
TCE/003887/2023	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	EGBA	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. APROVAÇÃO. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. INCLUSÃO DE PARÁGRAFOS DE ÊNFASE. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. INALDO ARAÚJO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-003887-2023
TCE/001280/2020	PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	SETUR	PRESTAÇÃO DE CONTAS. SECRETARIA DO TURISMO DA BAHIA. EXERCÍCIO 2019. APROVAÇÃO COM RESSALVAS E MULTA. DECISÃO UNÂNIME.	CONS. JOÃO BONFIM	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001280-2020

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE D

Auditorias/Inspeções apreciadas

APÊNDICE D – AUDITORIAS/INSPEÇÕES APRECIADAS

Quadro 19 – Auditorias/Inspeções apreciadas – 4º trimestre de 2023

PROCESSO	EXERCÍCIO	ÓRGÃO/OBJETO AUDITADO	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/009164/2020	01/01/2019 a 30/06/2022	SEFAZ	AUDITORIA. JUNTADA AOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS EXERCÍCIOS DE 2022 DA SECRETARIA DA FAZENDA (PROCESSO Nº TCE/001607/2023), DA SECRETARIA DO PLANEJAMENTO (PROCESSO Nº TCE/001646/2023) E DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO (PROCESSO Nº TCE/001684/2023). APENSAMENTO DOS AUTOS ORIGINÁRIOS (PROCESSO Nº TCE/010196/2018) AO PRESENTE PROCESSO. INCLUSÃO NA RESOLUÇÃO ANUAL DE DIRETRIZES DO PLANEJAMENTO OPERACIONAL, RELATIVA AO EXERCÍCIO DE 2026, DA REALIZAÇÃO DE UMA NOVA AUDITORIA DE MONITORAMENTO. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009164-2020
TCE/012902/2022	01/01 a 31/08/2022	SEC	AUDITORIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA. VERIFICAÇÃO DE REQUISITOS ATINENTES ÀS DISPOSIÇÕES LEGAIS PERTINENTES E AOS CONTROLES DAS UNIDADES JURISDICIONADAS. ADEQUAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E SUA CONFORMIDADE COM AS LEIS E REGULAMENTOS APLICÁVEIS UTILIZADOS. NECESSIDADE. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. JUNTADA ÀS CONTAS DO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO (SEC), DA DIRETORIA GERAL (DG) E DA SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO OPERACIONAL DA REDE ESCOLAR (SUPEC), REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2022. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012902-2022
TCE/012862/2022	01/01 a 31/08/2022	FUNDAC	AUDITORIA. JUNTAR ÀS CONTAS, EXERCÍCIO DE 2022, DA FUNDAC. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012862-2022
TCE/004801/2023	01/01 a 31/12/2022	CAR	AUDITORIA. JUNTADA AOS PROCESSOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL – SDR (TCE/001682/2023) E DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (TCE/003854/2023), REFERENTES AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2022. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004801-2023
TCE/013054/2022		CONDER	AUDITORIA. À UNANIMIDADE PELA JUNTADA AS CONTAS. CONDER 2022. RECOMENDAÇÕES. POR VOTO DESEMPATE QUE OS DEMONSTRATIVOS QUADRIMESTRAIS SEJAM ENCAMINHADOS E RESTRINJA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS AOS PARTÍCIPES QUE APRESENTAREM A TOTALIDADE DOS REQUISITOS.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-013054-2022
TCE/002273/2023		SEAGRI	AUDITORIA - APURAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DECISÕES. ATENDIMENTO DO QUANTO DETERMINADO NA RESOLUÇÃO Nº 000059/2021. QUITAÇÃO AO DIRETOR GERAL DA AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DA BAHIA (ADAB). ARQUIVAMENTO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-002273-2023

PROCESSO	EXERCÍCIO	ÓRGÃO/OBJETO AUDITADO	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/010181/2021	01/01/2021 a 31/07/2021	SECULT	AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO IPAC. EXERCÍCIO DE 2021. JUNTADA COM RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-010181-2021
TCE/007880/2019	09/02/2019 a 21/07/2020	SEINFRA	AUDITORIA DA ESPECIAL. ACOMPANHAMENTO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2019, E DO RESPECTIVO CONTRATO A SER CELEBRADO, QUE TEM POR OBJETO A CONCESSÃO DO NOVO TERMINAL RODOVIÁRIO DE SALVADOR (NTRS), SOB RESPONSABILIDADE DA AGERBA, NOS TERMOS FIXADOS NA RESOLUÇÃO Nº 16/2016. IRREGULARIDADES IDENTIFICADAS NO EXAME AUDITORIAL. APLICAÇÃO DE MULTA AO RESPONSÁVEL. DECISÃO POR VOTO DE DESEMPATE DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. NECESSIDADE. DECISÃO POR VOTO DE DESEMPATE DO CONSELHEIRO-PRESIDENTE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME. JUNTADA ÀS CONTAS DA SEINFRA, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2018. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-007880-2019
TCE/012950/2022	01/01/2022	SEC	AUDITORIA. JUNTADA AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2022 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO (PROCESSO Nº TCE/001642/2023). RECOMENDAÇÃO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012950-2022
TCE/009079/2021	PERÍODO ABRANGIDO PELA AUDITORIA: 01/07/2018 A 28/10/2021 PERÍODO DE REALIZAÇÃO DOS EXAMES: 11/01/2021 A 28/10/2021	SAEB, SEFAZ, SERIN, SEPLAN	AUDITORIA DE MONITORAMENTO. VERIFICAÇÃO DO NÍVEL DE ATENDIMENTO PELOS DISTINTOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, ACERCA DAS DELIBERAÇÕES CONSTANTES DA RESOLUÇÃO Nº 035/2018. FRAGILIDADES IDENTIFICADAS NO EXAME AUDITORIAL. REITERAÇÃO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES. NECESSIDADE. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÕES. NECESSIDADE. DECISÃO POR MAIORIA. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009079-2021
TCE/004716/2023	01/01 a 31/12/2022	SEC	AUDITORIA OPERACIONAL EM ÓRGÃOS/ENTIDADES. JUNTADA DA PRESENTE AUDITORIA AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO (SEC), REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2022 (TCE/001642/2023), ASSIM COMO ÀS CONTAS DE SUAS UNIDADES QUE FORAM DESTACADAS PARA ANÁLISE EM PROCESSOS DISTINTOS, A SABER, AS CONTAS DO SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO (TCE/009518/2023) E DA DIRETORIA GERAL (TCE/009516/2023). EMISSÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004716-2023

PROCESSO	EXERCÍCIO	ÓRGÃO/OBJETO AUDITADO	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/000437/2023		SESAB	AUDITORIA. SESAB. MATERNIDADE TSYLLA BALBINO. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO. PLANO DE AÇÃO.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-000437-2023
TCE/002636/2021		CAR	AUDITORIA DE APURAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE DECISÕES. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-002636-2021
TCE/013003/2022	01/01/2022 a 31/08/2022	ACOMPANHAR O PROJETO DE MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DE RODOVIAS DO ESTADO DA BAHIA – 2ª FASE – PREMAR – 2ª ETAPA	AUDITORIA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS COFINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS. ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE MANUTENÇÃO E REABILITAÇÃO DE RODOVIAS DO ESTADO DA BAHIA – 2ª FASE – PREMAR – 2ª ETAPA, COMPREENDENDO O PERÍODO DE 01/01/2022 A 31/08/2022. OCORRÊNCIA DE FALHAS. CORREÇÃO DE FRAGILIDADES. NECESSIDADE. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÕES. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-013003-2022
TCE/012373/2023	2024	CÁLCULO DO ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARA O EXERCÍCIO DE 2024	FIXA OS ÍNDICES DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO, PELO ESTADO, DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO (ICMS), PARA APLICAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2024.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012373-2023

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE E

Denúncias Apiciadas

APÊNDICE E – DENÚNCIAS APRECIADAS

Quadro 20 – Denúncias apreciadas – 4º trimestre de 2023

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/001125/2023	CONS. PEDRO LINO	DENÚNCIA. À UNANIMIDADE. PELO CONHECIMENTO. POR MAIORIA DE VOTOS. PROCEDÊNCIA. POR VOTO DE DESEMPATE DO EXMO. PRESIDENTE. EXPEDIÇÃO DE DETERMINAÇÃO E RECOMENDAÇÃO.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-001125-2023
TCE/003289/2023	CONS. INALDO ARAÚJO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-003289-2023
TCE/004568/2023	CONS. INALDO ARAÚJO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. PROVIMENTO PARCIAL. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS AO TCM/BA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004568-2023
TCE/009449/2023	CONS. INALDO ARAÚJO	DENÚNCIA. NÃO CONHECIMENTO. ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO TCU. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009449-2023
TCE/004438/2023	CONS. CAROLINA MATOS	DENÚNCIA. SUPOSTAS IRREGULARIDADES CONTRA O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2022 DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA. EDITAL DA LICITAÇÃO FUNDAMENTADO NA LEI 8.666/1993 E 10.520/2002. INABILITAÇÃO DE LICITANTE APENADA PELO ART. 7º DA LEI 10.520/2002. EXTENSÃO DA PENALIDADE PARA TODA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. INABILITAÇÃO FUNDAMENTADA SEGUINDO JURISPRUDÊNCIA DO STJ. LEGALIDADE. IMPROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004438-2023
TCE/006485/2021	CONS. PEDRO LINO	DENÚNCIA. SAEB. À UNANIMIDADE. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-006485-2021
TCE/010157/2022	CONS. INALDO ARAÚJO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-010157-2022
TCE/008549/2023	CONS. ANTONIO HONORATO	DENÚNCIA. PELO CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO. DECISÃO UNÂNIME	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008549-2023
TCE/006280/2023	CONS. GILDÁSIO PENEDO	DENÚNCIA VERSANDO IMPUTAÇÃO DE IRREGULARIDADE NO CÁLCULO DOS TRIBUTOS (PIS E COFINS) E DO VALE-TRANSPORTE. ANÁLISE DO REGIME TRIBUTÁRIO A QUE SUBMETIDA A VENCEDORA DO CERTAME. DESLOCAMENTO DOS EMPREGADOS FORNECIDO PELO EMPREGADOR OU POR TERCEIRO POR ESTE CUSTEADO. CONHECIMENTO E IMPROCEDÊNCIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-006280-2023
TCE/002893/2023	CONS. JOÃO BONFIM	INDEFERIMENTO DA CAUTELAR. ADMISSIBILIDADE DA REPRESENTAÇÃO COMO DENÚNCIA E	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-002893-2023

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
		IMPROCEDÊNCIA DOS FATOS DENUNCIADOS. DECISÃO UNÂNIME.	
TCE/008956/2023	CONS. INALDO ARAÚJO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008956-2023
TCE/004108/2023	CONS. GILDÁSIO PENEDO	DENÚNCIA. IMPUGNAÇÃO DE LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA ISO 9001. CONHECIMENTO E IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO POR VOTO DE DESEMPATE.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-004108-2023
TCE007281/2023	CONS. GILDÁSIO PENEDO	DENÚNCIA. IMPUTAÇÃO DE ILEGALIDADE EM TERMO DE REFERÊNCIA DESTINADO A DISCIPLINAR A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO POR MEIO DE CARTÃO ELETRÔNICO. PEDIDO DE LIMINAR PARA OBTER A SUSTAÇÃO DAS ESTIPULAÇÕES PERTINENTES AO PÓS-PAGAMENTO DOS VALORES A SEREM DISPONIBILIZADOS AOS EMPREGADOS E À TAXA NEGATIVA. CONTRATO EM CURSO, COM PRAZO RAZOÁVEL E PRESTES A SE EXAURIR. PERICULUM IN MORA REVERSO. INDEFERIMENTO DA CAUTELAR.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-007281-2023
TCE/005145/2023 TCE/005193/2023 TCE/005206/2023	CONS. PEDRO LINO	DENÚNCIAS. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. JUNTADA DE CÓPIAS DOS AUTOS. EXPEDIÇÃO DE RECOMENDAÇÃO.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005145-2023
TCE/008105/2023	CONS. INALDO ARAÚJO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-008105-2023
TCE/006774/2023	CONS. JOÃO BONFIM	ADMISSIBILIDADE DA REPRESENTAÇÃO COMO DENÚNCIA E IMPROCEDÊNCIA DOS FATOS DENUNCIADOS. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-006774-2023
TCE/009974/2022 TCE/010094/2022	CONS. ANTONIO HONORATO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-009974-2022
TCE/000344/2023	CONS. PEDRO LINO	DENÚNCIA. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. JUNTADA DE CÓPIA DA PRESENTE DENÚNCIA AO PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DA EMBASA, DO EXERCÍCIO DE 2023 DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-000344-2023

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE F

Matérias Administrativas apreciadas

APÊNDICE F – MATÉRIAS ADMINISTRATIVAS APRECIADAS

Quadro 21 – Matérias Administrativas apreciadas – 4º trimestre de 2023

PROCESSO	NATUREZA	RESOLUÇÃO Nº	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/010749/2023	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	000089/2023	MATÉRIA ADMINISTRATIVA. DECISÃO POR UNANIMIDADE. PROJETO DE LEI QUE ALTERA DISPOSITIVOS DE LEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. APROVAÇÃO	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-010749-2023
TCE/005010/2022	SUMULA DE JURISPRUDÊNCIA	000097/2023	REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA, A APROVAÇÃO DE CONTAS COM RESSALVAS, CUMULADA COM IMPUTAÇÃO DE DÉBITO.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-005010-2022
TCE/011517/2023	DISPENSA	000107/2023	DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA, A SER PRESTADO PELA COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011517-2023
TCE/012316/2023	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	000118/2023	PROJETO DE RESOLUÇÃO QUE APROVA O PLANO ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA – TCE/BA, PARA O QUADRÊNIO 2024-2027, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011517-2023
TCE/011381/2023	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	000121/2023	DISPÕE SOBRE NORMAS PARA A PRESTAÇÃO DE CONTAS PELOS RESPONSÁVEIS POR UNIDADES JURISDICIONADAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA ESTADUAL, E RESPECTIVA INSTRUÇÃO, PARA FINS DE JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-011391-2023
TCE/012716/2023	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	000122/2023	MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PLANO DE COMUNICAÇÃO 2024. RESOLUÇÃO Nº 95/2014. APROVAÇÃO. DECISÃO À UNANIMIDADE	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012716-2023
TCE/012726/2023	EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS	000123/2023	MATÉRIA ADMINISTRATIVA. RELAÇÃO DAS UNIDADES JURISDICIONADAS CUJAS PRESTAÇÕES DE CONTAS SERÃO AUTUADAS COMO PROCESSOS DE CONTAS PARA JULGAMENTO NESTE TCE/BA EM 2024, RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2023. DIRETRIZES PARA O PLANEJAMENTO OPERACIONAL E PLANO TÁTICO. APROVAÇÃO. DECISÃO À UNANIMIDADE.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012726-2023

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE G

Medidas Cautelares apreciadas

APÊNDICE G – MEDIDAS CAUTELARES

Quadro 22 – Medidas cautelares apreciadas – 4º trimestre de 2023

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/006863/2023	CAROLINA MATOS	MEDIDA CAUTELAR. ARQUIVAMENTO. PERDA DE OBJETO. SUSPENSÃO DA CONCORRÊNCIA. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-006863-2023

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE H

Consultas apreciadas

APÊNDICE H – CONSULTAS**Quadro 23 – Consultas apreciadas – 4º trimestre de 2023**

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/012338/2022	CONS. MARCUS PRESIDIO	CONSULTA. DECISÃO POR UNANIMIDADE. NÃO CONHECIMENTO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL QUE SE QUER ESCLARECER. IMPOSSIBILIDADE DE UMA RESPOSTA EM TESE.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012338-2022
TCE/007096/2023	CONS. MARCUS PRESIDIO	CONSULTA. CONHECIMENTO. SUCESSÃO EM CARGOS PÚBLICOS. NECESSIDADE DE ASSUNÇÃO EM NOVO CARGO PÚBLICO NA DATA IMEDIATAMENTE SUBSEQUENTE À EXONERAÇÃO PARA NÃO CONFIGURAR INTERRUPTÃO DO VÍNCULO FUNCIONAL COM O ENTE RESPECTIVO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-007096-2023

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE I

Reclamações apreciadas

APÊNDICE I – RECLAMAÇÃO

Quadro 24 – Reclamações apreciadas – 4º trimestre de 2023

PROCESSO	CONSELHEIRO RELATOR	EMENTA	DISPONÍVEL EM:
TCE/012445/2022	CONS. MARCUS PRESÍDIO	RECLAMAÇÃO. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. EXPEDIÇÃO DE REPRESENTAÇÃO AO COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR PARA REGULARIZAR O PAGAMENTO DOS PROVENTOS COM RELAÇÃO À GRATIFICAÇÃO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. DECISÃO UNÂNIME.	https://www.tce.ba.gov.br/servicos/processo/tce-012445-2022

Fonte: PROInfo/SEPLEN.

APÊNDICE J

Auditorias Concomitantes realizadas no 4º trimestre de 2023

APÊNDICE J – AUDITORIAS CONCOMITANTES REALIZADAS ATÉ 31/12/2023

Quadro 25 – Auditorias Concomitantes (POA 2023)

NATUREZA	QUANTIDADE	OBJETO	PRAZO	SITUAÇÃO
Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira	11	Realizar auditoria de acompanhamento da execução orçamentária e financeira referente a 2023 na SEADES	02/10/2023	Concluída
		Realizar auditoria de acompanhamento da execução orçamentária e financeira no DETRAN	30/11/2023	Concluída
		Realizar o Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira da FUNCEB	15/12/2023	Concluída
		Realização de Inspeção na execução orçamentária, financeira e operacional da Unidade Jurisdicionada SESAB, visando consubstanciar os opinativos auditoriais da respectiva prestação de contas do exercício de 2023	15/12/2023	Concluída
		Realizar auditoria de acompanhamento da execução orçamentária e financeira referente a 2023 na SJDH	29/12/2023	Concluída
		Realizar auditoria de natureza concomitante na Desenhahia	29/12/2023	Concluída
		Realizar acompanhamento da execução orçamentária e financeira nas despesas realizadas no âmbito da Unidade Jurisdicionada SESAB, referentes ao exercício de 2023	31/12/2023	Concluída
		Realizar auditoria de acompanhamento de execução contratual dos Hospitais Ernesto Simões Filho, Menandro de Faria e Geral de Camaçari (SESAB)	31/12/2023	Concluída
		Auditoria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira da Uesb	31/12/2023	Concluída
		Auditoria de Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira da Uesc	31/12/2023	Concluída
		Realizar auditoria de natureza concomitante na SETRE	31/12/2023	Concluída
Acompanhamento da Lei de Responsabilidade Fiscal	3	Auditoria de Acompanhamento da LRF - 3º Quadrimestre de 2022	30/06/2023	Concluída
		Auditoria de Acompanhamento da LRF - 1º Quadrimestre de 2023	31/08/2023	Concluída
		Auditoria de Acompanhamento da LRF - 2º Quadrimestre de 2023	31/12/2023	Concluída
Acompanhamento das Licitações, Contratações Diretas e	1	Realizar acompanhamento da execução do Contrato nº 086/2022, celebrado entre a SAEB e a empresa MAIDA HAPTECH Soluções inteligentes Ltda, referente ao período de janeiro a junho de 2023.	17/11/2023	Concluída

NATUREZA	QUANTIDADE	OBJETO	PRAZO	SITUAÇÃO
Contratos				
Acompanhamento de Concessões	1	Acompanhamento de Concessão - Aeroporto Internacional Costa do Descobrimento (Fase: Licitação)	29/12/2023	Concluída
Acompanhamento de Obras Públicas	3	Auditoria da área de engenharia em Convênios da CONDER (Obras contratadas através de Convênios firmados com a CONDER)	30/06/2023	Concluída
		Realizar Auditoria de Obras referente a Garantia Quinquenal e em andamento na SIT- Superintendência de Infraestrutura e Transporte (SEINFRA)	22/12/2023	Concluída
		Realizar Auditoria de inspeção dos Contratos da CONDER que foram objeto de análise pelo MPE/BA.	29/03/2024	Em andamento
Auditoria Especial	1	Auditoria Especial para apuração dos fatos, informações e documentos relativos ao Edital de Credenciamento nº 002/2022, publicado pelo Detran/BA e homologado pela Portaria nº 054/2022	30/04/2023	Concluída
Auditoria Financeira	2	Auditoria financeira nas disponibilidades do Estado da Bahia	30/09/2023	Concluída
		Auditoria Financeira nos Precatórios do Estado da Bahia	30/09/2023	Concluída
Auditoria Operacional Ambiental	1	Acompanhamento, no âmbito do INEMA e da SEMA, de aspectos relacionados à gestão florestal das Unidades de Conservação sob responsabilidade do Governo Estadual.	22/12/2023	Concluída
Auditoria Operacional em Ações Governamentais	7	Auditoria para acompanhar a execução do Programa 312 – Recursos Hídricos, no exercício de 2022, no âmbito da CERB	28/02/2023	Concluída
		Realizar Auditoria para acompanhar a execução das obras do Programa 312-Recursos Hídricos, no exercício de 2022, no âmbito da CERB	31/07/2023	Concluída
		Auditoria Coordenada Internacional sobre Violência contra as Mulheres: Resposta estatal em relação à prevenção, sanção e erradicação da violência contra as mulheres	15/09/2023	Concluída
		Auditoria Operacional no Planejamento e Monitoramento das PPPs	29/12/2023	Concluída
		Realizar auditoria operacional nas ações de regulação e fiscalização da AGERBA voltadas para as políticas públicas no setor de transporte	31/12/2023	Concluída
		Realizar auditoria operacional para análise do modelo teórico proposto pelo Poder Executivo para o PPA 2024-2027 (Projeto de Lei nº 25.042/2023).	31/12/2023	Concluída

NATUREZA	QUANTIDADE	OBJETO	PRAZO	SITUAÇÃO
		Auditoria Operacional no Monitoramento das PPPs	31/07/2024	Em andamento
Auditoria Operacional em Órgãos/Entidades	5	Auditoria Operacional com o objetivo de identificar as causas e solucionar problemas relacionados ao acesso de jovens ao ensino médio, atualmente refletidos nos indicadores de abandono, evasão escolar, distorção idade série, qualidade de infraestrutura e cobertura de transporte escolar - Auditoria Coordenada sobre Educação com TCU e TCs participantes da Rede Integrar (SEC)	30/06/2023	Concluída
		Realizar Auditoria Operacional no Sistema de Saúde de Assistência dos Servidores Públicos Estaduais (Planserv)	30/06/2023	Concluída
		Auditoria Operacional com o objetivo de analisar a eficiência de unidade hospitalar selecionada, integrante da Rede Própria da SESAB, com foco na identificação de eventuais desperdícios de recursos, tendo por base o Referencial Básico de Auditoria de Eficiência de Unidades Hospitalares elaborado pelo TCU (SESAB)	31/12/2023	Concluída
		Auditoria Operacional com o objetivo de analisar a eficiência de unidade hospitalar selecionada, integrante da Rede Própria da SESAB, com foco na identificação de eventuais desperdícios de recursos, tendo por base o Referencial Básico de Auditoria de Eficiência de Unidades Hospitalares elaborado pelo TCU (SESAB)	31/12/2023	Concluída
		Auditoria Operacional em Órgãos/Entidades - SECULT	12/04/2024	Em andamento
Projetos Cofinanciados com Recursos Externos	2	Realizar Auditoria Operacional no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (PRÓ-SEMIÁRIDO), período de 01/01 a 31/12/2022	30/06/2023	Concluída
		Realizar Auditoria Operacional no Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado da Bahia (Projeto Bahia Produtiva)	30/11/2023	Concluída
TOTAL	37			

Fontes: Sistema de Monitoramento das Ações Estratégicas e Operacionais (MAESTRO) e Sistema de Gerenciamento de Auditoria (SGA), em 15/01/2024.

APÊNDICE K

Cursos e eventos técnicos externos

APÊNDICE K – Cursos e eventos técnicos externos

Quadro 26 – Cursos e eventos técnicos externos – 4º trimestre de 2023

EVENTOS EXTERNOS	INSTITUIÇÃO PROMOTORA	PERÍODO	LOCAL	Nº PARTICIPANTES
CURSO FERRAMENTAS DO LABCONTAS E OSINT - INTELIGÊNCIA EM FONTES ABERTAS	TCU	17 a 20/10/2023	BRASÍLIA/DF	1
XV CONGRESSO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS	18 a 20/10/2023	JOÃO PESSOA/PB	1
CURSO TRANSAMERICA EXPO CENTER EM SÃO PAULO-SP	VMWARE EXPLORE	18 e 19/10/2023	SÃO PAULO/SP	1
SEMINÁRIO OTIMIZAÇÃO DA APRECIÇÃO DE ATOS DE PESSOAL POR MEIO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	IRB	23 e 24/10/2023	BRASÍLIA/DF	1
XXIII ETAQ, EVENTO SIMULTÂNEO A XXVI CONFERÊNCIA NACIONAL DA UNALE	UNIÃO NACIONAL DOS TAQUÍGRAFOS (UNATAQ-BRASIL)	08 a 11/12/2023	FORTALEZA/CE	1
VII GTAP - VII CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO TRIBUTÁRIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	OPEN TREINAMENTOS EMPRESARIAIS E EDITORA LTDA – EPP	16 e 17/11/2023	SALVADOR/BA	4
III CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	ATRICON	28/11 a 01/12/2023	FORTALEZA/CE	29
ASAMBLEA GENERAL ORDINARIA DE LA OLACEFS	ORGANIZAÇÃO LATINO-AMERICANA E DO CARIBE DE ENTIDADES FISCALIZADORAS SUPERIORES – OLACEFS	28/11 a 01/12/2023	LIMA/PERU	4
XI ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – FINEDUCA	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO – FINEDUCA	06 a 08/12/2023	CURITIBA/PR	1
TOTAL				43

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

APÊNDICE L

Cursos e capacitações através de parcerias institucionais

APÊNDICE L – Cursos e capacitações através de parcerias institucionais

Quadro 27 – Ensino à distância

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PROMOTOR DO EVENTO	Nº DE SERVIDORES
IMERSÃO “ALTERNATIVAS DE CONTRATAÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA”	ESCOLA DE CIDADANIA E GESTÃO PÚBLICA	1
CURSO ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO	3R CAPACITA	1
CURSO DIREITOS HUMANOS E SAÚDE MENTAL - CURSO PERMANENTE DAMIÃO XIMENES LOPES (TURMA OUT/2023)	ENAP	1
2º CONGRESSO AMBIENTAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS	TCE/MT	2
CURSO TARDES DO CONHECIMENTO – 2023. 10º ENCONTRO: "APLICAÇÕES PRÁTICAS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL COMO INSTRUMENTO DE AUXÍLIO AO AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO"	TCM/SP	1
CAPACITAÇÃO OPERAÇÃO EDUCAÇÃO: FISCALIZAÇÃO ORDENADA NACIONAL	TCE/MG	1
CURSO: TÉCNICAS EM ORATÓRIA	SAEB	1
6º CONGRESSO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	TCE/PB	1
CURSO USO DE DADOS PARA A GESTÃO DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	ENAP	1
CURSO INTRODUÇÃO AO EXCEL	ENAP	2
EVENTO: TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 - 1º ENCONTRO: "CONTRATAÇÕES DIRETAS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES"	TCMP/SP	1
EVENTO: "TARDES DO CONHECIMENTO – 2023 - 2º ENCONTRO: "EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS ANOS"	TCM/SP	1
EVENTO: "CHATGPT E AUDITORIA: INOVAÇÕES E POSSIBILIDADES"	TCM/SP	1
EVENTO: "INDICADORES DE DESIGUALDADE ECONÔMICA"	TCM/SP	1
CAPACITAÇÃO OPERAÇÃO EDUCAÇÃO	TCE/MG	1
CURSO INTRODUÇÃO AO PENSAMENTO DE FUTUROS NA GESTÃO PÚBLICA (TURMA NOV/2023)	ENAP	1
MINICURSO: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS	IBGE/SP	1
MINICURSO: DISPENSA ELETRÔNICA	IBGE/SP	1
MINICURSO: CONTRATAÇÃO DIRETA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	IBGE/SP	1
CURSO GOVERNANÇA COLABORATIVA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	ENAP	1
CURSO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO CONTEXTO DO SERVIÇO PÚBLICO	ENAP	1

CURSO INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA SIMPLIFICAR O DIA A DIA	ENAP	1
3º CONGRESSO BRASILEIRO DE PRÁTICA PROCESSUAL PENAL	ESCOLA MINEIRA DE DIREITO	1
CURSO"SÉRIE CPP5.2:CONTROLE DA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	TCU	1
EVENTO P3C REGIONAL NORDESTE	NECTA	1
CURSO DE PSICOLOGIA APLICADA À REABILITAÇÃO	INSTITUTO FEDERAL RIO GRANDE DO SUL	1
AÇÃO EDUCACIONAL "SUMÁRIO EXECUTIVO DO NOVO ENSINO MÉDIO - CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUDITORIA COORDENADA"	TCU	1
EVENTO: CONTROLE INTERNO: FUNDAMENTOS PARA EFETIVA ATUAÇÃO DA AUDITORIA	TCE/PR	1
AÇÃO EDUCACIONAL "TRANSPARÊNCIA EM FOCO: CONTROLE & PARTICIPAÇÃO SOCIAL - YOUTUBE"	TCU	1
CURSO INTRODUÇÕES ÀS POLÍTICAS SOCIAIS	CURSOS ONLINE SP	1
CURSO "INTRODUÇÃO À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: USOS SIMPLES E CRIATIVOS PARA TRANSFORMAR A APRENDIZAGEM",	PLATAFORMA ESCOLAS CONECTADAS	1
AÇÃO EDUCACIONAL "TRANSPARÊNCIA EM FOCO: CONTROLE & PARTICIPAÇÃO SOCIAL – YOUTUBE"	TCU	1
CURSO ATUAÇÃO GERENCIAL DAS OUVIDORIAS PARA MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA (TURMA DEZ/2023)	ENAP	1
CURSO DE MICROSOFT EXCEL 2016 -INTERMEDIÁRIO	FUNDAÇÃO BRADESCO	1
CURSO IMERSÃO 24 HORAS EM EXCEL	SAEB	1
CURSO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS	ENAP	1
CURSO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL	ENAP	1
CURSO ASSESSORIA DE IMPRENSA PARA PODERES PÚBLICOS	PRO LEGISLATIVO	1
CURSO INCLUSÃO DE GÊNERO NA PONTA DA LÍNGUA	ENAP	1
EVENTO: EXPERIÊNCIAS INTERNACIONAIS EM TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS - DIA DO MEIO AMBIENTE	TCM/SP	1
EVENTO: "CICLO SOBRE A LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES"	TCM/SP	1
XXV ENCOB 2023 - ENCONTRO NACIONAL DOS COMITES DE BACIAS HIDROGRAFICAS	GOVERNO RIO GRANDE DO NORTE	1
CURSO PORTUGUÊS - INTERPRETAÇÃO DE TEXTO E EMPREGO DE REGRAS GRAMATICAIAS	ENAP	1
EVENTO FACILITAÇÃO EM PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2.0	ENAP	1
CURSO DINÂMICO DE DIREITO ADMINISTRATIVO	FACULDADE ESTÁCIO	1
CURSO AUDITORIA E CONTROLE INTERNO	FACULDADE ESTÁCIO	1

CURSO COMO FUNCIONA O CONTROLE E A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL	FACULDADE ESTÁCIO	1
CURSO TERMOS DE FOMENTO E DE COLABORAÇÃO: PRESTAÇÃO DE CONTAS	ENAP	1
CURSO INTELIGENCIA ARTIFICIAL E O NOVO CONTEXTO DA CULTURA DIGITAL	FUNDAÇÃO BRADESCO	1
CURSO ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE AUDITORIA	ENAP	1
CURSO GESTÃO DO CONHECIMENTO NO SETOR PÚBLICO	ENAP	1
1º ENCONTRO NACIONAL DE AUDITORIA FINANCEIRA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	TCM/SP	1
CURSO "AUDITORIA NAS CONTAS ANUAIS - FINANCEIRA INTEGRADA COM CONFORMIDADE	TCU	1
CURSO "AUDITORIA BASEADA EM RISCO - ETAPA II"	TCU	1
CURSO "AUDITORIA BASEADA EM RISCO - ETAPA I"	TCU	1
CURSO ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE AUDITORIA	TCU	2
CURSO "FERRAMENTAS DO LABCONTAS - ABORDAGEM PRÁTICA",	TCU	1
CURSO "OSINT - INTELIGÊNCIA EM FONTES ABERTAS",	TCU	1
OFICINA: OBSERVATÓRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E NOVOS DESAFIOS	TCM/SP	1
CAPACITAÇÃO: A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (LEINº 14,133/2021	TCM/SP	1
CURSO DIREITO E NOVAS TECNOLOGIAS	ENAP	1
CURSO MÓDULO VI DA CAPACITAÇÃO IN COMPANY SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14 .133 /21)	TJBA	1
CURSO MÓDULO V DA CAPACITAÇÃO IN COMPANY SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14 .133 /21)	TJBA	1
"CURSO MÓDULO II DA CAPACITAÇÃO IN COMPANY SOBRE A IMPLANTAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI 14 .133 /21)	TJBA	1
AÇÃO EDUCACIONAL "II SEMINÁRIO DIREITOS HUMANOS NA GESTÃO PÚBLICA: DIVERSIDADE, EQUIDADE E INCLUSÃO"	TCU	1
OFICINA DE ANÁLISE PARA O SISBIN - SEBA	ABIN	1
CURSO INTRODUÇÃO AO FIPLAN	SEFAZ	1
PALESTRA - AULÃO "DESCOMPLICANDO AS LICITAÇÕES: OPORTUNIDADES E PRÁTICAS DA NOVA LEI DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS"	TCU	1
2º ENCONTRO - IMPACTO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES NAS ROTINAS DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS	REDE INTEGRAR	1
1º ENCONTRO: DE ONDE VIEMOS E PARA ONDE VAMOS EM MATERIAS DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: A NOVA CULTURA DA LEI 14.133/21	REDE INTEGRAR	1
AÇÃO EDUCACIONAL "TRIBUNAIS DE CONTAS E PROMOÇÃO DA EQUIDADE RACIAL: CAMINHOS POSSÍVEIS - YOUTUBE"	TCU	1

AÇÃO EDUCACIONAL "BATE PAPO COM CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL"	TCU	1
CURSO PROPÓSITO E QUALIDADE DE VIDA: DESCOBERTAS PARA O DESENVOLVIMENTO PESSOAL (TURMA DEZ/2023)	ENAP	1
CURSO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL (TURMA DEZ/2023)	ENAP	1
CURSO: ESTRATEGIAS DE PRODUTIVIDADE: CLAREZA, PROPOSITO E PRIORIZAÇÃO DE TAREFAS	ENAP	1
CURSO AUTOCONHECIMENTO E MOTIVAÇÃO (TURMA DEZ/2023)	ENAP	1
SÉRIES TEMPORAIS E ANALISES PREDITIVAS: O CURSO COMPLETO	UEDMY CURSOS ONLINE	1
CURSO PRODUÇÃO DE VIDEOS: UMA INTRODUÇÃO	ENAP	1
CURSO INTELIGENCIA ARTIFICIAL PARA SIMPLIFICAR O DIA A DIA	ENAP	1
CURSO PRIMEIROS PASSOS PARA O USO DA COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA - CNV	SAEB	1
CURSO DE SEGURANÇA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	FUNDAÇÃO BRADESCO	1
AUDITOR ESTADUAL DE CONTROLE EXTERNO - ADMINISTRAÇÃO, FINANCEIRA E ORÇAMENTARIA	ESTRATÉGIA CONCURSOS	1
1º SIMPÓSIO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO EM SALVADOR	OAB	1
CURSO OFERECIDO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO - MÓDULO I	MPBA	1
TOTAL		87

Fonte: Relatórios internos da ECPL.

Quadro 28 – Presencial

AÇÃO DE CAPACITAÇÃO	PROMOTOR DO EVENTO	Nº DE SERVIDORES
CURSO INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E RESILIÊNCIA	ALBA	1
ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS E TRIBUNAIS DE CONTAS,	MPBA	1
SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 2023	MPBA	1
XX SIMPÓSIO NACIONAL DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS	INSTITUTO BRASILEIRO DE AUDITORIA DE OBRAS PÚBLICAS	2
QUANTIFICAÇÃO DE BENEFÍCIOS GERADOS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS	ATRICON	1
XIII ENCONTRO TÉCNICO DE GESTÃO DE PESSOAS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	ATRICON	1
VIII JURISTCS - ENCONTRO TÉCNICO DE JURISPRUDÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	ATRICON	1
XXXI CONGRESSO DA FENASTC	FEDERAÇÃO NACIONAL DA ENTIDADES DOS SERVIDORES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	1
TOTAL		5

Fonte: Relatórios internos da ECPL.